Participação de meninas e mulheres no futebol do Brasil:

revisão rápida

SET | 2026

Expediente

Escola Nacional de Administração Pública
Presidente
Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva
Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos Barreto

Diretor de Altos Estudos
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva
Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional
Bruna Danielly da Paz Tenório

Diretora de Inovação
Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Interna
Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências
Tamille Sales Dias

Ministério dos Esportes
Ministro
Paulo Henrique Perna Cordeiro

Secretária Extraordinária para a Copa do Mundo de Futebol Feminino
Juliana Picoli Agatte

Coordenadora-Geral da Copa
Raquel Ribeiro Martins

Assessora
Camila Rocha Firmino

Capa e Diagramação
Equipe EvEx

Autoria
Gessica Cardoso Souza
Kamila da Silva Baum
Bruna Alves de Oliveira Destefani
Marina Melo Arruda Marinho
Fernanda Borges Serpa
Sara Emanuela de Carvalho Mota

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:
- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Para mais informações, consulte nossa página https://www.enap.gov.br/pesquisa-e-conhecimento/avaliacao-e-organizacao-de-evidencias/
ou entre em contato: evidencia.express@enap.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo de Futebol Feminino 2027. Projeto viabilizado pela parceria Enap e Universidade Federal de Brasil, Instituto de Ciência Política.

Forma sugerida para referenciar este documento: SOUZA, G.C..; BAUM, K.S.; DESTEFANI, B.A.O.; MARINHO, M.M.A.; SERPA, F.B.; MOTA, S.E.C. Participação de meninas e mulheres no futebol no Brasil: revisão rápida. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2026. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

Sumário Executivo 5

1 Introdução 7

2 Métodos 9

2.1 Tipo de estudo 9

2.2 Pergunta de pesquisa 9

2.3 Critérios de elegibilidade 11

2.4 Busca de informações 11

2.5 Seleção, extração e análise dos dados 11

2.6 Atalhos metodológicos 13

2.7 Uso de Inteligência Artificial 13

3 Resultados 14

3.1 Características gerais dos estudos 15

3.2 Barreiras e Facilitadores 24

3.3 Síntese dos resultados por temas de interesse 38

3.3.1 Resultados sobre Tema 1 - Acesso e Permanência 38

3.3.2 Resultados sobre Tema 2 - Profissionalização e condições de trabalho 47

3.3.3 Resultados sobre Tema 3 - Ecossistema 56

3.3.4 Resultados sobre Tema 4 - Condições de Práticas e Estrutura 64

3.3.5 Resultados sobre Tema 5 - Políticas públicas e iniciativas institucionais 72

3.4 Recomendações dos autores 80

4 Considerações finais 88

Referências Bibliográficas 90

Apêndice 1. Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados 102

Apêndice 2. Estudos excluídos na etapa de elegibilidade . 103

Apêndice 3. Síntese dos achados reportados por temas de interesse 108

Sumário Executivo

Introdução

O Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol Feminino da Federação Internacional de Futebol (FIFA) em 2027 e a preparação para o Mundial vem sendo coordenada pelo Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo de Futebol Feminino 2027. Essa revisão rápida visa subsidiar a construção do Plano Nacional do Legado Social e Esportivo, com o objetivo de estruturar e materializar iniciativas que ultrapassem o período da competição e produzam resultados esportivos, sociais e institucionais passíveis de acompanhamento ao longo do tempo. Para isso, busca caracterizar a participação de mulheres no futebol, considerando os diferentes contextos, modalidades e papéis desempenhados na prática, e identificar na literatura as principais estratégias, barreiras e os fatores que favorecem o acesso, a permanência e o desenvolvimento do futebol feminino.

Pergunta principal

Como a literatura caracteriza a participação de meninas e mulheres no futebol no Brasil, considerando os contextos da educação física escolar, do futebol de várzea, das categorias de base, do futebol profissional, da excelência esportiva e das funções exercidas nas áreas de arbitragem, treinamento e gestão esportiva?

Perguntas secundárias

- Quais são as principais barreiras e facilitadores para o acesso e permanência das meninas e mulheres no futebol brasileiro em contextos de lazer, prática amadora, futebol comunitário e educação física escolar?
- Quais são as principais desigualdades entre mulheres e homens, descritas pela literatura, em relação aos incentivos, às oportunidades, aos patrocínios, aos vínculos e condições de trabalho, remuneração e aos mecanismos de identificação, recrutamento, formação e desenvolvimento de atletas ao longo da trajetória para o futebol profissional no Brasil?
- Quais fatores influenciam o ingresso, permanência e o desenvolvimento profissional de mulheres nas carreiras de arbitragem, treinamento e gestão esportiva no futebol brasileiro?
- Como a literatura descreve as condições de prática e a estrutura disponível para o futebol feminino no Brasil, incluindo campeonatos e suas grades horárias, campos, quadras, centros de treinamento, alojamentos, equipes técnicas, núcleos de desenvolvimento e escolas de futebol feminino?

- Quais políticas públicas, programas, iniciativas institucionais e estratégias de promoção do futebol feminino são identificados pela literatura como capazes de ampliar, qualificar e sustentar a participação de meninas e mulheres no futebol brasileiro?

Método

As buscas de estudos foram realizadas nas bases de dados Web of Science, SciELO, Scopus, Google Acadêmico, Lens, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e EBSCO. Os processos de busca, seleção e extração de dados dos artigos foram realizados pelas pesquisadoras da equipe e a avaliação metodológica dos estudos incluídos não foi realizada.

Resultados

De 2.046 registros recuperados nas buscas, 92 estudos foram incluídos. Os resultados incluem achados, barreiras e facilitadores categorizados em temas de interesse, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento de eixos estruturantes do Plano Nacional de Legado Social e Esportivo da Copa do Mundo de Futebol Feminino 2027. Considerando os aportes identificados na literatura e as prioridades da equipe demandante, foram pactuados os seguintes temas de interesse:

- Acesso, participação e permanência de meninas e mulheres no esporte e no futebol
- Profissionalização e condições de trabalho no futebol feminino
- Formação e desenvolvimento no ecossistema esportivo
- Condições de prática e estrutura disponível para o futebol feminino
- Políticas públicas e iniciativas institucionais

1. Introdução

O Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol Feminino da FIFA em 2027, com partidas previstas em oito capitais brasileiras. A realização do evento amplia a projeção nacional e internacional da modalidade e cria uma oportunidade para articular ações estratégicas intersetoriais de médio e longo prazo. No âmbito federal, a preparação para o Mundial é coordenada pelo Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo de Futebol Feminino 2027, e prevê a construção do Plano Nacional do Legado Social e Esportivo, com o objetivo de estruturar e materializar iniciativas que ultrapassem o período da competição e produzam resultados esportivos, sociais e institucionais passíveis de acompanhamento ao longo do tempo (BRASIL, 2026).

Esse processo ocorre sob marcos normativos que reconhecem o esporte como direito e estabelecem responsabilidades públicas relacionadas à sua promoção. A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, estabelece entre os princípios fundamentais do esporte, a democratização, inclusão, participação, qualidade, saúde e segurança. A norma assegura a todas as pessoas o direito à prática esportiva e dispõe especificamente que as mulheres, em qualquer idade, devem ter oportunidades iguais de participação em todos os níveis e em funções de direção, supervisão e decisão na educação física, na atividade física e no esporte, para fins recreativos, para a promoção da saúde ou para o alto rendimento esportivo (BRASIL, 2023a).

A Lei Geral do Esporte abrange diferentes etapas do ciclo de vida e finalidades da prática esportiva, organizando-a em três níveis integrados: formação esportiva; excelência esportiva; e esporte para toda a vida. Essa estrutura sugere uma abordagem integrada e multissetorial, articulando o esporte com diferentes áreas, como educação, saúde e desenvolvimento profissional, para compreender as condições que influenciam as trajetórias das mulheres no esporte e ampliar suas oportunidades de inserção e permanência (idem).

No caso específico do futebol, o Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023 instituiu a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino e estabeleceu a elaboração de diagnóstico, plano de ações e relatórios anuais de resultados, além de medidas relacionadas à formação, infraestrutura e participação de mulheres em diferentes funções na modalidade. Esse marco reforça a importância de produzir e sistematizar evidências, em perspectiva multidisciplinar e em tempo oportuno, para subsidiar a definição de prioridades, o desenho das intervenções e o acompanhamento da implementação das ações governamentais (BRASIL, 2023b).

A formulação desses marcos normativos decorre do reconhecimento de que as oportunidades de participação no esporte ainda são desigualmente distribuídas. No caso das mulheres, essas diferenças alcançam o acesso à prática, a permanência, o desenvolvimento esportivo e a participação em funções

técnicas, de gestão e de decisão. O futebol constitui um caso particularmente relevante, pois sua trajetória histórica foi marcada pelo preconceito e a predominância masculina na prática, na organização e nos discursos associados à modalidade (Morais, 2025).

Entre 1941 e 1979, normas estatais restringiram oficialmente a presença de mulheres em modalidades consideradas incompatíveis com os padrões de feminilidade vigentes, entre elas o futebol. Mesmo após a revogação dessas restrições, permaneceram representações que associam este esporte à masculinidade, com efeitos sobre o acesso e a continuidade das mulheres nas práticas (TAMASHIRO et al., 2022). Essa repercussão é percebida também na representatividade feminina na categoria profissional, em cargos de gestão no esporte, comissões técnicas e arbitragem.

A literatura sobre o esporte é concentrada em países da Europa e da América do Norte, e baseada em conhecimentos produzidos, predominantemente, a partir de atletas homens. Neste sentido, é importante fomentar uma maior produção de evidências específicas sobre atletas mulheres e sobre contextos do Sul Global, considerando a influência de fatores culturais, socioeconômicos e estruturais sobre oportunidades e percursos esportivos (ALCâNTARA et al., 2026a).

Analisar as condições de participação feminina no futebol, à luz de processos históricos e institucionais específicos do país, pode ajudar a compreender a demanda por políticas voltadas à sua ampliação e qualificação. A caracterização da participação de mulheres nesta modalidade pode contribuir também para identificar em quais etapas das trajetórias esportivas se concentram barreiras e oportunidades, quais condições favorecem a continuidade da prática e quais dimensões demandam maior capacidade pública de intervenção, qualificando o desenho das políticas.

Essa revisão rápida tem o objetivo de descrever os principais achados sobre a prática do futebol por meninas e mulheres, considerando os diferentes contextos, modalidades e papéis desempenhados, como a educação física escolar, o futebol de várzea, as categorias de base, o futebol profissional, a excelência esportiva e as funções exercidas nas áreas de arbitragem, treinamento e gestão esportiva. Busca-se ainda identificar as principais barreiras e os fatores que favorecem o acesso, a permanência e o desenvolvimento ao longo das trajetórias das praticantes e sistematizar estratégias apontadas pela literatura que possam informar o desenho de políticas e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento do futebol feminino.

O presente estudo foi elaborado no âmbito do suporte oferecido pelo Evidência *Express* (EvEx) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) aos órgãos da Administração Pública e demandado pela Secretaria Extraordinária para Copa de Futebol Feminino 2027, vinculado ao Ministério do Esporte, a fim de subsidiar a elaboração do Plano Nacional do Legado Social e Esportivo da Copa de Futebol Feminino 2027. Além desta introdução, o documento está dividido em uma seção de método, com as estratégias utilizadas para a seleção dos documentos; uma seção de resultados, com a síntese dos principais achados, e uma conclusão. Os apêndices apresentam as estratégias de busca aplicadas às bases de dados, os textos excluídos e as razões de exclusão, e uma síntese das principais contribuições dos estudos para cada tema e subtema analisado.

2. Métodos

2.1 Tipo de estudo

O presente estudo é uma revisão rápida, que se trata de um produto de tradução do conhecimento desenvolvido através de método sistemático e transparente para acessar, avaliar e sintetizar evidências científicas que possam contribuir para a solução de um problema. Embora não haja um modelo único para esse tipo de documento, todos compartilham a característica de serem elaborados em um curto espaço de tempo. As revisões rápidas consistem em sínteses das melhores evidências disponíveis, apresentadas para abordar um problema prioritário, e são produzidas seguindo rigorosos padrões de metodologia e transparência. Entretanto, para ser elaborada em tempo hábil para sua utilização, são adotados alguns atalhos metodológicos ao longo de sua elaboração.

A revisão rápida é um método consolidado no âmbito das Políticas Informadas por Evidências, tendo o presente estudo seguido as orientações do guia da Organização Mundial da Saúde (TRICCO; LANGLOIS; STRAUS, 2017). Além deste guia metodológico, o estudo foi desenvolvido com base em um formulário preenchido pela equipe de pesquisadores em conjunto com os demandantes, seguido de encontros regulares de alinhamento e validação. Neste documento foram especificadas a pergunta de pesquisa, os termos de busca, os critérios de elegibilidade dos estudos, bem como os possíveis elementos de análise dos resultados, os quais estão detalhados ao longo desta seção.

2.2 Pergunta de pesquisa

Esta revisão rápida foi conduzida a partir da seguinte pergunta de pesquisa: "Como a literatura caracteriza a participação de meninas e mulheres no futebol no Brasil, considerando os contextos da educação física escolar, do futebol de várzea, das categorias de base, do futebol profissional, da excelência esportiva e das funções exercidas nas áreas de arbitragem, treinamento e gestão esportiva?"

A estruturação desta pergunta ocorreu a partir do acrônimo PCC (População, Conceito e Contexto), descrito no quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura da pergunta de pesquisa

População (P)	Meninas e mulheres de qualquer faixa etária que participem ou tenham participado do futebol no Brasil como estudantes, praticantes de lazer, atletas amadoras, atletas de categorias de base, atletas profissionais ou de alto rendimento. Incluem-se também mulheres que atuem ou busquem inserção nas áreas de arbitragem, treinamento, preparação e gestão esportiva relacionadas ao futebol.

(continua)

Conceito (C)	Participação de meninas e mulheres no futebol, compreendida como acesso, ingresso, permanência, continuidade, formação, desenvolvimento, profissionalização e atuação em funções esportivas e de gestão. Abrange barreiras e facilitadores; desigualdades de gênero; condições e relações de trabalho; políticas públicas e iniciativas institucionais; oportunidades de formação; mecanismos de identificação e recrutamento; e condições materiais e organizacionais da prática.
Contexto (C)	Futebol no Brasil, nos âmbitos nacional, regional, estadual, municipal ou local, incluindo educação física escolar, lazer, futebol comunitário e de várzea, prática amadora, projetos sociais, escolas de futebol, categorias de base, futebol profissional e esporte de alto rendimento, além das estruturas de arbitragem, treinamento e gestão esportiva.

Fonte: elaboração própria.

Para orientar o relato das evidências, foram definidas cinco perguntas secundárias, estruturadas conforme temas de pesquisa de interesses da equipe demandante: (1) acesso e permanência no futebol, (2) profissionalização e condições de trabalho, (3) ecossistema esportivo, (4) condições de prática e estrutura disponíveis para o futebol feminino, e (5) políticas públicas e iniciativas institucionais. As perguntas secundárias correspondentes a cada tema são apresentadas a seguir:

- Acesso e permanência no futebol: Quais são as principais barreiras e facilitadores para o acesso e permanência das meninas e mulheres no futebol brasileiro em contextos de lazer, prática amadora, futebol comunitário e educação física escolar?
- Profissionalização e condições de trabalho: Quais são as principais condições de profissionalização e desigualdades entre mulheres e homens, descritas pela literatura, em relação aos incentivos, às oportunidades, aos patrocínios, aos vínculos e condições de trabalho, à remuneração e aos mecanismos de identificação, recrutamento, formação e desenvolvimento de atletas ao longo da trajetória para o futebol profissional no Brasil?
- Ecossistema esportivo: Quais fatores influenciam o ingresso, permanência e o desenvolvimento profissional de mulheres nas carreiras de arbitragem, treinamento e gestão esportiva no futebol brasileiro?
- Condições de prática e estrutura: Como a literatura descreve as condições de prática e a estrutura disponível para o futebol feminino no Brasil, incluindo campeonatos e suas grades horárias, campos, quadras, centros de treinamento, alojamentos, equipes técnicas, núcleos de desenvolvimento e escolas de futebol feminino?
- Políticas Públicas e iniciativas institucionais: Quais políticas públicas, programas, iniciativas institucionais e estratégias de promoção do futebol feminino são identificados pela literatura como capazes de ampliar, qualificar e sustentar a participação de meninas e mulheres no futebol brasileiro?

2.3 Critérios de elegibilidade

Os critérios de inclusão abrangeram estudos empíricos e descritivos, teses e dissertações, publicações nacionais ou internacionais que analisaram a participação de meninas e mulheres no futebol no Brasil, considerando os contextos da educação física escolar, do futebol de várzea, das categorias de base, do futebol profissional, da excelência esportiva e das funções exercidas nas áreas de arbitragem, treinamento e gestão esportiva. No caso de pesquisas publicadas em mais de um formato, por exemplo, como tese e artigo, foi mantido apenas um dos documentos. Estudos de revisão de literatura foram analisados à parte e seus achados organizados em quadros no Apêndice 3, de modo a não gerar duplicidade nos resultados. Além disso, foram consideradas publicações disponíveis em português, inglês e espanhol, sem recorte temporal.

Os critérios de exclusão, por sua vez, compreenderam estudos teóricos, artigos com análises históricas, trabalhos de conclusão de curso, análises documentais, capítulos de livros, editoriais; resumos de congresso e guias e manuais.

2.4 Busca de informações

Para a identificação dos estudos, foram realizadas buscas sistemáticas nas seguintes bases de dados: Web of Science, SciELO, Scopus, Google Acadêmico (até a página 8), Lens (até a página 10), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e EBSCO. Para a definição da última página incluída no Google Acadêmico foi considerada a identificação de artigos que respondessem à pergunta de pesquisa.

As estratégias de busca foram desenvolvidas com base na combinação de um conjunto de palavras-chave, estruturadas a partir do acrônimo PCC (População, Conceito e Contexto), usando termos específicos da área e suas variações, mapeados na literatura e por especialistas na área, adaptando-os para cada uma das bases consultadas. As estratégias de busca foram desenvolvidas pelas pesquisadoras envolvidas na elaboração desta revisão, em colaboração com a equipe técnica do Evidência Express, e foram operacionalizadas entre 14 e 23 de julho de 2026. O detalhamento das estratégias de busca utilizadas está apresentado no **Apêndice 1**.

2.5 Seleção, extração e análise dos dados

O gerenciador bibliográfico Rayyan QCRI (OUZZANI et al., 2016) foi utilizado para a triagem pela leitura de títulos e resumos, após a exclusão de duplicatas. A triagem e a etapa de elegibilidade (leitura dos textos completos) foram realizadas por duas pesquisadoras, sem pareamento, e as divergências foram resolvidas por reunião de consenso com uma terceira pesquisadora.

O instrumento utilizado para a etapa de extração manual dos dados dos estudos elegíveis foi desenvolvido em uma planilha online do Microsoft Excel. Participaram desta etapa três pesquisadoras e a equipe técnica do Evidência Express.

A análise foi conduzida de forma descritiva e os trechos extraídos foram classificados de acordo com os temas pré-estabelecidos. As temáticas emergentes foram identificadas na forma de subtemas. Os textos disponíveis em idioma estrangeiro foram traduzidos de forma livre pela própria equipe de pesquisadoras. As informações extraídas para cada um dos estudos incluídos foram as seguintes:

- **Autor | ano**
- **Objetivo**
- **Tipo de documento** *(artigo, tese, dissertação...)*
- **Tipo de estudo** *(quali, quanti, misto)*
- **Papel no futebol:** *Praticante escolar* | *Praticante de lazer* | *Atleta amadora ou de várzea* | *Atleta de base* | *Atleta profissional* | *Atleta de alto rendimento* | *Arbitra* | *Treinadora ou comissão técnica* | *Gestora ou dirigente* | *Docente* | *Outro*
- **Modalidade:** *futebol de campo, futsal, várzea, ambos*
- **Contexto:** *Educação física escolar* | *Lazer* | *Futebol comunitário ou de várzea* | *Prática amadora* | *Projetos sociais* | *Escolas de futebol* | *Categorias de base* | *Futebol profissional* | *Alto rendimento* | *Arbitragem* | *Treinamento* | *Gestão esportiva*
- **Abrangência e região do estudo** *(município/unidade da federação)*
- **Espaço do estudo** *(tipo de instituição [universidade, escola, clube])*
- **Barreiras / Facilitadores**
- **Recomendações dos autores** *(trecho do artigo)*
- **Acesso e permanência:** *principais barreiras e facilitadores para o acesso e permanência das meninas e mulheres no futebol brasileiro em contextos de lazer, prática amadora, futebol comunitário e educação física escolar*
- **Ecossistema esportivo**: *fatores influenciam o ingresso, permanência e o desenvolvimento profissional de mulheres nas carreiras de arbitragem, treinamento e gestão esportiva*
- **Políticas públicas:** *políticas públicas, programas, iniciativas institucionais e estratégias de promoção do futebol feminino*
- **Profissionalização:** *incentivos, às oportunidades, aos patrocínios, aos vínculos e condições de trabalho, remuneração e aos mecanismos de identificação, recrutamento, formação e desenvolvimento de atletas*
- **Condições de prática e estrutura:** *condições de prática e a estrutura disponível para o futebol feminino no Brasil, incluindo campeonatos e suas grades horárias, campos, quadras, centros de treinamento, alojamentos, equipes técnicas, núcleos de desenvolvimento e escolas de futebol*
- **Decisão** *(Incluir/ Excluir)*
- **Razão de exclusão**
- **Tema principal**

2.6 Atalhos metodológicos

Como é característico de uma revisão rápida, alguns atalhos metodológicos foram adotados. A busca, seleção e extração de dados dos artigos foi realizada por pesquisadoras individualmente, ou seja, de modo não pareado. Eventuais dúvidas foram resolvidas por meio de consenso entre todas as pesquisadoras e validadas pela coordenação da pesquisa. A avaliação metodológica dos estudos incluídos não foi realizada, bem como da própria revisão rápida.

2.7 Uso de Inteligência Artificial

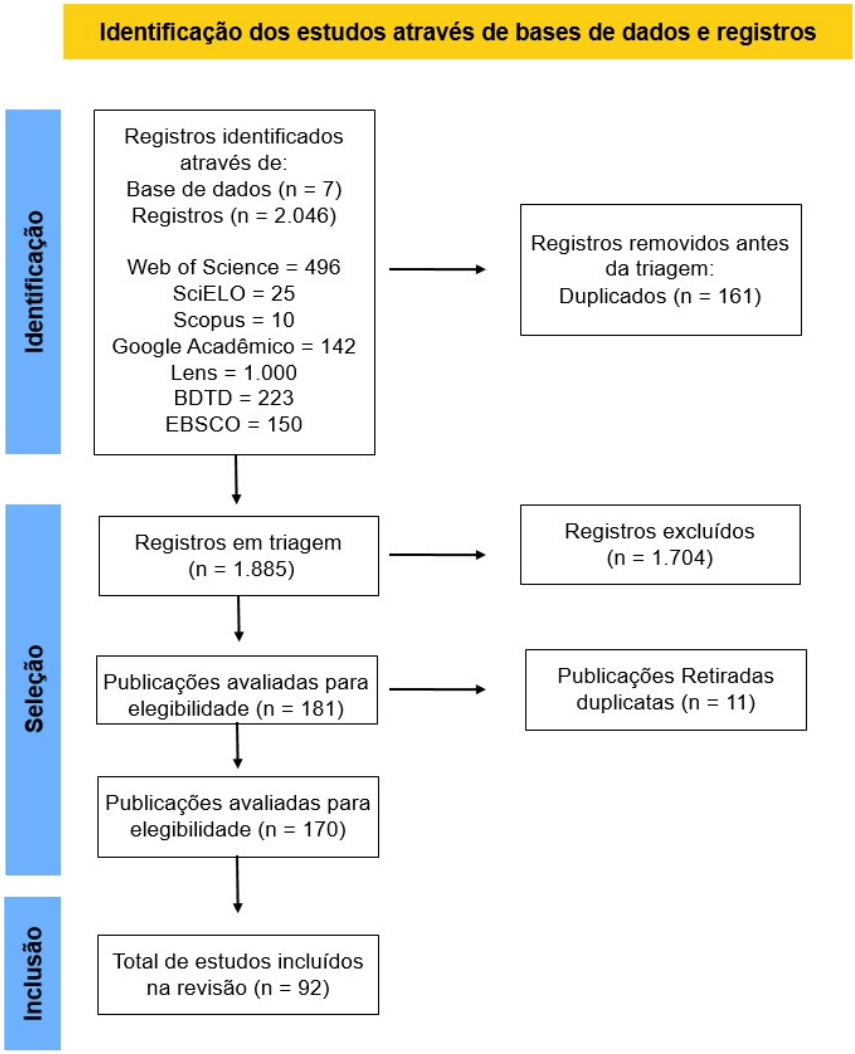
Neste trabalho, as ferramentas de inteligência artificial generativa ChatGPT (GPT-5.6 Luna) e Claude foram utilizadas como apoio à organização de documentos, extração de dados, limpeza e padronização da base de dados, revisão de textos, resumos e identificação exploratória de padrões e distribuição temática dos achados. O uso das ferramentas teve caráter auxiliar e não substituiu a análise, a expertise e o julgamento da equipe responsável pelo trabalho.

Todo o conteúdo gerado foi revisado criticamente, corrigido e validado pela equipe responsável, que assume integral responsabilidade pelo conteúdo, pelas análises e pelos resultados apresentados, em conformidade com a Portaria Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nº 2.664, de 6 de março de 2026.

3. Resultados

As buscas resultaram em 2.046 registros, sendo o mais antigo de 2002 e o mais recente de 2026. Estes foram exportados para o gerenciador de referências Rayyan QCRI (OUZZANI et al., 2016) e, inicialmente, 161 documentos duplicados foram excluídos. Na triagem, foi realizada a leitura de títulos e resumos de 1.885 documentos, sendo selecionados, a partir dos critérios de elegibilidade, 181 para a leitura na íntegra. Durante a leitura na íntegra e a extração das informações, foram identificadas outras 11 duplicatas, que também foram excluídas. Ao final, 92 estudos foram incluídos para a extração de dados. A **Figura 1** ilustra o processo de seleção dos estudos e no **Apêndice 2** são apresentados os estudos excluídos na etapa de elegibilidade, com as respectivas razões de sua exclusão.

Figura 1: Fluxograma PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*)



Fonte: elaboração própria

3.1 Características gerais dos estudos

Dos 92 estudos incluídos, 14 são quantitativos, 69 são qualitativos e 9 adotaram métodos mistos, combinando abordagens quantitativas e qualitativas. Em relação ao tipo de documento, 70 são artigos publicados em periódicos, 15 são dissertações e 7 são teses. Quanto aos tipos e às modalidades investigadas, 51 abordaram o futebol de campo, 25 o futsal, 9 o futebol de campo e o futsal, 1 o *society* e 6 não especificaram a modalidade. Além disso, 43 estudos apresentaram abrangência municipal, 16 estadual, 3 multirregional, 22 nacional, 7 internacional e 1 não informou a abrangência.

Na extração, o tema principal foi indicado para cada estudo de acordo com os temas de interesse. Segundo essa classificação, um mesmo estudo poderia ter no máximo dois temas principais. Do total de estudos, oitenta apresentaram um tema principal e os demais destacaram dois. Os estudos estão distribuídos por cada tema de interesse no quadro abaixo. Os doze registros que indicam dois temas principais aparecem nas linhas dos dois temas correspondentes, e por isso a soma da coluna "n" corresponde às cento e quatro indicações de tema principal, a despeito do total de 92 estudos incluídos.

Quadro 2. Estudos do corpus por tema de interesse, segundo o tema principal

TEMA DE INTERESSE	ESTUDOS	n
Acesso e permanência	Andrade (2021); Baptista e Otesbelgue (2013); Borges et al. (2006); Borttolin (2011); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Costa (2022); Cruz et al. (2021); Darido (2002); Furlan e Santos (2008); Guimarães et al. (2022); Jardim e Betti (2021); Lima, Piovani e Lima (2018); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Mizrahi (2024); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Martínez-Mina (2019); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Martins, Silva e Souza (2021b); Martins, Silva e Vasquez (2021c); Monteiro et al. (2020); Nascimento e Rocha (2021); Nascimento e Leite (2021); Nascimento e Nunes (2014); Neuenfeldt e Lansing (2020); Oliveira (2016); Oliveira e Morato (2025); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Oliveira, Ricci e Marques (2022); Paiva (2024); Pires et al. (2017); Pires (2021); Pisani (2014); Pisani, Hang e Moreira (2025); Reis (2024); Rosa et al. (2020); Salvini e Marchi Júnior (2021); Salvini e Marchi Júnior (2016); Santos et al. (2008); Schmidt et al. (2022); Silva e Nazário (2018); Silva, Silva e Petroski (2013); Silveira e Stigger (2013); Silveira, Carneiro e Silva (2016); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020); Falcão e Gavião (2018); Somariva e Cruz (2018); Souza (2017); Souza et al. (2017a); Souza, Capraro e Silva (2017b); Tamashiro et al. (2022); Trajano et al. (2017); Vasques et al. (2010); Martins, Furtado e Gomes (2024c)	54
Ecossistema esportivo	Amaral et al. (2021); Barreira et al. (2025); Ferreira (2012); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Guimarães, Barreira e Galatti (2023b); Lima e Hecktheuer (2019); Lima et al. (2022); Maia (2021); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Passero et al. (2020); Stahlberg (2011); Torga (2019); Yamamoto (2025)	14
Políticas públicas e iniciativas institucionais	Anjos et al. (2018); Barreira et al. (2025); Guimarães et al. (2022); Lima e Hecktheuer (2019); Lima et al. (2022); Maia e Vasconcelos (2022)	6

(continua)

TEMA DE INTERESSE	ESTUDOS	n
Profissionalização e condições de trabalho	Alcântara et al. (2026a); Alcântara et al. (2026b); Almeida et al. (2018); Anjos et al. (2018); Batista e Souza (2022); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Haag (2018); Kessler (2010); Kessler (2015); Knijnik (2006); Maia (2021); Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Pereira et al. (2022); Pisani et al. (2012); Pisani (2020); Rodrigues e Bernardo (2023); Souza e Capraro (2020); Souza e Martins (2018); Teoldo et al. (2023); Tiesler (2016)	24
Condições de prática e estrutura	Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Freitas et al. (2020); Maia e Vasconcelos (2022); Pisani (2020); Souza e Martins (2018)	6

Fonte: elaboração própria a partir da tabela de extração.

A identificação do tema principal teve por objetivo caracterizar a literatura disponível, identificando os temas de interesse com maior e menor volume de produção. Entretanto, cada estudo foi examinado em relação aos cinco temas de interesse e seus resultados foram extraídos e analisados de acordo com cada temática. Além disso, foi identificado se os aportes de cada um dos estudos abrangiam a temática de forma direta, quando produzia achados sobre o tema como parte de seu objeto, de forma parcial, quando produzia achados sobre o tema sem que este se configurasse como objeto do estudo, ou como sem evidência. No **Apêndice 3** é apresentada a síntese da distribuição dos estudos, segundo o tema principal e o tipo de abordagem, e da identificação dos seus achados por tema de interesse. Constam também neste apêndice os quadros com os achados dos estudos de revisão.

No **Quadro 3** são apresentadas as principais características dos estudos incluídos.

Quadro 3. Características dos estudos incluídos

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Tipo de estudo	Modalidade	Local
Alcântara et al. (2026a)	Developmental pathways and practice activity profiles of women's football players in Brazil	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo	Sudeste e Nordeste
Andrade (2021)	Educação física, gênero e futebol de meninas em uma escola pública de Lavras-MG: de pouquinho em pouquinho a gente vai conquistando	Dissertação	Qualitativo	Futsal	Lavras, Minas Gerais
Alcântara et al. (2026b)	Do Brazilian women football players consider themselves feminists? Approaches to gender equality and empowerment	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo	Sudeste e Nordeste
Almeida et al. (2018)	Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras	Tese	Qualitativo	Futebol de campo	São Paulo, Uruguai e Portugal
Baptista e Otesbelgue (2013)	Menina tem que se transformar em menino para jogar futebol?	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Goiânia-GO
Barreira et al. (2025)	Desenvolvimento do futebol de mulheres no brasil: impacto das regulamentações na participação, desempenho e liderança esportiva	Artigo em periódico	Misto	Futebol de campo	Nacional
Batista, Balzano e Munsberg (2025)	The challenges faced by a women's football team in Ceara: sports training	Artigo em periódico	Misto	Futebol de campo	Ceará
Batista e Souza (2022)	Futebol feminino: desafios e estratégias de enfrentamento de um time de Manaus	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Manaus
Biram (2021)	Mermaids in the land of the king: an ethnography of Santos FC women	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	São Paulo
Novais et al. (2021)	Treinadoras e auxiliares do futebol de mulheres no brasil: subversão e resistência na liderança esportiva	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Borges et al. (2006)	Resiliência: Uma Possibilidade de Adesão e Permanência na Prática do Futebol Feminino	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Viçosa-MG
Borttolin (2011)	"Futebol também é coisa de menina": um estudo sobre o gênero feminino na escola	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Forquilhinha-SC
Burch e Kessler (2021)	Família, suor e lágrimas: o início de uma (possível) trajetória de profissionalização para jogadoras de categorias sub-15 e sub-17 de um clube do Rio Grande do Sul	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Pelotas-RS
Buch, Scherzer e Moraes (2025)	Educação física escolar e futebol feminino: fatores que afastam meninas da prática esportiva	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo e futsal	Pelotas-RS
Costa (2022)	Mulheres praticantes de futebol/futsal no estado de Mato Grosso: oportunidades e desafios	Dissertação	Qualitativo	Futsal	Mato Grosso

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Tipo de estudo	Modalidade	Local
Rosa et al. (2020)	Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Camapuã e Campo Grande-MS
Pisani (2020)	A circulação e os circuitos futebolísticos de jogadoras brasileiras	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Sudeste, Sul e Norte
Pisani (2014)	Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	São Paulo-SP
Silveira e Stigger (2013)	Jugando con las feminidades: um estudio etnográfico en un equipo de fútbol de salón femenino de Porto Alegre	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Porto Alegre-RS
Darido (2002)	Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Freitas et al. (2020)	Prevalência de prática de futebol feminino em instituições de ensino de educação básica	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo	Rio de Janeiro-RJ
Lima e Hecktheuer (2019)	Sport club internacional: sobre o futebol de mulheres no clube do povo	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Porto Alegre e Alvorada - RS
Lima, Piovani e Lima (2018)	Prática de futebol recreativo entre adultos residentes nas capitais brasileiras, 2011-2015	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo	Nacional
Oliveira (2016)	Participação feminina no futsal escolar de Ribeirão Preto: a perspectiva de jogadoras do ensino médio sobre questões de gênero	Dissertação	Qualitativo	Futsal	Ribeirão Preto-SP
Souza e Martins (2018)	O paradoxo da profissionalização do futsal feminino no brasil: entre o esporte e outra carreira	Artigo em periódico	Misto	Futsal	São Paulo
Souza et al. (2017a)	Mulheres no futsal: motivos que levam à prática	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Cachoeirinha-RS
Nascimento e Leite (2021)	Adesão, permanência e dificuldades encontradas por mulheres, da cidade de Limoeiro do Norte no futsal: um estudo de caso	Artigo em periódico	Misto	Futsal	Limoeiro do Norte-CE
Anjos et al. (2018)	Guerreiras Project: futebol e empoderamento de mulheres	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Brasil, Alemanha, Inglaterra, EUA, Espanha
Amaral et al. (2021)	As Mulheres em Modalidades Esportivas Coletivas: Um Panorama dos Cargos Técnicos e de Gestão nas Confederações Brasileiras	Artigo em periódico	Misto	Futebol de campo e futsal	Nacional
Santos et al. (2008)	As relações de gênero e o futebol nas aulas de educação física em Catalão-GO	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Catalão-GO
Ferreira (2012)	O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil	Dissertação	Misto	Futebol de campo e futsal	Sudeste

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Tipo de estudo	Modalidade	Local
Furlan e Santos (2008)	Futebol Feminino e as Barreiras do Sexismo nas Escolas: reflexões acerca da invisibilidade	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Cornélio Procópio e Maringá-PR
Maia e Vasconcelos (2022)	Ambiente institucional, estrutura do futebol feminino e desempenho de 61 clubes das ligas mais fortes do mundo	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo	Argentina, Brasil, Espanha, França, Inglaterra e Itália
Guimarães et al. (2022)	Vivências e possibilidades no futsal feminino da UNIFAP: formação de estudantes de graduação e pós-graduação	Artigo em periódico	Misto	Futsal	Macapá-AP
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	"Ela chegou onde ela chegou, eu consigo chegar também": trajetórias de mulheres treinadoras no futebol brasileiro	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Guimarães, Barreira e Galatti (2023b)	"Ser mulher em um curso de futebol já é começar com um passo atrás": experiências das treinadoras em cursos da CBF academy	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Haag (2018)	"O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro	Artigo em periódico	Qualitativo	futebol de campo	São Paulo - SP
Jardim e Betti (2021)	"Puro preconceito! Vem de brinde com a bola!": o tabu da (homo)sexualidade em uma equipe de futsal feminino	Artigo em periódico	Qualitativo	futsal	São Paulo
Kessler (2015)	Mais que barbies e ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos	Tese	Qualitativo	futebol de campo	Brasil e EUA
Kessler (2010)	"Entra aí pra completá": narrativas de jogadoras do futsal feminino em Santa Maria - RS	Dissertação	Qualitativo	futsal	Santa Maria-RS
Knijnik (2006)	Femininos e masculinos no futebol brasileiro	Tese	Qualitativo	futebol de campo	São Paulo
Mizrahi (2024)	Boleiras do Aterro: uma etnografia sobre futebol, gênero, sociabilidade e aprendizagem em um parque público do Rio de Janeiro	Tese	Qualitativo	Futsal	Rio de Janeiro-RJ
Lima et al. (2022)	The Academy & Football Program in Rondônia/BR	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo (maior foco), futsal e futebol de praia mencionados no programa	Porto Velho-RO
Lourenço, Souza e Capraro (2024)	Caminhos que se cruzam: as narrativas de mulheres atletas sobre o futebol amador e profissional no Brasil	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Curitiba - PR
Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026)	Two genders, different roads? Comparing talent development pathways between female and male elite football players in Brazil	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo e futsal	Nacional

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Tipo de estudo	Modalidade	Local
Maia (2021)	(Des)impedimentos no futebol de mulheres: coloradas e gremistas de volta aos campos	Tese	Qualitativo	futebol de campo	Porto Alegre -RS
Martínez-Mina (2019)	Mulher também pode: Histórias de Vida no futebol	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Porto Alegre - RS
Martins et al. (2021a)	Futsal feminino: indicadores do ambiente de formação de atletas da seleção brasileira	Artigo em periódico	Quantitativo	Futsal	Nacional
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	Relações de trabalho no futebol de mulheres	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Martins, Delarmelina e Souza (2024b)	Mapeando as margens do futebol de mulheres no Brasil: um olhar interseccional sobre as experiências e as barreiras para a prática desse esporte	Artigo em periódico	Quantitativo	Futsal e futebol de campo	Nacional
Martins, Silva e Souza (2021b)	Dual career and social mobility in the Brazilian futsal: differences between men and women	Artigo em periódico	Quantitativo	Futsal	São Paulo
Martins, Silva e Vasquez (2021c)	As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no brasil	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol e futsal.	Nacional
Mastrocola (2021)	Treinadoras futebol no Brasil: o processo de relação entre os atributos pessoais e o contexto ao longo da carreira	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Monteiro et al. (2020)	Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Sudeste
Nascimento e Nunes (2014)	A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Nacional
Nascimento e Rocha (2021)	A Inserção da Mulher no Futebol	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Rio de Janeiro
Neuenfeldt e Lansing (2020)	Compreensões de alunas do ensino fundamental sobre o ensino do futebol na escola e na escolinha de futebol	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal e futebol de campo	Vale do Taquari-RS
Oliveira, Ricci e Marques (2022)	Desafios e oportunidades para a participação no futsal escolar extracurricular: percepções de alunas do ensino médio	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	São Paulo
Oliveira e Morato (2025)	A trajetória de jogadoras de futebol no Brasil	Dissertação	Qualitativo	Futsal e futebol de campo	São Paulo
Oliveira, Grifoni e Varotto (2020)	Participação de meninas no Fútbol Callejero: intervenção na Educação Física Escolar	Artigo em periódico	Qualitativo	Não especificado	Araraquara-SP
Paiva (2024)	“Elas não querem ser vistas como musas, mas sim como craques”: conquistas e desafios do futebol feminino em Goiás	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	Goiás
Passero et al. (2020)	Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem	Artigo em periódico	Quantitativo	Futebol de campo	Nacional

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Tipo de estudo	Modalidade	Local
Cruz et al. (2021)	A mulher no mundo do futebol: participação nas aulas de educação física.	Artigo em periódico	Quantitativo	Não especificado	Jeremoabo-BA.
Pereira et al. (2022)	A construção de um habitus de luta no futebol de mulheres: estudo de caso de uma equipe situada no estado do Paraná.	Tese	Misto	Futebol de campo	Paraná
Sant'Ana et al. (2022)	Quadro nacional de árbitras de futsal: uma história para possibilitar outras histórias.	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Bahia, Ceará, Paraíba e Piauí.
Pires et al. (2017)	MULHERES EM CAMPO: um olhar fenomenológico sobre os elementos que possibilitaram a escolha do futebol pelas jogadoras em São Luís do Maranhão.	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	São Luís-MA
Pires (2021)	Trajetórias de treinadoras de futsal universitário: o contexto da USP de Ribeirão Preto	Dissertação	Qualitativo	Futsal	Ribeirão Preto-SP
Pisani et al. (2012)	Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	Foz do Iguaçu-PR
Pisani, Hang e Moreira (2025)	Violencias de género y activismo de jugadoras de fútbol en Argentina y Brasil	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Argentina e Brasil
Reis (2024)	Ensino de futsal e igualdade de gênero no ambiente escolar: proposta de intervenção	Dissertação	Qualitativo	Futsal	São Paulo
Schmidt et al. (2022)	Desenvolvimento de atletas talentosas do futebol feminino	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Santos-SP
Rodrigues e Bernardo (2023)	Qual é, qual é, futebol não é pra mulher? Uma análise das vivências de mulheres como jogadoras de futebol profissional	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	São Paulo
Salvini e Marchi Júnior (2021)	Formação de um habitus futebolístico em mulheres no Brasil: um relato a partir das vivências de infância e vida adulta	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Curitiba-PR
Salvini e Marchi Júnior (2016)	"Guerreiras de chuteiras" na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Curitiba-PR
Silva e Nazário (2018)	Mulheres atletas de futsal: estratégias de resistência e permanência no esporte	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Estância Velha - RS
Silva, Silva e Petroski (2013)	La práctica de fútbol y factores sociodemográficos asociados en adolescentes	Artigo em periódico	Quantitativo	Não especificado	Aracaju-SE
Silveira, Guedes e Tuibeo (2020)	Participação feminina no pré-mirim nos jogos escolares de São Paulo: declínio de interesse ou aumento das barreiras?	Artigo em periódico	Quantitativo	Futsal	São Paulo - SP
Silveira, Carneiro e Silva (2016)	Entre memórias e histórias: o percurso do futebol feminino em Cáceres-MT.	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Cáceres - MT
Falcão e Gavião (2018)	Adesão, permanência e barreiras percebidas na prática do futebol feminino.	Artigo em periódico	Misto	Futebol de campo	Rio Grande do Sul

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Tipo de estudo	Modalidade	Local
Somariva e Cruz (2018)	A prática pedagógica do futebol nas aulas de educação física sob uma perspectiva de gênero	Artigo em periódico	Qualitativo	Não especificado	Cocal do Sul –SC
Souza, Capraro e Silva (2017b)	Habilidosas e bonitas: as considerações de duas atletas de futebol sobre a formação de suas identidades	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Souza (2017)	"Da visão que eu tenho, do que eu vivi, não sei muito no que acreditar": atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um futebol desamparado	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Souza e Capraro (2020)	Women's Football in Brazil: Memories of the National Team's Athletes	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Stahlberg (2011)	Mulheres em campo: novas reflexões acerca do feminino no futebol	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	São Paulo
Tamashiro et al. (2022)	Women's futsal at a Brazilian university: does the academic social environment influence prejudices against the players?	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Campinas - SP
Teoldo et al. (2023)	Talent map of female soccer: How does the birthplace and birthdate impact the participation of soccer players in Brazilian Serie A1 Championship?	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Nacional
Tiesler (2016)	Tres tipos de jugadoras transnacionales: diferenciar proyectos de movilidad de futbolistas mujeres en países centrales y en desarrollo	Artigo em periódico	Qualitativo	Futebol de campo	Brasil, Portugal, México, Colômbia, Estados Unidos e Guiné Equatorial
Torga (2019)	Com a palavra, as gestoras: a trajetória de mulheres em cargos de gestão nos clubes de futebol no Brasil	Dissertação	Qualitativo	Futebol de campo	Sudeste e Centro-Oeste
Trajano et al. (2017)	Time amador juvenil de futsal feminino de Barra do Garças-MT: rompendo limitações na construção do gênero mulher	Artigo em periódico	Qualitativo	Futsal	Barra do Garças-MS
Vasques et al. (2010)	A carreira no futebol feminino no município do Rio de Janeiro–sucessos e fracassos	Artigo em periódico	Qualitativo	Não especificado	Rio de Janeiro
Yamamoto (2025)	\"Eu sei das dores delas\": uma etnografia da formação de atletas no futebol de mulheres em São Paulo	Tese	Qualitativo	Não especificado	São Paulo - SP
Martins, Furtado e Gomes (2024c)	Negociar feminilidades e pertencimentos por meio do futebol: fluxos, fronteiras e na prática esportiva comunitária de mulheres.	Artigo em periódico	Qualitativo	Society	Vitória-ES

Fonte: elaboração própria.
Siglas: EUA: Estados Unidos da América; UNIFAP: Universidade Federal do Amapá; USP: Universidade de São Paulo.

3.2 Barreiras e Facilitadores

Todos os 92 estudos incluídos informaram aspectos que atuaram como barreiras à participação de mulheres no futebol e apenas 5 estudos não mencionaram aspectos facilitadores.

Os achados relacionados às barreiras reportadas na literatura sobre o futebol feminino no Brasil foram organizados em temas de interesse, com maior concentração nos aspectos relacionados ao "Acesso e Permanência" e "Condições de Prática e Estrutura disponíveis". No tema "Acesso e Permanência", o preconceito e estereótipos associados às praticantes é mencionado por 46 estudos. A categoria compreende aspectos como percepção de "reserva masculina" da prática e as diversas violências sofridas meninas e mulheres no futebol. No tema "Condições de Prática e Estrutura disponíveis", a insuficiência de suporte financeiro e profissional foi relatada por 25 estudos, destacando a relevância do apoio aos times para a participação em atividades de treinamento e oferta de acompanhamento médico e por equipes multiprofissionais.

As barreiras do tema "Políticas públicas e iniciativas institucionais" foram apontadas em 6 estudos, com destaque para a falta de fiscalização das normativas e iniciativas vigentes como a principal barreira a ser enfrentada pelas atletas. Destacam que, apesar dos avanços recentes de incentivo à prática, como a obrigatoriedade de times femininos vinculados aos clubes da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), a falta de fiscalização prejudica o trabalho das atletas.

A distribuição das barreiras por tema de interesse varia de acordo com diferentes contextos de práticas. Em relação ao futsal, por exemplo, todos os estudos relataram barreiras relacionadas ao acesso e permanência de meninas e mulheres no futebol. No futebol de campo, por outro lado, a maioria dos estudos reportam barreiras relacionadas às questões de profissionalização.

A maior parte dos estudos incluídos reporta a ocorrência de duas ou mais barreiras, demonstrando que os aspectos que dificultam a participação de mulheres no futebol não atuam isoladamente e que há sobreposição de limitações de diferentes naturezas, como aspectos culturais, materiais, contratuais e de gestão.

O quadro a seguir sintetiza as principais barreiras por tema de interesse:

Quadro 4. Principais barreiras identificadas por tema de interesse:

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Tema 1. Acesso e Permanência		
Iniciação tardia da prática esportiva	Estudos reportam a escassez de escolinhas de futebol e espaços estruturados como centros de formação inicial voltados para meninas na infância. A iniciação ocorre predominantemente em espaços informais, como quadras e campos comunitários, ou mesmo nas ruas, sem muitos incentivos. A inserção tardia resulta em um acúmulo de horas de prática e vivência motora significativamente inferior ao dos meninos na mesma faixa etária. No alto rendimento, também prejudica o preparo físico das atletas e a organização de treinamentos adequados às cargas de jogos e treinos.	Alcântara et al. (2026a), Andrade,Andrade (2021), Baptista e Otesbelgue (2013), Batista, Balzano e Munsberg (2025), Jardim e Betti (2021), Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026), Martínez-Mina (2019), Martins et al. (2021a), Martins, Silva e Souza (2021b), Pisani, Hang e Moreira (2025), Schmidt et al.(2022), Souza e Capraro(2020), Trajano et al. (2017), Yamamoto ((2025)
O ambiente escolar como espaço de interdição	As aulas de educação física são marcadas por segregação das modalidades desportivas por gênero no ambiente escolar (“futebol para os meninos, vôlei para as meninas”), resultado de mediação docente que direciona as meninas para modalidades consideradas “femininas”, o que interdita ou dificulta a prática de futebol por garotas. Observa-se também a oferta desigual de oportunidades, com ausência de times femininos em jogos interclasses e de equipes extracurriculares, bem como grande desigualdade na ocupação dos espaços físicos para a prática de futebol na escola, com dados que revelam que meninos chegam a ocupar as quadras até dez vezes mais. Práticas mistas, orientadas por profissionais despreparados, podem resultar em inibição ou constrangimento da prática por meninas devido à interação com meninos. A ausência de professores preparados para discussões estruturadas sobre gênero é uma barreira para a promoção de práticas que empoderem as meninas. Os estudos reportam ainda, como resultado, a exclusão de meninas pelos pares e a autoexclusão. O sentido se inverte quando há incentivo docente.	Alcântara et al. (2026a), Andrade (2021), Batista, Balzano e Munsberg (2025), Buch, Scherzer e Moraes (2025), Darido (2002), Oliveira (2016), Santos et al. (2008), Furlan e Santos (2008), Martínez-Mina (2019), Oliveira, Ricci e Marques (2022), Oliveira, Grifoni e Varotto (2020), Cruz et al. (2021), Reis (2024), Rodrigues e Bernardo (2023), Silveira, Carneiro e Silva (2016), Somariva e Cruz (2018)

(continua)

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Estereótipos, preconceito, discriminação e violência de gênero	O futebol é compreendido socialmente como uma modalidade de "reserva masculina", ou seja, como um espaço onde a masculinidade foi construída e mantida como padrão hegemônico. Diante desse contexto, os estudos reportam que meninas e mulheres praticantes enfrentam diversos tipos de preconceitos, discriminações e violências na busca por participação e legitimação. Estereótipos que relacionam a prática com masculinização, homossexualidade e regulação da expressão corporal abrem espaço para rotulações pejorativas, pressão estética e violência de gênero, que engloba tanto a desvalorização e o preconceito sistêmico contra mulheres no esporte quanto casos de agressão, importunação e assédio.	Alcântara et al. (2026a), Alcântara et al. (2026b), Baptista e Otesbelgue (2013), Batista e Souza (2022), Novais et al. (2021), Borges et al. (2006), Buch, Scherzer e Moraes (2025), Costa (2022), Rosa et al. (2020), Pisani (2020), Silveira e Stigger (2013), Darido (2002), Oliveira (2016), Souza et al. (2017a), Santos et al. (2008), Ferreira (2012), Furlan e Santos (2008), Guimarães, Barreira e Galatti (2023b), Jardim e Betti (2021), Kessler (2015), Kessler (2010), Knijnik (2006), Mizrahi (2024), Martins, Silva e Souza (2021b), Martins, Delarmelina e Souza (2024a), Martins, Delarmelina e Souza (2024b), Martins, Silva e Vasquez (2021c), Mastrocola (2021), Nascimento e Rocha (2021), Oliveira e Morato (2025), Pereira et al. (2022), Pires et al. (2017), Pires (2021), Pisani et al. (2012), Schmidt et al. (2022), Rodrigues e Bernardo (2023), Salvini e Marchi Júnior (2021), Salvini e Marchi Júnior (2016), Silva e Nazário (2018), Falcão e Gavião (2018), Souza, Capraro e Silva (2017b), Souza (2017), Tamashiro et al. (2022), Trajano et al. (2017), Yamamoto (2025), Martins, Furtado e Gomes (2024c)
Resistências e falta de apoio familiar	Oposição ou falta de incentivo inicial por parte dos pais e familiares, motivada por receio de estigmatização, lesões ou desaprovação social.	Borges et al. (2006), Costa (2022), Darido (2002), Oliveira (2016), Ferreira (2012), Furlan e Santos (2008), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Jardim e Betti (2021), Knijnik (2006), Martínez-Mina (2019), Nascimento e Rocha (2021), Pires (2021), Schmidt et al. (2022), Salvini e Marchi Júnior (2021), Tamashiro et al. (2022), Martins, Furtado e Gomes (2024c)

(continua)

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Sobrecarga doméstica, duplas e triplas jornadas	A responsabilização pelo desempenho de tarefas domésticas e cuidados familiares recai de forma desigual sobre as mulheres, gerando impactos profundos na saúde física, mental e na autonomia financeira (sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica), o que restringe o tempo disponível para treinos e dificulta a manutenção das rotinas exaustivas de atleta.	Biram (2021), Borges et al. (2006), Anjos et al. (2018), Santos et al. (2008), Guimarães et al. (2022), Maia (2021), Mastrocola (2021), Teoldo et al. (2023), Torga (2019), Martins, Furtado e Gomes (2024c)
Inexistência de suporte institucional adequado culminando na interrupção da carreira	As atletas enfrentam dificuldades para aliar a carreira com demais aspectos da vida pessoal e profissional, mas não contam com apoio institucional para contribuir nos seus desafios. Baixos salários obrigam atletas a interromperem a carreira por questões econômicas. Desigualdades salariais exigem maior tempo de estudos e qualificação para mulheres, sendo comum a necessidade de interrupção da carreira para a sequência nos estudos. A maioria dos clubes estão sediados em grandes centros urbanos, o que gera altos custos de deslocamento e fixação de moradia para atletas oriundas de cidades menores, que nem sempre são custeados pelos clubes. A inexistência de suporte institucional adequado para mães força escolhas entre a maternidade e a continuidade na carreira esportiva.	Costa (2022), Pisani (2020), Nascimento e Leite (2021), Anjos et al. (2018), Guimarães et al. (2022), Guimarães, Barreira e Galatti (2023b), Kessler (2010), Martins, Silva e Souza (2021b), Souza e Capraro (2020)
Pouca visibilidade e cobertura midiática	A pouca atenção da mídia ao futebol praticado por mulheres reflete a desvalorização e falta de reconhecimento da modalidade, repercutindo no desinteresse pela prática. A cobertura midiática costuma ser restrita aos grandes eventos, dificultando o acompanhamento dos jogos, o engajamento de pessoas torcedoras e a maior aceitação da participação feminina no futebol.	Baptista e Otesbelgue (2013), Costa (2022), Oliveira (2016), Nascimento e Leite (2021), Furlan e Santos (2008), Maia e Vasconcelos (2022), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Guimarães, Barreira e Galatti (2023b), Martínez-Mina (2019), Nascimento e Rocha (2021), Pisani, Hang e Moreira (2025), Reis (2024), Salvini e Marchi Júnior (2021), Souza e Capraro (2020)

(continua)

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Tema 2. Profissionalização e condições de trabalho		
Informalidade e precariedade das relações contratuais	Estudos reportam o predomínio de vínculos informais, sem carteira de trabalho assinada ou garantias previdenciárias. São recorrentes os contratos "de gaveta", acertos verbais ou apenas de "direito de imagem" sem efetividade jurídica real, além de contratos de curtíssima duração (restritos aos 2 a 3 meses de campeonatos estaduais). Atletas profissionais são frequentemente contratadas como amadoras, dificultando a fiscalização e a formação de um mercado profissional brasileiro de futebol de mulheres. A fragilidade de contratos com os clubes e a consequente ausência de garantias e benefícios legais provocam instabilidade e abandono da carreira. Atletas referem que essa condição leva a sofrimento mental.	Alcântara et al. (2026b), Almeida et al. (2018), Biram (2021), Souza e Martins (2018), Anjos et al. (2018), Maia e Vasconcelos (2022), Haag (2018), Kessler (2015), Martins, Delarmelina e Souza (2024a), Pereira et al. (2022), Salvini e Marchi Júnior (2021), Tiesler (2016)
Baixa remuneração e pagamento por "ajuda de custo"	Estudos indicam que existe uma prática generalizada de pagar pequenas ajudas de custo (frequentemente de R$ 200 a R$ 1.200/mês) em vez de salários formais. Além disso, são reportadas queixas de atletas relacionadas aos baixos salários, instabilidade financeira e atrasos nos pagamentos. Esse cenário repercute na busca de mulheres por seguir a carreira fora do país.	Alcântara et al. (2026b), Almeida et al. (2018), Barreira et al. (2025), Souza e Martins (2018), Nascimento e Leite (2021), Haag (2018), Kessler (2010), Lourenço, Souza e Capraro (2024), Maia (2021), Nascimento e Rocha (2021), Pereira et al. (2022), Pires et al. (2017), Falcão e Gavião (2018), Souza e Capraro (2020), Tiesler (2016)
Necessidade de acúmulo de vínculos e dificuldades para dedicação exclusiva à carreira	A falta de reconhecimento e valorização profissional, refletida na baixa remuneração, implica na necessidade de acúmulo de vínculos para garantir sustentabilidade econômica, dificultando a dedicação exclusiva de atletas e integrantes de comissões técnicas ao esporte.	Novais et al. (2021), Nascimento e Leite (2021), Santos et al. (2008), Ferreira (2012), Mastrocola (2021), Nascimento e Nunes (2014), Paiva (2024), Salvini e Marchi Júnior (2016), Falcão e Gavião (2018), Souza e Capraro (2020), Tiesler (2016)

(continua)

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Profundas disparidades com o futebol masculino	Enquanto os meninos almejam a ascensão social por meio do futebol, as meninas que se profissionalizam não vislumbram sequer a subsistência no esporte. O cenário de profunda desigualdade salarial, escassez de patrocínios privados e baixo investimento comercial na modalidade, em comparação às estruturas masculinas, dificultam o interesse na profissionalização de mulheres no futebol. Estudos reportam que a receita de clubes femininos não alcança 10% do orçamento destinado ao time masculino e que o valor pago em diárias para mulheres chega a ser metade do valor pago aos homens que desempenham a mesma função. A excessiva concentração de patrocínios no futebol masculino gera uma relação de dependência e subordinação dos times femininos, que costumam ser penalizados quando há rebaixamento ou crise no departamento masculino.	Almeida et al. (2018), Batista e Souza (2022), Oliveira (2016), Haag (2018), Lourenço, Souza e Capraro (2024), Martins, Delarmelina e Souza (2024b), Martins, Silva e Vasquez (2021c), Paiva (2024), Pires et al. (2017), Rodrigues e Bernardo (2023), Souza (2017)
Tema 3. Ecossistema		
Baixa representatividade de mulheres em cargos de liderança	Estudos informam a baixa presença feminina em funções de comando técnico (treinadoras e auxiliares), preparação física, gestão, arbitragem e em órgãos diretivos de clubes e federações. A predominância masculina nesses espaços é reportada como barreira para a ascensão de mulheres, devido ao viés de confirmação.	Alcântara et al. (2026b), Almeida et al. (2018), Novais et al. (2021), Anjos et al. (2018), Amaral et al. (2021), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Guimarães, Barreira e Galatti (2023b), Haag (2018), Jardim e Betti (2021), Mastrocola (2021), Monteiro et al. (2020), Nascimento e Nunes (2014), Passero et al. (2020), Salvini e Marchi Júnior (2016), Stahlberg (2011), Torga (2019)
Sub-representação interseccional	Estudos reportam representatividade muito baixa de mulheres negras, periféricas e/ou com deficiência nos espaços de tomada de decisão e comissões técnicas de elite.	Barreira et al. (2025), Martins, Delarmelina e Souza (2024a), Martins, Delarmelina e Souza (2024b)
Exigência desproporcional de comprovação de competência técnica	Estudos informam que, apesar de mulheres se qualificarem cada vez mais, a sua representatividade em cargos da comissão técnica não acompanha direta e proporcionalmente a sua qualificação. Treinadoras e gestoras enfrentam exigências de formação mínima que não são requeridas para homens no mesmo cargo e declaram a necessidade constante de "provar competência" perante ambientes dominados por homens, enfrentando desconfiança inicial, assédio e desqualificação de seus conhecimentos.	Barreira et al. (2025), Novais et al. (2021), Buch, Scherzer e Moraes (2025), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Mastrocola (2021), Monteiro et al. (2020), Nascimento e Nunes (2014), Sant'Ana et al. (2022), Stahlberg (2011), Torga (2019)

(continua)

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Alto custo de formação	Diante do cenário de baixa remuneração, o elevado custo financeiro para a obtenção de licenças formais de capacitação (como os cursos da CBF Academy, mantidos pela Confederação Brasileira de Futebol, CBF) pode se tornar uma barreira para o acesso de mulheres a cargos da comissão técnica. A falta de redes institucionais que apoiem e invistam na capacitação de mulheres, ou que facilitem a transição da carreira de atleta para a gestão ou treinamento também foi reportada em estudos.	Novais et al. (2021), Mastrocola (2021)
Uso de parâmetros masculinos para testes físicos	Estudo reporta a adoção de teste físico pela FIFA que utiliza índices e parâmetros equivalente aos masculinos em certificações, provocando treinos exaustivo e menor desempenho entre mulheres que atuam na comissão técnica.	Monteiro et al. (2020)
Tema 4. Condições de prática e Estruturas		
Escassez de estruturas próprias e uso subordinado dos espaços de treinamento	Estudos informam que times femininos frequentemente dependem dos Centros de Treinamento masculinos, devido à ausência de estruturas e materiais próprios. Diante de um cenário de prioridade absoluta para as equipes masculinas, as mulheres frequentemente treinam em horários marginais, de acordo com a disponibilidade.	Biram (2021), Pisani (2014), Guimarães et al. (2022), Schmidt et al. (2022)
Precariedade das instalações físicas e falta de materiais	Espaços públicos destinados à prática de futebol nem sempre estão disponíveis e podem se tornar ambientes hostis às meninas e mulheres, seja pela apropriação das estruturas por homens e meninos, seja pelas condições de segurança. Estudos reportam o uso frequente de campos de várzea com gramados desgastados, quadras sem iluminação ou com piso danificado, ausência de materiais básicos (bolas adequadas, chuteiras) e uso de fardamentos masculinos reutilizados ou adaptados.	Alcântara et al. (2026a), Andrade (2021), Maia e Vasconcelos (2022), Lima et al. (2022), Oliveira e Morato (2025), Paiva (2024), Pereira et al. (2022), Rodrigues e Bernardo (2023), Salvini e Marchi Júnior (2021), Salvini e Marchi Júnior (2016), Silva e Nazário (2018), Silveira, Carneiro e Silva (2016), Souza (2017), Souza e Capraro (2020), Yamamoto (2025)
Calendário competitivo curto e irregular	Os estudos indicam que há escassez de competições no futebol de mulheres ao longo do ano e que o calendário competitivo é marcado por campeonatos de curta duração. Atletas reportaram nos estudos que não há fiscalização adequada da CBF sobre a minutagem dos jogos e que há rodadas com intervalos de descanso insuficientes para a recuperação física das atletas. Esse cenário reduz a atratividade de investimentos na modalidade e é responsável pela migração de atletas para outros países em busca de melhores oportunidades.	Alcântara et al. (2026a), Andrade (2021), Alcântara et al. (2026b), Batista, Balzano e Munsberg (2025), Biram (2021), Costa (2022), Lima e Hecktheuer (2019), Oliveira (2016), Jardim e Betti (2021), Kessler (2010), Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026), Oliveira e Morato (2025), Paiva (2024), Salvini e Marchi Júnior (2016), Souza e Capraro (2020), Yamamoto (2025)

(continua)

Principais barreiras	Descrição	Estudos
Déficit de categorias de base	Estudos informam a inexistência de torneios de categorias de base (Sub-13, Sub-15, Sub-17) em grande parte das unidades federativas, dificultando a permanências de mulheres jovens na carreira.	Barreira et al. (2025), Batista, Balzano e Munsberg (2025), Souza e Martins (2018), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Salvini e Marchi Júnior (2021)
Insuficiência de suporte financeiro e profissional	Estudos indicam falta de suporte financeiro e dificuldade em conseguir patrocínio privado para a participação em atividades de treinamento e competições. Reportam a falta de acompanhamento contínuo por equipe multidisciplinar, com médico, fisioterapeutas, nutricionistas e psicólogos, além de condições precárias de alojamento, transporte e alimentação. Atletas relatam acompanhamento médico insensível às questões de gênero.	Andrade (2021), Almeida et al. (2018), Batista e Souza (2022), Pisani (2014), Lima e Hecktheuer (2019), Nascimento e Leite (2021), Maia e Vasconcelos (2022), Guimarães et al. (2022), Kessler (2010), Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026), Martínez-Mina (2019), Martins, Delarmelina e Souza (2024b), Nascimento e Rocha (2021), Oliveira e Morato (2025), Paiva (2024), Pires et al. (2017), Pisani et al. (2012), Schmidt et al. (2022), Salvini e Marchi Júnior (2016), Silva e Nazário (2018), Souza e Capraro (2020), Trajano et al. (2017), Vasques et al. (2010), Yamamoto (2025)
Desigualdades regionais	Estudos apontam forte concentração de recursos, estrutura e campeonatos no Sudeste do país, enquanto as demais regiões vivenciam um cenário de desestruturação	Barreira et al. (2025), Pereira et al. (2022), Teoldo et al. (2023)
Tema 5. Políticas Públicas e iniciativas institucionais		
Falta de fiscalização das leis de fomento e de iniciativas não governamentais	Estudos reportam que normas de incentivo ao futebol de mulheres, como a Lei 13.155/2015 que institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), necessitam de regulamentação e fiscalização adequada, de modo a especificar parâmetros mínimos de qualidade e garantir o seu cumprimento pelos clubes. Entre as iniciativas não governamentais, os estudos indicam que o cumprimento de resoluções das federações para incentivar o futebol feminino, como a CBF e a CONMEBOL, ocorre apenas por formalidade, sem que haja fiscalização efetiva das condições de trabalho das atletas. Estudos apontam também a existência de leis estaduais não implementadas.	Maia e Vasconcelos (2022), Martins, Delarmelina e Souza (2024a), Paiva (2024), Rodrigues e Bernardo (2023), Silveira, Carneiro e Silva (2016), Souza e Capraro (2020)

Fonte: elaboração própria a partir da tabela de extração.

Os achados relacionados aos facilitadores identificados na literatura estão mais concentrados no tema Acesso e Permanência, seguido pelo tema relacionado à participação de mulheres em funções do Ecossistema esportivo. O incentivo de familiares e amigos à prática é o principal facilitador identificado por 32 estudos. Este suporte é caracterizado como emocional, psicológico e financeiro, com investimentos familiares na formação e desenvolvimento das atletas até alcançarem níveis profissionais. Ao lado deste, os laços de amizade, as redes de afeto e a sociabilização pelo futebol, criados a partir das dificuldades compartilhadas, são apontados como importante motivação para a continuidade no esporte.

Marcos regulatórios e programas de incentivos à prática foram mencionados em 12 e 9 estudos, respectivamente. As leis e marcos regulatórios apoiaram o desenvolvimento de novas oportunidades profissionais para as praticantes de futebol, e os programas de incentivo, como a oferta de bolsas de estudos, contribuíram para o maior acesso de meninas e mulheres e apoiaram a permanência de atletas no esporte ao oferecer condições financeiras para dedicação exclusiva à carreira.

Entre os principais facilitadores mencionados nos estudos que avaliaram o futebol de campo como modalidade, estão as regulamentações promovidas pelas federações de futebol, os contratos formais de trabalho e os programas de bolsas e incentivos. Em relação ao futsal, os principais facilitadores identificados na literatura foram o papel da prática em ambiente escolar na iniciação de meninas, as redes de afeto e sociabilidade, e os programas de bolsas de estudos.

O quadro a seguir sintetiza os principais aspectos facilitadores por tema de interesse:

Quadro 5. Principais facilitadores identificados por tema:

Principais facilitadores	Descrição	
Tema 1. Acesso e Permanência		
Incentivo e suporte familiar	Estudos apontam que o apoio familiar, fornecido principalmente por pais e irmãos, atua como um dos principais incentivadores e formas de encorajamento para iniciar a prática por meninas. O incentivo pode se estender ao investimento na formação, com financiamento de vagas em escolinhas de preparação, cursos e viagens relacionados ao futebol.	Andrade (2021), Baptista e Otesbelgue (2013), Batista, Balzano e Munsberg (2025), Batista e Souza (2022), Novais et al. (2021), Borges et al. (2006), Costa (2022), Rosa et al. (2020), Oliveira (2016), Souza et al. (2017a), Nascimento e Leite (2021), Haag (2018), Martínez-Mina (2019), Martins et al. (2021a), Mastrocola (2021), Monteiro et al. (2020), Nascimento e Rocha (2021), Oliveira, Ricci e Marques (2022), Oliveira e Morato (2025), Pires et al. (2017), Pisani et al. (2012), Schmidt et al. (2022), Rodrigues e Bernardo (2023), Salvini e Marchi Júnior (2021), Falcão e Gavião (2018), Souza, Capraro e Silva (2017b), Tamashiro et al. (2022), Torga (2019), Vasques et al. (2010), Yamamoto (2025)
Atuação afirmativa de docentes e treinadores	A escola é apresentada em alguns estudos como espaço de introdução à modalidade e de oportunidades de desenvolvimento motor e habilidades relacionadas ao esporte para meninas, com exemplos positivos em programas de ensino integral. Na presença de mediação pedagógica inclusiva nas aulas de Educação Física e treinos, garantindo espaço de jogo, horários protegidos e combate direto à exclusão, docentes e treinadores passam a representar incentivo e inspiração.	Andrade (2021), Buch, Scherzer e Moraes (2025), Pisani (2020), Oliveira (2016), Knijnik (2006), Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026), Martins et al. (2021a), Neuenfeldt e Lansing (2020), Oliveira, Ricci e Marques (2022), Oliveira e Morato (2025), Oliveira, Grifoni e Varotto (2020), Cruz et al. (2021), Reis (2024), Schmidt et al. (2022), Somariva e Cruz (2018), Vasques et al. (2010)
Existência de projetos sociais, atividades de extensão universitária e escolinhas gratuitas	Estudos destacam que oportunidades gratuitas promovidas por universidades, ONGs e governos eliminam barreiras físicas, sociais e financeiras e oferecem um ambiente seguro para a iniciação. Esses projetos podem assumir o papel de introduzir meninas na modalidade de forma mais igualitária e atenta às questões de gênero.	Andrade (2021), Biram (2021), Borges et al. (2006), Pisani (2014), Anjos et al. (2018), Martins et al. (2021a), Oliveira e Morato (2025), Paiva (2024), Tamashiro et al. (2022), Trajano et al. (2017)

(continua)

Principais facilitadores	Descrição	
Redes de afeto, sociabilidade, representatividade e pertencimento	Estudos reportam ingresso e permanência no futebol motivados pela construção de laços de amizade entre praticantes, o sentimento de comunidade e resistência coletiva, aliados ao prazer e paixão pela modalidade. Essas relações também possibilitam acessar novas oportunidades no esporte.	Andrade (2021), Baptista e Otesbelgue (2013), Borges et al. (2006), Pisani (2014), Souza et al. (2017a), Guimarães et al. (2022), Guimarães, Barreira e Galatti (2023b), Jardim e Betti (2021), Mizrahi (2024), Martínez-Mina (2019), Mastrocola (2021), Nascimento e Rocha (2021), Oliveira, Grifoni e Varotto (2020), Pisani et al. (2012), Schmidt et al. (2022), Souza (2017), Yamamoto (2025)
Iniciação esportiva durante a infância	Estudos apontam que a vivência do jogo ainda na infância favorece a permanência na carreira, principalmente quando acompanhada de acolhimento e estímulo interpessoal.	Almeida et al. (2018), Baptista e Otesbelgue (2013), Silveira e Stigger (2013), Rodrigues e Bernardo (2023), Trajano et al. (2017)
Disponibilidade de espaços informais para a iniciação esportiva	A prática do futebol em espaços públicos e informais disponíveis, como ruas e quadras comunitárias, é cultural e tradicionalmente disseminada no Brasil, facilitando o acesso à modalidade, sobretudo entre famílias de baixa renda.	Alcântara et al. (2026a), Andrade (2021), Batista e Souza (2022)
Empoderamento pela prática	Estudos apontam que a construção de uma expressão identitária autônoma e empoderada pelas atletas contribui para o engajamento do público e para o reconhecimento de pares. Uma performance comportamental aliada à competitividade e à superação pessoal influencia positivamente nas chances de contratação de mulheres.	Costa (2022), Santos et al. (2008), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Kessler (2015), Martínez-Mina (2019), Monteiro et al. (2020), Nascimento e Rocha (2021), Pires et al. (2017), Salvini e Marchi Júnior (2021), Martins, Furtado e Gomes (2024c)
Ampliação da visibilidade pública, cobertura midiática e o papel das redes sociais na desconstrução de estereótipos	Estudos indicam que a divulgação de histórias pessoais das atletas e de matérias afirmativas incentiva jovens à prática do esporte e contribuem para a construção de vínculos e relações de pertencimento entre o time e a comunidade. Campanhas de clubes e de federações pela valorização do futebol de mulheres ampliam o engajamento e a visibilidade da modalidade. Redes sociais e mídias tradicionais foram apontadas como aliadas nesta divulgação. O uso de redes sociais para compartilhamento do dia a dia das atletas tem contribuído para apresentar as jogadoras mais próximas a um padrão de feminilidade que ampliem a aceitação e o consumo da modalidade.	Novais et al. (2021), Darido (2002), Martins, Delarmelina e Souza (2024a), Salvini e Marchi Júnior (2016), Silva e Nazário (2018), Silveira, Carneiro e Silva (2016)

(continua)

Principais facilitadores	Descrição	
Tema 2. Profissionalização e condições de trabalho		
Ampliação das oportunidades de contratação formal	Estudos reportam que a assinatura de contratos profissionais de trabalho, com registro em carteira e garantias previdenciárias para equipes adultas de elite tem ampliado após exigências regulatórias. Esse cenário contribui para o maior tempo de permanência e estabilidade na carreira, bem como menor perda de profissionais para equipes fora do país.	Barreira et al. (2025), Pisani (2020), Haag (2018), Martins, Silva e Souza (2021b), Rodrigues e Bernardo (2023), Salvini e Marchi Júnior (2021), Salvini e Marchi Júnior (2016), Tiesler (2016)
Oferta de bolsas e incentivos financeiros	Estudos apontam que a concessão de bolsas e incentivos financeiros, governamentais ou não governamentais, favorece a dedicação exclusiva de mulheres à carreira de atletas e ao seu melhor desempenho. Foram identificadas iniciativas como o programa Bolsa Atleta, bolsas universitárias e ajudas de custo fornecidas por clubes.	Souza e Martins (2018), Haag (2018), Martins et al. (2021a), Martins, Silva e Souza (2021b), Salvini e Marchi Júnior (2021), Tiesler (2016)
Garantia de benefícios e de proteção social	A oferta de benefícios para custear gastos como alimentação, moradia e transporte, bem como de assistência à saúde, foram reportados como importantes atrativos para a profissionalização de mulheres.	Souza e Martins (2018), Pisani, Hang e Moreira (2025)
A carreira no futebol como possibilidade de ascensão social para mulheres negras	Estudos indicam que as atletas no futebol de mulheres são, em sua maioria, não brancas e que a chance de uma mulher negra jogar futebol é 2,685 vezes maior em comparação com mulheres brancas, indicando que a profissionalização no futebol pode representar uma chance de ascensão social ou maior estabilidade financeira para mulheres negras.	Kessler (2015), Martins, Silva e Vasquez (2021c)
Tema 3. Ecossistema		
A experiência como ex-atleta como facilitador para a transição de carreiras	Estudos apontam que a experiência e o desempenho como ex-jogadoras favorece a ascensão para cargos de treinadoras, auxiliares, gestoras e dirigentes. A permanência nas posições, por sua vez, está associada aos resultados, relacionamento positivo com o time, competências técnicas e capacidade de gestão.	Novais et al. (2021), Ferreira (2012), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Pires (2021)

(continua)

Principais facilitadores	Descrição	
Oferta e incentivo à participação em programas de capacitação e mentorias especificas	Estudos indicam que a oferta de bolsas e incentivos para a participação de mulheres em cursos de aperfeiçoamento, licenças técnicas (como as Licenças A, B, C e PRO da CBF Academy) e mentorias específicas contribui para a sua ascensão profissional e desenvolvimento na carreira. Parcerias com instituições de ensino foram mencionadas como possibilidades de expansão da oferta de capacitação para mulheres.	Barreira et al. (2025), Novais et al. (2021), Guimarães, Barreira e Galatti (2023b), Haag (2018), Martins, Delarmelina e Souza (2024b), Pires (2021), Torga (2019)
Ativismo de coletivos, movimentos sociais e representação sindical	Atuação de sindicatos, movimentos de mulheres, associações de atletas e profissionais, entre outros coletivos, na cobrança por igualdade de oportunidades, representatividade nos conselhos e combate ao assédio, contribuem para a valorização e reconhecimento profissional das atletas e melhoria das suas condições de trabalho.	Alcântara et al. (2026b), Almeida et al. (2018), Nascimento e Rocha (2021), Pisani, Hang e Moreira (2025)
Liderança feminina e a ampliação de oportunidades para mulheres no futebol	Estudos indicam que a maior presença feminina em cargos de liderança abre caminho e oportunidades para a ascensão de outras mulheres e promove ambientes de trabalho mais inclusivos.	Alcântara et al. (2026b), Barreira et al. (2025), Biram (2021), Darido (2002), Amaral et al. (2021), Guimarães, Barreira e Galatti (2023a), Martins, Delarmelina e Souza (2024b), Monteiro et al. (2020), Sant'Ana et al. (2022), Rodrigues e Bernardo (2023), Silveira, Carneiro e Silva (2016), Torga (2019)
Tema 4. Condições de prática e estruturas		
Acesso a centros de treinamento equipados e com acompanhamento adequado	A disponibilidade de campos e centros de treinamento equipados, com dimensões oficiais, infraestrutura apropriada e acompanhamento multiprofissional adequado, com destaque para abordagem específica da psicologia do esporte, são reportados nos estudos como fatores que favorecem o crescimento da prática entre mulheres.	Andrade (2021), Pisani (2020), Lima e Hecktheuer (2019), Nascimento e Rocha (2021), Salvini e Marchi Júnior (2021), Silva e Nazário (2018), Tiesler (2016)
Expansão e reformulação do calendário esportivo	A criação de mais séries do campeonato brasileiro de futebol feminino, além de campeonatos estaduais e de modalidades de base (Sub-17 e Sub-20), foi apontada como forma de atrair mais investimentos no futebol de mulheres, principalmente da iniciativa privada, contribuindo para melhores condições e incentivos para a prática.	Alcântara et al. (2026b), Almeida et al. (2018), Darido (2002), Haag (2018), Pisani et al. (2012), Tiesler (2016)

(continua)

Principais facilitadores	Descrição	
Tema 5. Políticas Públicas e iniciativas institucionais		
Marcos regulatórios de federações (como a CBF, CONMEBOL e FIFA) que incentivam a formação de times profissionais de futebol feminino	Estudos apontam que a adoção de regras pela CONMEBOL (2019) que exigiram a criação de times femininos profissionais e de base nos clubes participantes de grandes competições contribuiu para o aumento do número de equipes profissionais de futebol feminino e abriu espaços para mulheres na modalidade.	Alcântara et al. (2026a), Alcântara et al. (2026b), Almeida et al. (2018), Batista, Balzano e Munsberg (2025), Biram (2021), Novais et al. (2021), Maia e Vasconcelos (2022), Paiva (2024), Passero et al. (2020), Pereira et al. (2022), Sant'Ana et al. (2022), Rodrigues e Bernardo (2023)
Leis de incentivo e programas governamentais	O acesso a bolsas de estudo de desempenho esportivo, como o Bolsa Atleta, e aplicação de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), contrapartidas do Profut (Lei 13.155/2015) e programas federais como o Programa Academia & Futebol (Ministério da Cidadania) foram apontados como importantes ações governamentais de melhoria das condições de prática e de incentivo ao futebol de mulheres. A utilização de espaços públicos, como ginásios, e a celebração de parcerias com secretarias municipais para realização de eventos esportivos e para a oferta de transporte, alimentação e hospedagem também foram mencionadas como medidas que podem incentivar e melhorar as condições de prática do futebol feminino pelo setor governamental.	Batista e Souza (2022), Haag (2018), Mizrahi (2024), Lima et al. (2022), Lourenço, Souza e Capraro (2024), Martins et al. (2021a), Pires et al. (2017), Pires (2021), Silveira, Carneiro e Silva (2016)
Adoção de medidas para atrair e engajar o público torcedor	Adoção de medidas que facilitem o acesso do público torcedor aos jogos de futebol feminino foi destacada em um dos estudos, com o uso de arenas principais, calendário de jogos em dias e horários acessíveis e garantia de gratuidade de acesso aos jogos ou venda de ingressos a preços populares.	Biram (2021)

Fonte: elaboração própria a partir da tabela de extração.

Siglas: ONGs: organizações não governamentais.

3.3 Síntese dos resultados por temas de interesse

Esta seção apresenta os resultados extraídos dos noventa e dois registros do corpus, organizados nos cinco temas de interesse que correspondem às perguntas de pesquisa secundárias da revisão.

Além disso, cada estudo foi examinado em relação aos cinco temas e foi identificado, em cada um deles, se os aportes abrangiam a temática de forma direta, quando produzia achados sobre o tema como parte de seu objeto, de forma parcial, quando produzia achados sobre o tema sem que este se configurasse como objeto do estudo, ou como sem evidência. No quadro abaixo, é apresentada a distribuição dos estudos por tema de interesse, segundo o tema principal e o tipo de abordagem.

Quadro 6. Classificação das evidências aportadas pelos estudos por tema de interesse e forma de abordagem

TEMA DE INTERESSE	TEMA PRINCIPAL n (%)	ABORDAGEM DIRETA n	ABORDAGEM PARCIAL n	TOTAL COM EVIDÊNCIA n (%)
TEMA 1: Acesso e permanência	54 (58,7%)	70	4	74 (80,4%)
TEMA 2: Profissionalização e condições de trabalho	24 (26,1%)	35	10	45 (48,9%)
TEMA 3: Ecossistema esportivo	14 (15,2%)	23	8	31 (33,7%)
TEMA 4: Condições de prática e estrutura	6 (6,5%)	42	18	60 (65,2%)
TEMA 5: Políticas públicas e iniciativas institucionais	6 (6,5%)	19	21	40 (43,5%)

Nota: um mesmo registro pode aportar evidência a mais de um tema de interesse e declarar até dois temas principais; por isso, as somas das colunas excedem noventa e dois. Os registros como tema principal estão contidos na coluna de abordagem direta. Percentuais calculados sobre os noventa e dois registros do corpus. Fonte: elaboração própria a partir da tabela de extração.

3.3.1 Resultados sobre Tema 1 - Acesso e Permanência

Pergunta secundária: *Quais são as principais barreiras e facilitadores para o acesso e permanência das meninas e mulheres no futebol brasileiro em contextos de lazer, prática amadora, futebol comunitário e educação física escolar?*

Setenta e quatro dos noventa e dois registros do corpus aportam evidências ao tema Acesso e Permanência, dos quais setenta o abordam de forma direta e quatro de forma parcial, isto é, produzem achados relacionados às condições de entrada e continuidade no futebol feminino, ainda que esses aspectos não se configurem como objeto central do estudo. Cinquenta e quatro registros declaram o acesso e a permanência no esporte entre seus temas principais.

A partir da leitura dos estudos, os achados recorrentes foram agrupados em nove subtemas relacionados ao acesso e à permanência no futebol de mulheres. O quadro com a distribuição e a síntese dos achados reportados por subtema pode ser verificado no **Apêndice 3**.

Cada subtema reúne estudos que descrevem uma mesma dimensão do fenômeno, ainda que em contextos distintos e com diferentes formas de abordagem. O quadro abaixo descreve cada subtema

conforme o que foi reportado nos estudos.

Quadro 7. Subtemas - Acesso e permanência

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
A rua e os espaços comunitários como via de acesso	Reúne os estudos que descrevem o primeiro contato com o futebol em espaços informais, como a rua, o quintal, o campinho e a várzea, quase sempre com pais, irmãos, primos e meninos, e o que esse local de iniciação indica sobre a oferta formal. Aparece nos dois sentidos: é a porta de entrada efetiva e, ao mesmo tempo, o sinal mais recorrente de que não havia escolinha nem clube para meninas.
O papel da família	Reúne os estudos sobre a posição da família diante da prática, do primeiro contato à continuidade: do incentivo à oposição declarada, incluindo a resistência ligada a estereótipos de gênero e a retirada do apoio na adolescência. É o subtema com mais estudos (33) e aparece nos dois sentidos, em proporção equilibrada. Em 14 estudos, os dois cenários coexistem: o apoio de ao menos um familiar sustenta a continuidade, enquanto o preconceito familiar restringe a entrada.
A escola como espaço de interdição e de acesso	Reúne os estudos sobre a escola como lugar em que o futebol é negado ou oportunizado às meninas: a separação das modalidades por sexo nas aulas de Educação Física (“futebol para os meninos, vôlei para as meninas”), a exclusão pelos pares, a autoexclusão e a oferta desigual de interclasses e de equipes extracurriculares. Aparece sobretudo como obstáculo. O sentido se inverte quando há incentivo docente, equipe ou treino feminino na escola, ou quando ela funciona como porta de entrada acessível.
Dificuldade de acesso e escassez de oferta formal	Reúne os estudos que descrevem o que existe para meninas e mulheres jogarem: escolinhas, categorias de base, competições, espaços de treino e projetos sociais, além das políticas e regras que criam ou limitam essa oferta. Aparece nos dois sentidos: a ausência é o registro mais frequente, e os mesmos estudos mostram o efeito de acesso quando a oferta é criada, como um projeto social, uma escolinha gratuita ou a obrigatoriedade de equipes femininas nos clubes.
Interseções de gênero, raça e classe	Reúne os estudos que mostram como gênero, raça e classe se combinam na desvantagem de acesso e permanência: renda, marginalização de atletas negras, racismo, falta de recursos familiares e desigualdade de patrocínio e reconhecimento. Aparece como acúmulo de desvantagem. É o subtema com menos estudos (7), e um único registro em sentido favorável, que trata o futebol como fator de proteção e ascensão social para meninas de periferia.
Estigma de masculinização, regulação da feminilidade e da sexualidade	Reúne os estudos em que a prática é lida como masculina e regulada: o estereótipo da masculinização, a associação à homossexualidade, os insultos e a exigência de que a atleta corresponda a um padrão de feminilidade, associados à restrição da adesão e da permanência. Aparece sempre como obstáculo, e nenhum estudo analisado o registra em sentido contrário.

(continua)

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Desconfiança e exigência de comprovação de qualificação técnica	Reúne os estudos em que se atribui menor competência técnica às mulheres e em que elas precisam provar capacidade repetidamente para serem aceitas no espaço de prática: comparação com o desempenho masculino, desconfiança, deslegitimação pelos meninos e culpabilização pela derrota. Em parte dos estudos, isso se desdobra em autoexclusão e falta de confiança nas próprias habilidades. Aparece sempre como obstáculo, e nenhum estudo o registra em sentido contrário.
Apropriação masculina dos espaços e sobrecarga	Reúne os estudos que apontam duas restrições concretas de participação: a ocupação de quadras e campos por meninos e homens, com a falta de espaço físico, e a falta de tempo pela sobrecarga de trabalho doméstico, cuidado com a família, estudo, trabalho e maternidade. A maior parte dos estudos trata de tempo e sobrecarga, e a apropriação masculina do espaço aparece em poucos. Aparece sempre como obstáculo.
Amor à prática, construção de vínculos e de redes, auto-organização	Reúne os estudos em que a permanência se sustenta no gosto pelo jogo, nas amizades, no pertencimento ao grupo e em iniciativas coletivas ou auto-organizadas, inclusive diante de restrições à participação e sem depender de retorno financeiro. Aparece como facilitador em todos os estudos, exceto um, que o registra como resistência à reivindicação do direito de jogar nas aulas de Educação Física. É o principal mecanismo de permanência nos contextos de futebol amador, de lazer e comunitário.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

No interior de cada subtema, os achados foram organizados em 42 categorias, que sintetizam condições ou processos específicos identificados nos estudos, como a iniciação em espaços informais, o apoio ou a oposição familiar, a segregação nas aulas de Educação Física, a escassez de oportunidades formais, a estigmatização da prática, a sobrecarga decorrente da conciliação entre futebol e outras atividades e a criação de espaços próprios de prática. Para cada categoria, os achados reportados por cada um dos estudos analisados foram identificados e sintetizados, permitindo preservar a relação entre a síntese temática e os estudos que a sustentam. Esses dados estão disponíveis no Apêndice 3.

As subseções seguintes desenvolvem cada subtema de Acesso e Permanência, acompanhando o percurso da prática esportiva desde as vias de entrada no futebol feminino, passando pelo papel da família, da escola e da oferta formal de oportunidades, até as desigualdades que condicionam o acesso e as barreiras simbólicas, espaciais e materiais que afetam a continuidade da prática. Por fim, são discutidos os mecanismos que sustentam a permanência, associados aos vínculos, à sociabilidade, ao pertencimento e à auto-organização das praticantes.

A rua, o quintal e os espaços comunitários como via de acesso predominante

O primeiro contato de meninas com o futebol ocorre, em parte significativa dos estudos, em espaços informais. A literatura registra a rua, o quintal, a várzea, as brincadeiras de vizinhança e outros

espaços públicos como locais de iniciação, frequentemente sem orientação profissional. Andrade (2021), por exemplo, observa que "o contato inicial de grande parte dessas meninas foi favorecido pela captura proporcionada pelo ambiente de jogo de bola com os pés" (p. 97). A disponibilidade desses ambientes aparece relacionada à condição socioeconômica e à inexistência de locais formais de prática. Nesse sentido, Alcântara et al. (2026a) registra que "sua disponibilidade varia significativamente de acordo com a região e o contexto socioeconômico" (p. 7), enquanto Batista, Balzano e Munsberg (2025) identificam a predominância da rua como espaço de iniciação: "a maioria das atletas começou a jogar na rua (80%), seguido de em casa (15%) e no colégio (5%)" (p. 50).

A presença de meninos nesses primeiros espaços de prática é recorrente. Os estudos registram meninas que iniciaram no futebol na rua, no bairro ou em brincadeiras de vizinhança tendo meninos como parceiros de jogo, em alguns casos sendo a única menina do grupo. Pereira et al. (2022), por exemplo, registra: "Entre as jogadoras, oito delas começaram a jogar futebol com algum menino (amigos ou parentes), sobretudo, em espaços públicos como campinho ou na rua. Somente cinco jogadoras se inseriram no futebol por meio de alguma escolinha ou projeto". A experiência também aparece em Andrade (2021), cujo estudo registra o contato inicial com o futebol em ambientes informais.

Há também registros que permitem comparar as vias de entrada. Batista, Balzano e Munsberg (2025) apresentam uma diferença quantitativa entre os espaços de iniciação, com a rua respondendo por 80% dos casos, enquanto o colégio representa 5% (p. 50). Pereira et al. (2022), por sua vez, registra que apenas cinco jogadoras ingressaram no futebol por meio de escolinha ou projeto. Em um caso específico, Oliveira (2016) registra a influência da história familiar sobre o primeiro contato com a modalidade, observando que "faz-se presente nesses discursos a questão da herança cultural, da influência da história familiar, que tornou possível o contato das alunas em algum momento da vida com a modalidade" (p. 37).

Assim, os estudos reunidos neste tema registram uma entrada no futebol que ocorre frequentemente antes da inserção em estruturas formais. A ausência de espaços formais aparece diretamente associada, em parte dos registros, à utilização da rua e de outros espaços comunitários como locais de iniciação.

O papel da família no acesso e na continuidade da prática esportiva

A família aparece de diferentes formas nas trajetórias analisadas. A figura materna é registrada como fonte de apoio em estudos como Borges et al. (2006), Pires (2021), Souza et al. (2017a) e Martins, Furtado e Gomes (2024c). Souza, Capraro e Silva (2017b) sintetizam esse papel ao afirmar que "o apoio da família é fundamental para que elas se mantenham jogando, pois quando há incentivo, torcida dessas pessoas que estão mais próximas, surte uma maior motivação na atleta. Por outro lado, quando não há incentivo, a motivação tende a diminuir" (p. 105). Ao ado desses registros de apoio, há também estudos que destacam situações de resistência familiar à prática.

Pais, irmãos e primos aparecem como agentes relacionados ao acesso ao futebol. Jardim e

Betti (2021), uma entrevistada relata a oposição dos pais no momento de entrada na modalidade: “Ah, no começo, quando eu fui querer começar a treinar futsal, meu pai e minha mãe não queriam deixar, porque ‘é coisa de homem’! Eles não queriam deixar! Daí eu fui de frente e comecei a ir, mesmo” (p. 252). Em outro registro do mesmo estudo, a oposição familiar aparece associada à percepção de que o futebol seria uma prática masculina.

Portanto, a participação familiar não assume uma única forma nos estudos: ela aparece como apoio em parte das trajetórias e como resistência em outras. Borges et al. (2006), por exemplo, identificam dificuldades relacionadas à permanência das meninas no projeto e registram as duas principais: “a) a frequente sujeição ao estereótipo da masculinização; b) a necessidade de auxiliar as mães em tarefas domésticas” (p. 107).

Em muitos trabalhos, o apoio é mencionado de maneira geral, sem especificação de qual familiar exerce esse papel. Em alguns trabalhos, o apoio familiar aparece como ausente ou insuficiente. Há ainda registros de oposição à prática já no momento de entrada na modalidade, associada, em alguns casos, ao temor de masculinização ou de associação à homossexualidade.

A posição familiar também pode mudar ao longo do tempo. Martins, Furtado e Gomes (2024c) registram uma situação em que “o despertar do interesse pelo futebol [...] era tolhido pela família, que não permitia uma participação esportiva mais séria” (p. 9). Posteriormente, contudo, “na idade adulta, a atitude da família mudou, passando a apoiar a prática esportiva como forma de lazer, sem competir com a trajetória profissional” (p. 11). Há ainda um registro específico de reversão tardia na vida adulta. Em outro caso, Pires et al. (2017) registra violência doméstica motivada pela escolha esportiva.

A escola como espaço de interdição e de acesso à prática

A escola aparece nos estudos tanto como espaço de acesso quanto como espaço de restrição à prática. Um dos achados mais recorrentes é a segregação das modalidades nas aulas de Educação Física, com o futebol destinado aos meninos e modalidades como vôlei e queimada destinados às meninas. Santos et al. (2008) descrevem esse processo de forma direta: “Tanto a escola A quanto a escola B apresentam aulas mistas na grade curricular e o conteúdo programático ‘seria’ o futebol/futsal, mas a realidade das aulas configura-se numa divisão entre menino e menina, e na proposição de outros esportes/práticas para as meninas” (p. 65-66). Trajano et al. (2017), de maneira semelhante, registram que “uma aula de Educação Física em que recorrentemente meninos jogam futebol e meninas vôlei ou queimada, reproduz a desigualdade de acesso à prática do futebol presentes em outras instâncias sociais” (p. 78).

A interdição também ocorre entre os próprios alunos. Andrade (2021), Borttolin (2011), Martínez-Mina (2019), Oliveira, Grifoni e Varotto (2020), Cruz et al. (2021) e Somariva e Cruz (2018) registram situações em que meninas são impedidas ou desencorajadas de participar pelos colegas, que atribuem a elas menor capacidade técnica. Borttolin (2011), especificamente, registra que “100% das falas das meninas demonstram como ainda está presente o sentimento das desigualdades e exclusões relacionadas à função do gênero feminino nas atividades esportivas da escola” (p. 107). O estudo

também registra a resistência dos meninos à participação das meninas nas atividades de futebol.

O papel dos professores e da coordenação é descrito de maneira ambivalente. Há registros de professores ou coordenações que recusam a participação feminina ou cedem à pressão contrária à presença das meninas, mas também estudos em que o docente aparece como agente de incentivo e inclusão. Maia (2021), por exemplo, registra o relato de uma participante segundo a qual, durante o período escolar, teve "uma professora de Educação Física que era excelente, ela sempre incentivava que eu jogasse, sempre queria que eu jogasse". O conjunto de estudos, portanto, reúne tanto experiências de interdição quanto registros em que a escola e seus profissionais funcionam como mediadores do acesso.

A oferta extracurricular também é limitada. Darido (2002), Freitas et al. (2020) e Silveira, Guedes e Tuibeo (2020) registram falta de equipes e competições de futebol feminino fora do currículo obrigatório. Darido (2002) sintetiza uma dessas experiências ao afirmar que: "Interessante é a exclusão da escola como local possível para a prática do futebol feminino". Em consequência das experiências de exclusão, Santos et al. (2008), Martínez-Mina (2019), Rodrigues e Bernardo (2023) e Somariva e Cruz (2018) registram o medo de errar, culpabilização, sensação de exclusão e não pertencimento.

Por fim, Pires (2021) e Rodrigues e Bernardo (2023) registram um enquadramento mais estrutural do futebol e do futsal como espaços masculinos dentro da organização escolar. A escola, portanto, aparece na literatura em posições distintas: pode restringir a participação por meio da organização das aulas e das relações entre pares, mas também pode funcionar como espaço de mediação e incentivo à prática.

Dificuldades de acesso e escassez da oferta formal de oportunidades para a prática de futebol feminino

A escassez de escolinhas, clubes e categorias de base femininas aparece como uma das principais limitações relacionadas ao acesso formal. Furlan e Santos (2008), Jardim e Betti (2021), Maia (2021), Martínez-Mina (2019), Martins, Silva e Souza (2021b), Pires (2021) e Salvini e Marchi Júnior (2021) registram a carência de estruturas específicas para meninas. Maia (2021), por exemplo, sintetiza a insuficiência das categorias de formação: "O que falta são categorias de base e campeonatos realmente organizados. Eu acho que isso é o que falta para o futebol feminino no Rio Grande do Sul crescer" (p. 137). Em alguns casos, elas são integradas a escolinhas destinadas aos meninos por falta de uma alternativa exclusiva.

A insuficiência da oferta também aparece no calendário competitivo. Lima, Piovani e Lima (2018), Oliveira (2016), Furlan e Santos (2008), Jardim e Betti (2021), Kessler (2010), Knijnik (2006), Maia (2021), Martins, Silva e Souza (2021b), Oliveira e Morato (2025), Salvini e Marchi Júnior (2021) e Salvini e Marchi Júnior (2016) registram poucos campeonatos, ausência de competições de maior porte, restrições de idade e situações em que meninas não são escaladas. Haag (2018), ao tratar das condições de formação, registra que "as categorias de base femininas ainda são deficitárias" (p. 147).

Os estudos que tratam da regulamentação apresentam, por sua vez, mudanças ao longo do tempo. Os achados mostram a ausência de fiscalização e uma legislação estadual que não teria sido implementada, ao lado de avanços posteriores, como a legislação federal de 2019, a ampliação do calendário, a obrigatoriedade de equipes femininas em determinadas competições e a criação do Quadro Nacional de Árbitras. Esses elementos aparecem conjuntamente nos registros Paiva (2024), Lima et al. (2022), Rodrigues e Bernardo (2023) e Silveira, Guedes e Tuibeo (2020).

Ao lado da escassez de oportunidades, alguns estudos registram iniciativas que ampliam o acesso formal. Pisani (2014), Guimarães et al. (2022), Lima et al. (2022), Martins, Delarmelina e Souza (2024b), Nascimento e Rocha (2021), Oliveira e Morato (2025) e Silva e Nazário (2018) identificam projetos sociais, projetos de extensão, parcerias entre clubes e instituições de ensino e programas municipais como vias de acesso à prática organizada. Yamamoto (2025), especificamente, registra a necessidade de espaços de treinamento destinados exclusivamente às meninas: "Como muitas meninas não tinham acesso a lugares que pudessem praticar o esporte somente entre outras meninas, havia a necessidade de uma instituição social com esse fim" (p. 58). O mesmo estudo registra uma parceria com clube que permitia o treinamento das atletas de base e o acesso a seletivas (p. 60).

Interseções de gênero, raça e classe nas condições de acesso e permanência no esporte

Os estudos que articulam gênero, raça e condição socioeconômica registram barreiras que aparecem de maneira combinada. Martins, Delarmelina e Souza (2024a) e Martins, Silva e Vasquez (2021c) identificam dificuldades de acesso aos locais de prática associadas simultaneamente a gênero, renda e discriminação racial.

A dimensão racial aparece também nos relatos sobre reconhecimento e patrocínio. Martins, Delarmelina e Souza (2024b) e Paiva (2024) registram relatos de atletas negras sobre menor visibilidade e menor acesso a patrocínio, incluindo situações descritas como racismo. O achado, portanto, não se restringe às condições materiais de entrada na prática, alcançando também as possibilidades de reconhecimento e financiamento na carreira.

Rodrigues e Bernardo (2023) registra ainda contextos de maioria negra descritos como mais negligenciados quanto a garantias e direitos. Yamamoto (2025) identifica uma situação em que a falta de recursos financeiros da família aparece associada a experiências de humilhação e violências raciais e sociais.

Há, por outro lado, um registro específico e contrastante em Pisani (2014), no qual a prática esportiva aparece como fator de proteção em contexto de vulnerabilidade de periferia. O estudo caracteriza o Guerreiras F.C. como "um novo espaço de sociabilidade e lazer para as jovens mulheres da periferia" (p. 5) e registra que sua atuação "resgata mulheres negras e pobres do bairro de situações de risco e vulnerabilidade" (p. 5). Por se tratar de um caso específico, ele não deve ser generalizado para os demais estudos, mas é relevante por apresentar uma experiência distinta daquela encontrada nos registros de barreiras.

Estigma de masculinização, regulação da feminilidade e da sexualidade no esporte

A associação entre a prática do futebol e a homossexualidade aparece em diversos estudos. Baptista e Otesbelgue (2013), Novais et al. (2021), Furlan e Santos (2008), Jardim e Betti (2021), Knijnik (2006), Paiva (2024), Pires et al. (2017), Pires (2021), Pisani et al. (2012), Salvini e Marchi Júnior (2016), Silva e Nazário (2018) e Trajano et al. (2017) registram suspeitas, insinuações ou questionamentos sobre a orientação sexual das jogadoras. Santos et al. (2008), por exemplo, observam que "as meninas, ao se misturarem aos meninos, enfrentam dois tipos de desafios: o primeiro é a própria discriminação sexual, que considera as meninas que jogam futebol e/ou futsal homossexuais; e o segundo é o próprio jogo, como é praticado, masculinizado, violento e agressivo" (p. 69).

Outra dimensão identificada é a associação entre a prática e o desenvolvimento de características consideradas masculinas. Borges et al. (2006), Rosa et al. (2020), Silveira e Stigger (2013), Salvini e Marchi Júnior (2021), Silva, Silva e Petroski (2013), Tamashiro et al. (2022) e Martins, Furtado e Gomes (2024c) registram referências a "trejeitos" ou atributos entendidos como masculinos.

A regulação da feminilidade aparece ainda em instituições esportivas e na mídia. Knijnik (2006), Souza et al. (2017a) e Souza (2017) registram exigências relacionadas à aparência ou à apresentação de sinais de feminilidade. Paralelamente, Kessler (2010), Nascimento e Rocha (2021), Pires et al. (2017) e Silva e Nazário (2018) registram xingamentos e apelidos depreciativos dirigidos às praticantes.

O estudo Tamashiro et al. (2022) registra um argumento baseado em diferenças biológicas utilizado para justificar a associação da modalidade aos homens. Os estudos, portanto, identificam diferentes formas de associação entre futebol e masculinidade: questionamentos sobre a sexualidade; caracterização de corpos e comportamentos; exigências relacionadas à feminilidade; e argumentos biologizantes sobre a participação de mulheres na modalidade.

Desconfiança e exigência de comprovação da qualificação técnica

A desconfiança em relação à competência técnica das jogadoras aparece em estudos que registram comparações com o desempenho masculino. Kessler (2010), Martins, Delarmelina e Souza (2024a), Martins, Silva e Vasquez (2021c) e Oliveira, Ricci e Marques (2022) identificam comparações nas quais o desempenho masculino é tomado como referência superior. Kessler (2010) registra que "o nível técnico das jogadoras era comparado ao masculino e, por isso, considerado inferior, sem o mesmo valor" (p. 75).

A desconfiança também aparece de maneira específica no caso das árbitras. Monteiro et al. (2020) e Nascimento e Nunes (2014) registram cobrança mais rígida e questionamentos sobre a competência das mulheres na arbitragem. Martins, Silva e Vasquez (2021c), Lima et al. (2022) e Salvini e Marchi Júnior (2021) registram ainda situações em que as mulheres precisam demonstrar repetidamente sua capacidade ou legitimidade para ocupar o espaço esportivo.

Alguns estudos identificam efeitos dessa experiência sobre a própria participação. Martins, Silva e Souza (2021b), Oliveira, Grifoni e Varotto (2020) e Somariva e Cruz (2018) registram desmotivação,

medo de errar, culpabilização pela derrota, autoexclusão e abandono da prática. Esses achados aparecem, portanto, associados às experiências de desqualificação registradas nos estudos.

A literatura reunida neste tema apresenta, assim, a desqualificação técnica em diferentes situações: na comparação entre mulheres e homens, na arbitragem, nas exigências de comprovação da capacidade e nos efeitos relatados sobre a própria continuidade da prática.

A apropriação masculina dos espaços e a penalização das mulheres pela sobrecarga

Os estudos registram diferenças na ocupação dos espaços físicos destinados à prática. Anjos et al. (2018) e Pires (2021) identificam ocupação prioritária de quadras e campos por meninos e homens, com restrição dos horários disponíveis para as mulheres. Anjos et al. (2018) registram, nesse sentido, a percepção de que "a ocupação da quadra ou do campo [...] é de predomínio dos meninos e dos homens" (p. 6).

A disponibilidade de tempo também aparece como barreira. Borges et al. (2006), Costa (2022), Maia e Vasconcelos (2022), Maia (2021) e Falcão e Gavião (2018) registram redução do tempo destinado à prática diante da combinação entre estudo, trabalho e treinamento. Em alguns casos, as participantes deixam de ter disponibilidade para a prática em razão da realização simultânea de atividades acadêmicas e profissionais.

A sobrecarga doméstica e familiar constitui outro achado específico. Torga (2019) registra a jornada dupla ou tripla e o trabalho doméstico e familiar como fatores que limitam o tempo disponível para o futebol. Borges et al. (2006), de forma complementar, incluem entre as dificuldades para a permanência "a necessidade de auxiliar as mães em tarefas domésticas" (p. 107).

A maternidade aparece em dois estudos como situação relacionada à dificuldade de conciliar carreira esportiva e vida familiar. Haag (2018) e Rodrigues e Bernardo (2023) registram insegurança e incompatibilidade entre maternidade e carreira diante da ausência de garantias formais. Haag (2018) sintetiza essa condição ao registrar que "as jogadoras quase não têm garantias formais, a questão da gravidez acaba se tornando mais um agravante e motivo de insegurança" (p. 153). Salvini e Marchi Júnior (2016), por sua vez, identificam conflito entre a prática esportiva e outra ocupação remunerada.

Amor à prática, dinâmica coletiva, construção de vínculos e auto-organização como mecanismos de permanência

O gosto pela prática aparece em diferentes estudos como motivo de entrada e continuidade no futebol. Baptista e Otesbelgue (2013), Borges et al. (2006), Costa (2022), Nascimento e Leite (2021), Kessler (2010), Pires et al. (2017) e Silveira, Carneiro e Silva (2016) registram o amor ou o gosto pelo futebol como razão declarada para a adesão e a permanência, inclusive em situações acompanhadas de dificuldades financeiras. Borges et al. (2006) observam que "o motivo principal de adesão à modalidade era o gosto pela mesma" (p. 106-107). Nascimento e Leite (2021), por sua vez, registram que "como motivos para permanência as atletas elencaram a busca por uma melhor qualidade de vida e amor ao esporte em questão, mesmo diante de dificuldades que também são apontadas" (p.

83).

Os vínculos construídos no grupo também aparecem associados à continuidade. Andrade (2021), Martínez-Mina (2019), Nascimento e Rocha (2021), Pisani et al. (2012), Silva e Nazário (2018), Souza, Capraro e Silva (2017b) e Yamamoto (2025) registram relações de amizade, pertencimento e sociabilidade coletiva como elementos presentes nas experiências das praticantes. Baptista e Otesbelgue (2013), por exemplo, o estudo registra o relato de uma participante que destaca que começou a jogar desde os cinco anos de idade, com o irmão e colegas" (p. 84).

Alguns estudos descrevem formas mais específicas de identidade coletiva. Silveira e Stigger (2013), Mizrahi (2024), Falcão e Gavião (2018) e Martins, Furtado e Gomes (2024c) registram grupos cuja coesão está relacionada à orientação sexual, à abertura do grupo para mulheres, ou a vínculos específicos com determinado território ou grupo social. Martins, Furtado e Gomes (2024c) observam que "o futebol, para a maioria delas, funciona como uma fonte de constituição identitária" (p. 9).

A organização da própria prática também aparece nos estudos. Pisani (2014) e Jardim e Betti (2021) registram a criação e manutenção de equipes amadoras ou comunitárias por iniciativa das participantes. Borttolin (2011), em um caso específico, registra uma reivindicação explícita do direito de jogar durante a aula de Educação Física, inclusive na fala de uma participante: "com isso a professora acaba cedendo e tirando nosso lugar do jogo" (p. 107).

3.3.2 Resultados sobre Tema 2 - Profissionalização e condições de trabalho

Pergunta secundária: *quais são as principais condições de profissionalização e desigualdades entre mulheres e homens, descritas pela literatura, em relação aos incentivos, às oportunidades, aos patrocínios, aos vínculos e condições de trabalho, à remuneração e aos mecanismos de identificação, recrutamento, formação e desenvolvimento de atletas ao longo da trajetória para o futebol profissional no Brasil?*

Quarenta e cinco dos noventa e dois registros do corpus aportam evidência ao tema Profissionalização e condições de trabalho, dos quais trinta e cinco o abordam de forma direta e dez de forma parcial, isto é, produzem achados sobre a profissionalização ainda que esta não se configure como objeto do estudo. Vinte e quatro registros declaram a profissionalização entre seus temas principais. A distribuição e sínteses dos achados reportados podem ser verificados no **Apêndice 3**.

Os estudos desta seção examinam cinco contextos de prática. O futebol profissional é o contexto de maior frequência, com trinta e quatro registros; as categorias de base e a prática amadora, a várzea e os projetos sociais aparecem em segundo lugar, com quatorze registros cada; e o alto rendimento e a seleção, com onze registros. No quadro abaixo, os estudos estão distribuídos entre os diferentes contextos.

Quadro 8. Estudos do corpus com evidência sobre profissionalização e condições de trabalho, por contexto de prática

CONTEXTO	ESTUDOS	n
Categorias de base	Alcântara et al. (2026a); Alcântara et al. (2026b); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Lima e Hecktheuer (2019); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Maia e Vasconcelos (2022); Novais et al. (2021); Oliveira e Morato (2025); Pisani (2014); Pisani (2020); Souza e Martins (2018)	14
Futebol profissional	Alcântara et al. (2026a); Alcântara et al. (2026b); Almeida et al. (2018); Anjos et al. (2018); Barreira et al. (2025); Batista e Souza (2022); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Biram (2021); Darido (2002); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Haag (2018); Kessler (2015); Knijnik (2006); Lima e Hecktheuer (2019); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Maia (2021); Maia e Vasconcelos (2022); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Martins, Silva e Souza (2021b); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Oliveira e Morato (2025); Paiva (2024); Pereira et al. (2022); Pisani et al. (2012); Pisani (2020); Rodrigues e Bernardo (2023); Schmidt et al. (2022); Souza (2017); Souza e Capraro (2020); Souza e Martins (2018); Teoldo et al. (2023); Tiesler (2016)	34
Alto rendimento e seleção	Alcântara et al. (2026a); Almeida et al. (2018); Anjos et al. (2018); Barreira et al. (2025); Biram (2021); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Kessler (2015); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Martins, Silva e Souza (2021b); Pisani (2020); Souza e Martins (2018)	11
Prática amadora, várzea e projetos	Anjos et al. (2018); Baptista e Otesbelgue (2013); Biram (2021); Guimarães et al. (2022); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Kessler (2010); Kessler (2015); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Nascimento e Leite (2021); Pires et al. (2017); Pisani (2014); Rosa et al. (2020); Silva e Nazário (2018)	14

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

A leitura dos estudos permitiu agrupar os achados recorrentes em oito subtemas. Cada subtema descrito a seguir reúne os estudos que descrevem a mesma condição, ainda que em contextos e com vocabulários distintos, como a ausência de carteira de trabalho assinada, o pagamento de ajuda de custo no lugar do salário e oportunidades por convite feito por outra jogadora. No quadro abaixo, são apresentados os oito subtemas.

Quadro 9. Subtemas sobre Profissionalização e condições de trabalho

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Vínculos informais e direitos trabalhistas restritos	Reúne os estudos que descrevem a situação contratual das jogadoras: registro como amadoras, contratos verbais ou firmados por pessoa jurídica, contratos limitados ao calendário dos campeonatos estaduais, ajuda de custo no lugar do salário e ausência de direitos trabalhistas como fundo de garantia, décimo terceiro salário e licença-maternidade. Aparece no futebol de campo e no futsal, com registro de formalização em parte dos clubes. Nenhum estudo apresentou dados comparativos dos vínculos de jogadoras e jogadores.
Remuneração insuficiente para viver do futebol	Reúne os estudos sobre salários baixos, atrasados ou inexistentes, a necessidade de acumular ocupações e a situação econômica após o encerramento da carreira, incluindo a remuneração de treinadoras e integrantes de comissões técnicas. A comparação com os jogadores aparece como afirmação das participantes ou dos autores.
Bolsa de estudos e dupla carreira	Reúne os estudos em que a remuneração assume a forma de bolsa de estudos e em que a formação superior aparece como projeto profissional paralelo ou posterior ao futebol, sobretudo no futsal. Nenhum estudo do subtema compara a situação com a dos jogadores.
Escassez de patrocínio, investimento e visibilidade	Reúne os estudos que registram a ausência de patrocinadores, o custeio da prática pelas próprias atletas, valores inferiores de premiação e a menor cobertura da imprensa. A comparação com o futebol masculino é recorrente e aparece como afirmação das participantes ou dos autores.
Avanços normativos e profissionalização incompleta	Reúne os estudos que descrevem mudanças recentes na organização do futebol de mulheres, como exigências de entidades de administração do esporte e a formalização de contratos. Apesar dos avanços, estudos reportam que em alguns clubes as atletas profissionais ainda são contratadas como amadoras. Nenhum estudo avalia o efeito das normas com desenho metodológico que permita atribuição causal.
Recrutamento por redes informais e empresários	Reúne os estudos que descrevem como as jogadoras chegam aos clubes: a convite de outra jogadora ou de dirigente, observação em jogos locais, avaliações abertas eventualmente, testes ao longo da carreira e a intermediação de empresários. Nenhum estudo compara esses mecanismos com os do futebol masculino.
Mercado restrito e circulação de atletas	Reúne os estudos sobre a oferta reduzida de clubes e competições e sobre o deslocamento das jogadoras entre cidades, estados e países em busca de melhores condições. A comparação que aparece é entre regiões, clubes e países, e não entre mulheres e homens.

(continua)

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Formação tardia, informal e com menor exposição competitiva	Reúne os estudos sobre a idade de ingresso no treino organizado e na competição, os locais de iniciação, a oferta de categorias de base e a relação entre o território de origem e a chegada ao profissional. Dois estudos comparam meninas e meninos com dados próprios, e um apoia a comparação em dados de terceiros.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

As subseções seguintes desenvolvem cada subtema, começando pelas condições de trabalho e de remuneração, passando pelos incentivos e pelas normas, e terminando nos mecanismos de recrutamento, circulação e formação de atletas.

Vínculos informais e direitos trabalhistas restritos

Doze registros descrevem a forma do vínculo entre jogadoras e clubes. Almeida et al. (2018, p. 28) observa: "Dificilmente, os contratos entre atletas e clubes possuíam amparo legal". A autora registra que, entre os clubes mais bem colocados no ranking de futebol feminino da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 2016, a inscrição de todo o elenco na categoria profissional era exceção e estima que a quase totalidade das futebolistas estava registrada como amadora. Biram (2021) documenta a mesma heterogeneidade, com apenas dois clubes que registram o vínculo formal com a totalidade do elenco, enquanto os demais registram apenas as jogadoras de destaque e completam as equipes com atletas amadoras. Segundo a goleira e dirigente sindical entrevistada, o regulamento da competição permite a participação de equipes amadoras, condição na qual pagam mal às jogadoras, ou mesmo não pagam.

A ausência de contrato aparece também em clubes de menor projeção e em trajetórias anteriores à formalização. Burch e Kessler (2021, p. 11-12) registram que "as jogadoras do Esporte Clube Pelotas/Phoenix não tinham contrato e precisavam investir recursos próprios em suas carreiras esportivas". Haag (2018) reúne relatos de ex-jogadoras sobre os direitos não garantidos, como em "Não tive fundo de garantia, não tive décimo terceiro, não tive uma carteira de trabalho registrada" (p. 150). Em relação aos contratos restritos à temporada, houve relatos como: "Os clubes trabalham por três meses, depois dos estaduais mandam as atletas embora sem nem um tipo de direito" (p. 152). Sobre a gravidez, estudos relatam que, na ausência de garantias formais, esta se torna "mais um agravante e motivo de insegurança" (p. 153). Martins, Delarmelina e Souza (2024a) documentam contratos verbais, não registrados ou firmados por pessoa jurídica, atrasos salariais e ausência de garantias como seguro-desemprego, licença-maternidade e compensação por lesão entre jogadoras da primeira divisão nacional.

Em parte dos estudos, o vínculo assume a forma de ajuda de custo. Maia (2021, p. 130) recolhe o relato "Não tínhamos contrato, assinávamos uma folha de pagamento, que era uma ajuda de custo", e Lourenço, Souza e Capraro (2024) registram jogadoras que assinavam contrato, mas recebiam

apenas ajuda de custo. No futsal, Souza e Martins (2018, p. 32) observam que, "Por mais que a quase totalidade dessas atletas não tenham contrato profissional, quando perguntadas se se consideravam como profissionais do futsal, 85% delas disseram que sim", configuração que os autores qualificam como relação de emprego disfarçada. Alcântara et al. (2026b, p. 568) registram, entre jogadoras de categorias de base e profissionais de quatro clubes certificados, que "nem todas tinham a carteira de trabalho assinada, exigida para garantir a plenitude dos direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira".

A formalização aparece em alguns relatos como marco da trajetória. Oliveira e Morato (2025) registra que a passagem do contrato de formação para o contrato profissional é relatada pelas jogadoras da categoria sub-20 como conquista na carreira, e Maia (2021, p. 145) recolhe o relato de atleta de clube que passou a assinar a carteira de trabalho em 2018, segundo o qual "a gente acabou tendo mais benefícios e estabilidade para conseguir largar os empregos em que muitas ainda estavam trabalhando". Rodrigues e Bernardo (2023) associa a precariedade contratual à ausência de regras e de fiscalização, e Biram (2021, p. 12) registra que a disputa entre jogadoras por contratos curtos dificulta a organização coletiva, pois " é difícil construir o nível de solidariedade necessário entre jogadoras que, em alguma medida, competem entre si por contratos curtos e flexibilizados". Batista e Souza (2022) consideram a caracterização do trabalho da maior parte das jogadoras brasileiras como informal.

Remuneração insuficiente para viver do futebol

Vinte e um registros tratam da remuneração. No futebol profissional, Souza e Capraro (2020, p. 381), a partir das memórias de atletas da seleção brasileira, registram que "*A grande maioria das jogadoras que atuam no Brasil não consegue viver do salário de atleta e, por isso, precisa conciliar a carreira no futebol com os estudos ou com outros trabalhos*". Paiva (2024) observa que a maior parte das atletas e integrantes de comissão técnica entrevistadas precisam complementar a renda com outro trabalho, estágio ou atividade autônoma, e Batista e Souza (2022) registram que o futebol é a única fonte de renda de quatro das cinco participantes, uma das quais formula a expectativa de "sobreviver daquilo" (p. 19). Lourenço, Souza e Capraro (2024) registram que mesmo atletas tidas como profissionais frequentemente não conseguem se dedicar exclusivamente à modalidade em razão da baixa remuneração. Maia (2021, p. 145) compartilha o relato de uma atleta que chegou "a trabalhar em até sete lugares diferentes" para manter os estudos e os treinos, e Rodrigues e Bernardo (2023, p. 70-71) associa a baixa remuneração à permanência das jogadoras no alojamento oferecido pelo clube. Pisani (2020, p. 84) descreve, em equipes de base e adultas acompanhadas em sua etnografia, a existência de hierarquia salarial interna às equipes, na qual as jogadoras que passaram pela seleção recebem os maiores salários, seguidas das que mais marcam gols ou dão assistências e, por último, das recém-ingressas. Martins, Silva e Souza (2021b) relatam que, no futebol paulista, a proporção de atletas com algum tipo de remuneração além do futebol é maior entre as mulheres do que entre os homens.

Nos contextos amador e de futsal municipal, a remuneração é ausente ou restrita à ajuda de

custo. Nascimento e Leite (2021, p. 88-89) registram que a maioria das entrevistadas não recebe remuneração pela equipe do município e que duas recebem incentivo e despesas de viagem quando atuam por outras equipes, e observam que "muitas buscaram a profissionalização no esporte, mas foram interrompidas pelo fato de ter que dividir o tempo esportivo com outra profissão" (p. 89). Pires et al. (2017) registra que nenhuma das jogadoras entrevistadas em São Luís recebe incentivo financeiro pela prática, e Rosa et al. (2020, p. 200), que nenhuma das participantes segue o futebol como profissão. Souza (2017) recolhe memórias de clube de grande porte que mantinha equipe feminina sem pagar salários às atletas. Anjos et al. (2018, p. 7) documentam a situação posterior à carreira, com o caso de ex-capitã da seleção brasileira que passou a trabalhar como motorista de ônibus, e o de jogadoras em atividade que abriram um lava-rápido para complementar a renda.

A comparação com os jogadores do sexo masculino aparece com estatutos distintos. Andrade (2021) cita levantamento de 2019 segundo o qual a média salarial das jogadoras profissionais no Brasil é inferior à dos jogadores. Almeida et al. (2018) informa que as diárias pagas às jogadoras da seleção eram inferiores às pagas aos homens. Batista e Souza (2022), Oliveira e Morato (2025) e Schmidt et al. (2022), a diferença é reportada pelas participantes ou pelos autores, sem adoção de medida quantitativa. Schmidt et al. (2022) registram também que a maioria das atletas do Santos FC, à época do estudo, afirmava se sustentar com o futebol, depois de um início de carreira sem apoio financeiro. Rosa et al. (2020, p. 200) apresentam a profissionalização como algo presente no imaginário masculino desde a infância. Alcântara et al. (2026b, p. 560) registram que 95,52% das jogadoras concordaram em algum grau com a afirmação de que as mulheres deveriam receber o mesmo salário médio que os homens em seus clubes.

A remuneração insuficiente aparece também nas funções técnicas. Novais et al. (2021, p. 10) registram que as treinadoras "enfrentam situações financeiras desfavoráveis ou mesmo precárias: a remuneração é baixa, precisam trabalhar em mais de um emprego e o tempo dedicado ao trabalho é exaustivo", e que apenas duas das nove participantes atuavam exclusivamente na função (p. 5). Mastrocola (2021, p. 72) inclui a baixa remuneração entre as barreiras de permanência na carreira de treinadora, e Paiva (2024) registra que a integrante de comissão técnica entrevistada também complementa a renda com outro trabalho.

Bolsa de estudos e dupla carreira

Cinco registros descrevem a bolsa de estudos como forma de remuneração e a formação superior como projeto paralelo ou posterior ao futebol. Souza e Martins (2018) formulam como paradoxo a situação do futsal feminino de alto rendimento, em que a bolsa de estudos concedida pelos clubes torna a modalidade via de acesso a outra carreira, e não projeto de vida em si. Martins, Silva e Souza (2021b) registram, entre as jogadoras do campeonato paulista, a concessão de bolsa universitária e salário durante a dupla carreira com os estudos, acompanhada de benefícios como moradia, convênio médico e alimentação.

Nos estudos de futebol de campo, a formação superior aparece como horizonte posterior à

carreira. Pisani et al. (2012, p. 83) registra que "O futebol para as mulheres é percebido e vivido como uma curta passagem na trajetória de vida e o estudo, de nível superior, aparece com um projeto para o futuro", e Oliveira e Morato (2025) associa a busca pela dupla carreira, com ingresso na faculdade, à curta duração e à imprevisibilidade da carreira de jogadora. Silva e Nazário (2018) registram a bolsa de estudo entre os benefícios oferecidos às atletas de futsal no início dos anos 2000. Nenhum estudo do corpus nesse subtema compara a situação das jogadoras com a dos jogadores.

Escassez de patrocínio, investimento e visibilidade

Onze registros tratam do patrocínio, do investimento e da visibilidade. A ausência de patrocinadores aparece associada ao custeio da prática pelas próprias atletas. Pires et al. (2017) registra gastos com viagens e inscrições em campeonatos pagos pelas jogadoras, e uma das entrevistadas afirma que o patrocínio do time são elas mesmas. Souza (2017) recolhe, entre atletas da seleção, a avaliação de que faltam apoio de patrocinadores e transmissões em televisão aberta para alcançar o profissionalismo, e Silva e Nazário (2018), no futsal, destacam a falta de interesse de patrocinadores e de premiações capazes de sustentar uma carreira. Andrade (2021) registra a ausência de patrocínio como percepção das entrevistadas sobre o cenário nacional.

A comparação com o futebol masculino é recorrente no subtema e aparece como percepção das participantes ou dos autores. Baptista e Otesbelgue (2013) recolhem relato segundo o qual a imprensa dedica ao futebol de mulheres notas curtas, enquanto o masculino ocupa a primeira página, e retomam de Silveira (2008) a associação entre a rotulação do futebol de mulheres à falta de patrocínios e incentivos. Lourenço, Souza e Capraro (2024) registram diferenças em relação ao futebol masculino na premiação e no patrocínio de transporte. Batista e Souza (2022) e Alcântara et al. (2026b) registram a percepção de discriminação midiática entre as jogadoras consultadas, com impacto na remuneração, na visibilidade e no patrocínio. Guimarães et al. (2022) mencionam a falta de financiamento como fator de desincentivo à modalidade.

Dois registros tratam do investimento em perspectiva histórica ou como exceção. Darido (2002) registra que a institucionalização da modalidade, em meados dos anos 1980, esteve vinculada sobretudo aos interesses comerciais de patrocinadores e da televisão, e retoma, de matéria jornalística de 1996, um projeto de marketing de clube que selecionava jogadoras jovens e consideradas atraentes. Pisani et al. (2012, p. 77) registra o patrocínio de empresas locais e não locais à equipe estudada, de Foz do Iguaçu/PR, como "fato que não ocorre com a maioria dos times de futebol praticado por mulheres".

Avanços normativos e profissionalização incompleta

Seis registros descrevem mudanças recentes na organização do futebol de mulheres e as condições que permanecem. Barreira et al. (2025) documentam a adoção de contrato profissional nos termos da lei e de contrato de direito de imagem para as jogadoras adultas após as regulamentações do setor. Associam essa formalização à possibilidade de dedicação integral ao afirmar que "Essas condições permitem que as atletas se concentrem em melhorar seu desempenho sem a necessidade de

buscar ocupações secundárias para complementar a renda" (p. 11). Pereira et al. (2022) registra que a exigência da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) e da CBF de manutenção de equipes femininas pelos clubes ampliou as oportunidades, mas não garantiu melhoria das condições de atuação das jogadoras nem a profissionalização da modalidade, especialmente em equipes de menor capital simbólico.

Outros quatro registros descrevem a convivência entre avanços na regulamentação e a persistência em contratações na condição de atletas amadoras. Maia e Vasconcelos (2022, p. 49), em amostra de sessenta e um clubes de seis países, entre os quais o Brasil, observam que "a estrutura do futebol feminino dos clubes profissionais ainda se encontra em transição do amadorismo para a sua profissionalização". Registram, a partir de fonte jornalística, parcerias de clubes brasileiros com equipes amadoras para fornecimento de uniforme, campo de treino e estrutura mínima, sem custeio das atletas (p. 29). Biram (2021, p. 12) registra, a partir de entrevistas, a avaliação de que as condições contratuais permaneceram estagnadas ao longo de duas décadas. Martins, Delarmelina e Souza (2024a) registram que a profissionalização trouxe maior estruturação e visibilidade, ao lado de novas formas de dependência, com a concentração de poder nos empresários, e a dependência financeira e simbólica em relação ao futebol masculino do próprio clube. Rodrigues e Bernardo (2023) registra a ausência de regras e de fiscalização das condições de trabalho. Os estudos descrevem a coincidência temporal entre as normas e as mudanças observadas, sem desenho metodológico que permita atribuí-las às normas.

Recrutamento por redes informais e empresários

Oito registros descrevem os mecanismos pelos quais as jogadoras chegam aos clubes. Batista e Souza (2022) registram o ingresso por convite informal de técnicos e dirigentes que observaram as jogadoras em jogos locais, como no relato de uma das jogadoras: "de Itacoatiara, ela me convidou pra participar do time deles no campeonato Amazonense" (p. 19). Souza (2017) recolhe memórias de contratações feitas por contato entre as próprias jogadoras e, em alguns casos, por insistência individual da atleta junto aos dirigentes. Pisani et al. (2012) registra que, na ausência de empresário, as indicações de colegas de equipe são a via para transferências, inclusive internacionais. Pisani (2014, p. 6) registra que três jogadoras de uma equipe amadora foram chamadas para atuar em equipes de maior expressividade ao serem observadas competindo.

A avaliação formal aparece de modo eventual. Batista, Balzano e Munsberg (2025, p. 54-55) apuram que, entre as vinte atletas de um elenco profissional, dez fizeram apenas um teste na carreira, seis fizeram dois, duas fizeram três e duas não fizeram nenhum. Lima e Hecktheuer (2019, p. 93) registram, a partir de Ramos e Goellner (2018), a avaliação técnica aberta de 2017 que "recebeu mais de 700 meninas e mulheres" nas categorias sub-13 a adulta.

A intermediação por empresários aparece nos estudos mais recentes. Batista, Balzano e Munsberg (2025, p. 54) registram que doze das vinte atletas já assinaram termo com empresário, agente ou procurador, e Martins, Delarmelina e Souza (2024a) descrevem o empresário como intermediador de contratos, transferências e patrocínios, que dá acesso a oportunidades a jogadoras menos conhecidas,

mas concentra poder na relação. Souza e Martins (2018) registram, no futsal, a intermediação das transferências pelas próprias atletas.

Mercado restrito e circulação de atletas

Onze registros descrevem a oferta de clubes, competições e a mobilidade das jogadoras. Haag (2018, p. 152) registra que, "Como existem poucas competições femininas", a temporada "não tem jogos o suficiente para estar completa". Kessler (2010, p. 80) observa que, em Santa Maria, o mercado profissional "praticamente não existe, sendo raras as competições de futebol de campo realizadas". Knijnik (2006, p. 65) registra que o campeonato paulista de 2004 foi organizado em poucas semanas e observa que "as equipes já existiam, espalhadas por dezenas de cidades do estado, e esperavam uma oportunidade para atuarem e mostrarem o seu futebol". Souza (2017) recolhe memórias de campeonatos esvaziados ou inexistentes pela falta de clubes, e Silva e Nazário (2018) registram a ausência de competições nacionais e regionais sistemáticas no futsal.

Nesse contexto, a circulação entre clubes aparece como forma de carreira. Pisani (2020, p. 82) registra que as jogadoras circulam dentro do país e, por vezes, no exterior, "em busca de clubes, equipes e/ou times que proporcionem condições dignas de atuação esportiva", e que, para as interlocutoras, a circulação bem-sucedida "implicava em ter feito parte de alguma equipe do Sudeste, especificamente do Estado de São Paulo". Almeida et al. (2018) registra que, para as futebolistas brasileiras, a própria ideia de carreira está associada à circulação entre clubes, e que as transferências se aceleraram e diversificaram seus destinos, com participação crescente de agências de gerenciamento de carreira, a ponto de uma jogadora poder atuar, no espaço de um ano, em pelo menos duas equipes ou países. Batista e Souza (2022) citam a migração do interior para a capital como uma condição de acesso à carreira. Burch e Kessler (2021, p. 11) registram empréstimos de jogadoras entre equipes realizados sem custo, "apenas mediante acerto verbal entre os treinadores das equipes", sem compensação financeira às atletas.

Souza e Capraro (2020) registram a coexistência de estruturas amadoras nos clubes brasileiros e de condições profissionais na seleção e em clubes europeus, e Tiesler (2016, p. 203) associa os projetos de mobilidade das jogadoras a um estágio menos avançado de profissionalização do futebol de mulheres, com lacunas na "organização de ligas e de competições para todas as faixas etárias, estruturas de treinamento e de formação de treinadores, marcos legais para a contratação, salários razoáveis e seguro-saúde".

Formação tardia, informal e com menor exposição competitiva

Nove registros tratam da trajetória de formação. Alcântara et al. (2026a, p. 4-5) apuram, entre jogadoras de quatro clubes certificados pela CBF, que o ingresso em treino conduzido por treinador ocorreu, em média, aos 10,0 anos, e em competição oficial, aos 12,7 anos, com estreia em equipe principal da primeira divisão aos 17,9 anos. A comparação com os jogadores se apoia em dados de terceiros, e os autores registram que o ingresso das jogadoras ocorre "*mais tarde do que os jogadores*

brasileiros, que costumam começar por volta dos 7 anos" (p. 6). Batista, Balzano e Munsberg (2025, p. 52) registram a idade média de 13 anos para o início dos treinos regulares, distribuídos entre clube (50%), escolinha (25%), colégio (15%) e campo de várzea (10%), com passagem majoritária pelo futsal antes do futebol de campo.

Dois estudos comparam meninas e meninos com dados próprios. Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026), com atletas de ambos os sexos participantes do campeonato nacional sub-18, registram início mais tardio das meninas nas atividades de futebol, menor volume de prática supervisionada na infância e participação feminina em competições formais inferior à masculina na adolescência. Martins, Silva e Souza (2021b) apuram que a rua é local de iniciação mais frequente entre as jogadoras do campeonato paulista de futsal do que entre os jogadores, e que o vínculo federativo das mulheres é mais tardio. Souza e Martins (2018, p. 33) registram, também no futsal, que "67% relataram que iniciaram no futsal jogando na rua; 17% começaram a prática na escola; 8% foram introduzidas no esporte através da prática realizada no clube e 2% conheceram a modalidade em seu condomínio", com início do treinamento sistemático em torno dos 11 anos e vínculo federativo em torno dos 15.

A oferta de estruturas de formação aparece como escassa. Lima e Hecktheuer (2019) registram que, na década de 1980, a ausência de categorias de base e de escolas de futebol para meninas levava as mais jovens a integrar equipes adultas, e que, a partir de 1995, passou a funcionar no clube estudado uma escola de futebol exclusiva para meninas. Haag (2018, p. 147) recolhe o relato de que "também não existe nenhuma formação para a atleta", e Kessler (2015, p. 218) observa, nas equipes de escolinhas de Porto Alegre, disparidades "em relação à origem social e condições financeiras das participantes". Teoldo et al. (2023), ao examinar atletas que disputaram a primeira divisão nacional, registram "uma relação inversa entre as chances de chegar ao nível profissional no futebol feminino brasileiro e o porte do município" (p. 861), com menor chance de chegada ao profissional para atletas nascidas nos municípios mais populosos.

Os achados descritos nas subseções anteriores estão reunidos no Apêndice 3, com um achado por estudo em cada linha e os estudos em ordem alfabética dentro de cada grupo.

3.3.3 Resultados sobre Tema 3 - Ecossistema

Pergunta secundária: *quais fatores influenciam o ingresso, a permanência e o desenvolvimento profissional de mulheres nas carreiras de arbitragem, treinamento e gestão esportiva no futebol brasileiro?*

Trinta e um dos noventa e dois registros do corpus aportam evidência ao tema Ecossistema Esportivo, dos quais vinte e três o abordam de forma direta e oito de forma parcial, isto é, produzem achados sobre as carreiras ainda que estas não se configurem como objeto do estudo. Quatorze registros declaram o ecossistema esportivo entre seus temas principais. A distribuição e sínteses dos achados reportados podem ser verificados no **Apêndice 3**.

Os estudos deste tema de interesse tratam de três funções: arbitragem, treinamento e gestão

esportiva. O treinamento integra os papéis investigados por dezoito registros, a gestão esportiva por dez e a arbitragem por seis. Em sete registros, as funções técnicas aparecem em menções ou relatos, sem integrar os papéis investigados pelo estudo. No quadro abaixo, os estudos estão distribuídos entre as funções abordadas.

Quadro 10. Estudos do corpus com evidência, por função investigada o ecossistema esportivo

FUNÇÃO	ESTUDOS	n
Arbitragem	Amaral et al. (2021); Lima et al. (2022); Maia (2021); Monteiro et al. (2020); Nascimento e Nunes (2014); Stahlberg (2011)	6
Treinamento	Almeida et al. (2018); Amaral et al. (2021); Anjos et al. (2018); Barreira et al. (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Ferreira (2012); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Guimarães, Barreira e Galatti (2023b); Lima e Hecktheuer (2019); Maia (2021); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Paiva (2024); Passero et al. (2020); Pires (2021); Pisani (2014); Yamamoto (2025)	18
Gestão esportiva	Almeida et al. (2018); Amaral et al. (2021); Anjos et al. (2018); Barreira et al. (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Lima e Hecktheuer (2019); Lima et al. (2022); Maia e Vasconcelos (2022); Torga (2019)	10
Funções técnicas mencionadas sem integrar os papéis investigados	Alcântara et al. (2026b); Batista e Souza (2022); Haag (2018); Lima et al. (2022); Salvini e Marchi Júnior (2016); Silva e Nazário (2018); Silveira, Carneiro e Silva (2016)	7

Nota: estudos que investigam mais de uma função aparecem em mais de uma linha, e por isso a soma da coluna n excede os trinta e um registros do tema.

A leitura dos estudos permitiu agrupar os fatores recorrentes em sete subtemas. Cada subtema reúne os estudos que descrevem a mesma situação, ainda que em funções distintas, como a passagem de jogadora a treinadora, a indicação por alguém em posição de decisão no clube ou a necessidade de demonstrar conhecimento e capacidade de forma reiterada para ser aceita na função. A descrição de cada um indica o que ele reúne e em que momento da carreira a situação aparece, na entrada na função, na permanência ou na progressão profissional. No quadro abaixo, são apresentados os sete subeixos.

Quadro 11. Subtemas do ecossistema esportivo

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Ingresso mediado por trajetória esportiva e relações pessoais	Reúne os estudos que descrevem a entrada nas funções de treinamento, gestão e arbitragem a partir da passagem anterior pela prática e das relações pessoais: a rede de contatos da ex-jogadora, a indicação por alguém em posição de decisão no clube, o apoio familiar e a criação de equipes próprias. Aparece no momento da entrada na função.
A exigência de formação e certificação como credencial	Reúne os estudos sobre exigências em relação aos cursos de certificação, a formação superior e a oferta institucional de capacitação, incluindo o custo das licenças, a composição das turmas e aos requisitos de formação que são exigidos às mulheres e não aos homens. Aparece na entrada e na progressão.
Questionamento da competência como condição de permanência	Reúne os estudos em que a capacidade e competência da mulher que ocupa a função técnica é questionada repetidamente para que ela possa ser aceita e para se manter na carreira. Aparece na permanência.
Preconceito, assédio e ajuste de conduta e aparência	Reúne os estudos que relatam hostilidade dirigida à mulher no exercício da função, como xingamentos, agressão e assédio, e os ajustes de conduta e de apresentação adotados pelas profissionais. Aparece na permanência.
Permanência condicionada a vínculo instável, acúmulo de ocupações e cuidado familiar	Reúne os estudos em que a permanência depende de arranjos institucionais instáveis, da conciliação com outras ocupações e das responsabilidades familiares. A remuneração nas funções técnicas é tratada no tema da profissionalização. Aparece na permanência e na decisão de interromper a carreira ou deixar a função.
Progressão restrita às categorias de base e aos cargos auxiliares	Reúne os estudos que registram a concentração das mulheres nas categorias de base, nas escolinhas e nos cargos auxiliares da comissão técnica, e a raridade de mulheres no comando das equipes principais. Aparece na progressão.
Sub-representação nos cargos técnicos e de gestão e ausência de referências femininas	Reúne dados sobre a presença de mulheres em comissões técnicas, na arbitragem, em federações, clubes e confederação, as percepções sobre a participação de mulheres nesses cargos e o relato de que a ausência de mulheres em posições de liderança afasta a possibilidade de seguir a carreira. Aparece na entrada e na progressão.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

As subseções seguintes desenvolvem cada subtema, abordando desde as vias de entrada na carreira às condições de permanência e, por fim, à progressão e à representação nos cargos.

Ingresso mediado por trajetória esportiva e relações pessoais

Quatorze registros descrevem a entrada nas funções técnicas a partir da trajetória esportiva ou de relações pessoais. Guimarães, Barreira e Galatti (2023a, p. 22-23) registram que "As narrativas das treinadoras indicam que o caminho para se tornar parte de uma comissão técnica de futebol é facilitado para pessoas que foram atletas da modalidade, decorrente da sua rede de contatos (*network*)", e identificam também a figura do tutor ou da tutora em posição de decisão como facilitador. Novais et al. (2021, p. 8) descrevem a combinação entre experiência de jogo e formação acadêmica, "o que lhes abre portas para integrar comissões técnicas", e incluem o convite pessoal, o estágio e a atuação em escolinhas entre as vias de acesso ao cargo. Yamamoto (2025, p. 81) registra que duas entrevistadas "contam que o trabalho como treinadora foi uma possibilidade de permanecer no futebol, de poder vivenciá-lo de outra maneira, já que a carreira de jogadora havia terminado ou sequer se concretizado como elas gostariam", e Paiva (2024) descreve a passagem de jogadora à integrante de comissão técnica como segunda carreira dentro do futebol. Ferreira (2012) entrevista uma treinadora de futebol que considera a sua trajetória prévia como jogadora como pré-requisito de credibilidade junto a atletas homens.

Na gestão, a trajetória prévia aparece em casos de clubes e de competições. Lima e Hecktheuer (2019, p. 92) registram que uma ex-atleta, "que já era uma referência para o clube enquanto jogadora, com a escolinha presente mais uma vez no Parque Gigante, também se tornou uma referência enquanto gestora". Silva e Nazário (2018) documentam a assunção da gestão do time por ex-atleta que dirigia o departamento feminino, e Lima et al. (2022) recolhem o relato de gestora que ingressou como diretora do departamento feminino para organizar as competições. Biram (2021) registra a atuação de uma goleira como diretora de federação nacional de atletas e vice-presidente de sindicato (p. 11) e a gestão do campeonato paulista por ex-jogadora (p. 12). Silveira, Carneiro e Silva (2016) descrevem, na várzea, a passagem das jogadoras à liderança das equipes na medida em que os dirigentes homens se afastavam da modalidade.

A indicação por alguém em posição de decisão aparece nas três funções. Pires (2021, p. 110) observa que as treinadoras de futsal "foram indicadas por alguma pessoa que ocupava uma posição de tomada de decisão e foram submetidas à realização de um treino-teste". Barreira et al. (2025) destacam que a presença de mulheres nos cargos de liderança facilita a indicação de outras mulheres e contribui para a compreensão de barreiras de gênero enfrentadas pelas atletas, conforme relata uma das gestoras entrevistadas: "Antes de, de verificarmos todas as possibilidades, vamos, vamos verificar todas as possibilidades de mulheres para posição primeiro" (p. 15). Rodrigues e Bernardo (2023) destaca que a presença feminina nos espaços de gestão é de extrema importância para garantir que as especificidades sejam consideradas (p.95).

Dois registros descrevem vias de ingresso que não dependem de indicação. Pisani (2014, p. 5) relata que, para a fundadora de equipe amadora, "trabalhar na condição de assistente, seguindo ordem de homens, não era algo que a agradava", e que a criação do próprio time a levou a acumular as funções

de treinadora e coordenadora. Anjos et al. (2018, p. 6) registram que, no projeto estudado, “Por uma decisão política, foi decidido que essa função deveria ser exercida por jogadoras ou ex-jogadoras de futebol, possibilitando, inclusive, sua formação para atuação depois de abandonarem os campos”.

Sobre o papel das relações pessoais sobre o ingresso na carreira, Torga (2019, p. 55) registra que uma das gestoras aponta um membro da família como diferencial para a decisão de assumir o cargo. Monteiro et al. (2020) registram os pais como motivadores das árbitras entrevistadas em sua pesquisa e destaca a existência de mulheres de referência, árbitras pioneiras que serviram de inspiração e modelo para as gerações seguintes.

A exigência de formação e certificação como credencial

Sete registros tratam da formação e da certificação. Como credencial, a formação é mobilizada pelas próprias profissionais: em Novais et al. (2021, p. 9), uma treinadora afirma que “a primeira coisa é estudar. Aprender. Ter sido uma jogadora muito boa não basta para ser uma boa treinadora”. Os mesmos autores registram a exigência de formação específica feita às mulheres e não aos homens, e observam que dezenas de treinadores atuam sem formação alguma, muitas vezes por terem sido bons atletas, sem que a sua competência seja posta em questão (p. 10). Torga (2019) inclui a necessidade de qualificação adicional entre as condições relatadas pelas gestoras.

A certificação aparece em questões relacionadas ao elevado custo e à composição das turmas. Yamamoto (2025, p. 80) registra que o certificado exige curso da CBF, que o curso era caro e que as treinadoras “só conseguiram realizar porque a EBI ofereceu ajuda de custo”. Destaca ainda que a turma de uma delas era composta majoritariamente por homens. Guimarães, Barreira e Galatti (2023b, p. 12) observam que, “além de serem a minoria nesse ambiente, as mulheres relatam desconfiança quanto ao seu conhecimento e competência ao iniciar esse processo de formação”, e registram que as treinadoras precisam se impor com intervenções que evidenciem conhecimento para serem respeitadas ao longo do curso (p. 8). Uma das participantes afirma: “eu nunca fiz um curso de futebol que não tivesse só eu de mulher, nunca fiz” (p. 6).

Do lado da oferta, Barreira et al. (2025) destacam iniciativas de capacitação da Federação Paulista de Futebol, do Ministério do Esporte e da academia da CBF, e Lima et al. (2022) descrevem cursos de formação inicial e continuada para atuação no ensino, no treinamento e na gestão do futebol, com fomento a grupos de pesquisa. Maia (2021, p. 177) apresenta o relato de profissional que buscou formação no exterior diante da escassez de produção científica sobre o futebol de mulheres: “se tu for procurar ali no PubMed, não tem nada. É tudo prevenção de lesão masculina”.

Questionamento da competência como condição de permanência

Dez registros descrevem a exigência reiterada de demonstrar competência no exercício da função. Na gestão, Torga (2019, p. 16) registra que, “Para se manterem e progredirem em seus cargos, as mulheres gestoras se deparam com muitos obstáculos, desde o preconceito até as constantes provações sobre a capacidade intelectual e profissional”. No treinamento, Pires (2021, p. 84) registra

que ser mulher no futebol "representa uma barreira que, por vezes, pode restringir suas oportunidades ou até mesmo exigir mais cobranças, diferente do que aconteceria com um homem ocupando tal posição". Destaca o relato de treinadora cujo título conquistado foi atribuído por outros à "sorte de principiante" (p. 103). O estudo identifica processos de deslegitimação e dúvidas sobre a competência enfrentadas pelas treinadoras em equipes formadas por homens, considerando a associação da posição de treinador a atributos culturalmente masculinos (p. 117). Mastrocola (2021) inclui a avaliação da competência da treinadora por dirigentes e demais pessoas do contexto esportivo entre as barreiras relatadas, e Novais et al. (2021) e Guimarães, Barreira e Galatti (2023a) identificam a comprovação cotidiana de competência como estratégia de permanência das treinadoras.

Na arbitragem, Lima et al. (2022) também registram que as árbitras precisam provar constantemente sua competência. Monteiro et al. (2020) destacam dúvidas sobre a competência enfrentadas sobretudo pela geração pioneira de árbitras. Maia (2021, p. 187) aponta que, diante da ideia de que "lugar de mulher não é ali", as árbitras estão "tentando provar o contrário", e Nascimento e Nunes (2014) registram a formação técnica mobilizada pela própria árbitra como argumento de legitimação. Stahlberg (2011), a partir de entrevistas, identifica menor tolerância aos erros de uma árbitra em comparação com os de um árbitro (p. 90) e a aceitação da legitimidade do trabalho como etapa inicial da experiência para uma psicóloga em comissão técnica (p. 79).

Preconceito, assédio e ajuste de conduta e aparência

Cinco registros descrevem hostilidade dirigida à mulher no exercício da função. Mastrocola (2021, p. 72) registra que o futebol segue sendo "um contexto masculino, no qual as mulheres sobrevivem e encontram diversas formas de preconceito e assédio". Torga (2019, p. 74) documenta "ataques e agressões verbais por parte da torcida" e "o assédio por parte de membros do próprio clube" dirigidos às gestoras. Maia (2021) recolhe relatos de árbitras sobre xingamentos recorrentes e o preconceito "nos diversos setores que compõem uma partida de futebol" (p. 181), com destaque para a agressão sofrida após a aplicação de cartão (p. 185). Lima et al. (2022) também registram relatos de estranhamento e hostilidade em campo.

Stahlberg (2011) documenta os ajustes de conduta adotados pelas profissionais. Na arbitragem, o estudo registra a tentativa de exercer a feminilidade de maneira que os homens considerassem aceitável, sem que fosse vista como masculinizada nem implicasse perda de autoridade em campo (p. 86). Na comissão técnica, a psicóloga entrevistada relata a escolha de agasalhos esportivos em lugar de outras vestimentas para não acentuar a própria feminilidade (p. 80).

Permanência condicionada a vínculo instável, acúmulo de ocupações e cuidado familiar

Seis registros descrevem condições que dificultam a permanência na função. Lima e Hecktheuer (2019) registram que o departamento de futebol de mulheres do clube estudado "ficou vinculado à vice-presidência de relacionamento social e não à vice-presidência de futebol, instância de onde partem

os maiores investimentos para o futebol" (p. 93), e que, "em 2019, a então treinadora da equipe não teve o contrato renovado com o clube" (p. 94, nota 18). Torga (2019) também associa a instabilidade dos cargos de gestão às mudanças políticas dos clubes. Paiva (2024) registra que a parceria que mantinha a equipe de futebol feminino estudada foi rompida quando o time masculino do clube foi rebaixado, com interrupção de salários e estrutura.

O acúmulo de ocupações aparece associado à decisão de deixar a função. Pires (2021, p. 92) registra que uma treinadora "acumulava as funções de professora de futsal escolar e de personal trainer", que "hesitava em continuar como treinadora devido à dificuldade de conciliar todas as suas atividades profissionais" e que deixou a função "por conta do excesso de cansaço e pelas limitações que os horários de trabalho impunham a sua vida pessoal". Passero et al. (2020) registram a busca de outros empregos pelas treinadoras diante da falta de reconhecimento e dos baixos rendimentos. Paiva (2024) destaca a necessidade de outro trabalho para a integrante de comissão técnica entrevistada. Mastrocola (2021) registra a escassez de tempo para o convívio familiar e com amigos como parte da dedicação exigida para se manter na profissão, e Torga (2019) inclui os acúmulos da função com a maternidade e outras responsabilidades familiares entre as dificuldades relatadas pelas gestoras para a permanência na carreira.

Progressão restrita às categorias de base e aos cargos auxiliares

Cinco registros descrevem a concentração das mulheres nos níveis iniciais ou auxiliares das funções técnicas. Ferreira (2012, p. 23), a partir do conjunto das entrevistas com treinadoras de diferentes modalidades, observa que "A maioria das técnicas permanece restrita às ações em categorias de base e nos esportes considerados adequados às mulheres". Almeida et al. (2018, p. 238) registra mulheres nas áreas técnicas dos clubes como massagistas, fisioterapeutas e preparadoras físicas e observa que "É muito raro uma mulher estar no comando do time", e associa a demissão da treinadora da seleção nacional à existência de "um 'telhado de vidro' às mulheres brasileiras no futebol" (p. 32). Burch e Kessler (2021, p. 6, nota 6) registram que, no departamento estudado, a única função técnica ocupada por mulher era a da escolinha de futsal, enquanto as categorias competitivas ficavam com um treinador homem.

Novais et al. (2021, p. 9) registram crescimento mais rápido da representatividade de mulheres entre as auxiliares do que entre as treinadoras, e retomam Passero et al. (2020, p. 13) o dado de que a maior inserção feminina, de 22%, ocorre no cargo de auxiliar técnica (p. 2). Torga (2019, p. 28) associa a restrição na ascensão de mulheres à tendência de que "homens tendem a contratar homens" em ambientes considerados masculinos.

Sub-representação nos cargos técnicos e de gestão e ausência de referências femininas

Dezoito registros tratam da presença numérica de mulheres nos cargos técnicos e de gestão ou da ausência de referências femininas nesses espaços. Almeida et al. (2018, p. 32) registra que

"Apenas dois dos vinte clubes que disputaram o Campeonato Brasileiro em 2016 tiveram, em algum momento do ano, mulheres como treinadoras". Novais et al. (2021) desenvolvem uma série histórica da composição por sexo de treinadoras e auxiliares no campeonato nacional, com 16,66% em 2016 e 5,76% em 2017 (p. 8), 15,38% em 2019 e 20,19% em 2020 (p. 9). Barreira et al. (2025, p. 13) registram "um aumento mais significativo das treinadoras a partir de 2019, ano em que as exigências foram implementadas", e observam que "a igualdade numérica em cargos de liderança ainda não foi atingida, tanto nesse cargo quanto em outros" (p. 15-16). Para os autores, a relação entre as exigências e o aumento é descrita como coincidência temporal. Destacam também a sub-representação mais acentuada entre mulheres negras, com deficiência e de baixa classe social. Passero et al. (2020), a partir das súmulas de sete edições do campeonato nacional, registram predomínio de homens em todos os cargos de comissão técnica, ocupando cerca de 85% dos cargos. Ferreira (2012, p. 15) apura que "apenas 7% dos técnicos esportivos são mulheres", resultado referente a vinte e duas modalidades.

Na gestão e na arbitragem, Amaral et al. (2021) registram, a partir de fontes públicas da CBF, que nenhum dos cargos estatutários da confederação é ocupado por mulher (p. 8) e que as mulheres ocupavam parte dos cargos da comissão técnica da seleção feminina (p. 6). Batista e Souza (2022, p. 22) observam que "A maior parte dos cargos ocupados nas federações e administrações dos clubes ainda é tomada por homens", e em Salvini e Marchi Júnior (2016), o relato de uma atleta associa a ocupação desses cargos por homens ao machismo. Silva e Nazário (2018) registram minoria de mulheres na diretoria do clube estudado nos anos 2000, proporção que o estudo considera superior a de outros clubes do país, corroborado por Torga (2019), que também registra uma baixa presença feminina nos conselhos e espaços decisórios dos clubes. Maia e Vasconcelos (2022, p. 43) propõem a representatividade feminina na alta gestão entre as variáveis do ambiente institucional dos clubes. Na arbitragem, Maia (2021, p. 181) recolhe o relato de que a presença de árbitras no campeonato estadual feminino era restrita, e Nascimento e Nunes (2014) situam em 2003 a primeira edição de competição nacional de clubes com arbitragem conduzida apenas por mulheres.

Três registros tratam das referências e das percepções sobre a presença de mulheres nos cargos. Guimarães, Barreira e Galatti (2023a, p. 25) registram que "as treinadoras relatam não pensar em atuar na modalidade por nunca terem visto outras mulheres em papéis de liderança", e uma das entrevistadas afirma: "Na verdade, eu nunca pensei em estar no papel de treinadora, fui fazer um curso porque eu queria ser uma atleta melhor" (p. 25-26). Pires (2021, p. 74) associa a baixa representatividade de treinadoras em equipes masculinas à leitura da liderança como atributo "essencialmente" masculino. Alcântara et al. (2026b, p. 560) identifica uma rejeição de 97,01% das jogadoras consultadas sobre a afirmação de que "homens são melhores líderes". Dois registros trazem a questão sob a forma de relato ou proposta: Anjos et al. (2018) retomam de Monteiro (2014) o relato de ex-capitã da seleção sobre a ausência de oportunidades para ex-atletas nas federações e na confederação, e Haag (2018, p. 144) registra, entre as propostas das entrevistadas, a criação de comitê de futebol feminino na CBF dirigido por mulheres.

A síntese dos achados descritos nas subseções anteriores, organizados por estudo e por subtema,

está disponível no Apêndice 3.

3.3.4 Resultados sobre Tema 4 - Condições de Práticas e Estrutura

Pergunta secundária: *Como a literatura descreve as condições de prática e a estrutura disponível para o futebol feminino no Brasil, incluindo campeonatos e suas grades horárias, campos, quadras, centros de treinamento, alojamentos, equipes técnicas, núcleos de desenvolvimento e escolas de futebol feminino?*

Sessenta dos noventa e dois estudos incluídos abordaram condições de prática e estrutura disponíveis para o futebol feminino em âmbito nacional, sendo que quarenta e dois o abordaram de forma direta e dezoito de maneira parcial, ou seja, os documentos trouxeram achados relacionados a atos normativos públicos ou institucionais relacionados ao futebol feminino. Apenas seis trabalhos abordaram as condições de prática e estrutura entre os temas principais. A distribuição e sínteses dos achados reportados podem ser verificados no Apêndice 3.

A leitura dos estudos permitiu agrupar os fatores recorrentes em dez subtemas. Cada subtema reúne os estudos que descrevem uma mesma questão central. A descrição de cada um indica que aspectos ele reúne e como ele influencia as condições de prática e estruturas disponíveis para o futebol feminino. No quadro abaixo, são apresentados os respectivos subtemas.

Quadro 12. Subtemas de Condições de prática e estruturas disponíveis

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Campeonatos: número, calendário e grade horária	Reúne os estudos que descrevem disponibilidade, periodicidade e organização das competições femininas, incluindo calendário esportivo, número de torneios, distribuição dos jogos e condições de participação nas competições. Aparece como obstáculo ao financiamento adequado e desenvolvimento da modalidade.
Estrutura dos campos, quadras e vestiários	Reúne os estudos sobre condições físicas dos espaços de prática e competição, como qualidade dos campos, quadras, iluminação, vestiários, segurança e infraestrutura esportiva disponível às equipes. Aparece como obstáculo ao desenvolvimento da modalidade.
Centros de treinamento e uso compartilhado com a equipe masculina	Reúne estudos sobre disponibilidade, qualidade e acesso aos centros de treinamento, incluindo compartilhamento de instalações com equipes masculinas e seus reflexos sobre a preparação esportiva de mulheres e a visibilidade da modalidade. Aparece como resultado da falta de reconhecimento e valorização da modalidade.

(continua)

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Equipes técnicas e suporte multiprofissional	Reúne estudos que discutem estrutura das comissões técnicas e acesso a profissionais especializados, como treinadores(as), preparadores(as) físicos(as), fisioterapeutas, psicólogos(as), médicos(as), nutricionistas e demais integrantes do suporte esportivo. Aparece como necessidade de garantir uma oferta qualificada e específica de atenção multiprofissional e suporte técnico às atletas do futebol feminino.
Núcleos de desenvolvimento, categorias de base e escolas de futebol feminino	Reúne estudos sobre oportunidades de formação esportiva, desenvolvimento de talentos e acesso a trajetórias estruturadas de aprendizagem e progressão no futebol feminino. Os resultados convergem para os prejuízos da falta de categorias de base para a permanência de atletas na carreira e para o desenvolvimento do futebol feminino.
Materiais, insumos e apoio logístico para as praticantes	Reúne estudos referentes à disponibilidade de equipamentos, uniformes, materiais esportivos, apoio logístico, alimentação, alojamento, patrocínio e fontes de financiamento, bem como custos assumidos pelas próprias atletas para viabilizar a prática. Aparece como impacto da falta de investimentos na modalidade.
Equipamentos públicos e comunitários e o ambiente escolar	Reúne estudos que registram acesso a espaços esportivos públicos e comunitários e no ambiente escolar, distribuição dos horários de uso, oportunidades de participação e condições de oferta da modalidade nesses ambientes. Os resultados apontam para a importância de investimentos e parcerias com o setor público para o desenvolvimento da modalidade.
Desigualdades regionais	Reúne estudos que abordam diferenças regionais na oferta de clubes, competições, centros de treinamento, recursos e oportunidades para a prática e o desenvolvimento esportivo de meninas e mulheres. Os resultados destacam a concentração de investimentos na região Sudeste.
Estrutura da prática em perspectiva histórica	Reúne estudos sobre transformações das condições materiais e organizacionais do futebol feminino ao longo do tempo, destacando permanências, avanços e desafios estruturais. Os resultados demonstram que a trajetória do futebol feminino é marcada por descontinuidades.
Necessidade de parâmetros específicos	Reúne estudos que reportam a existência de lacunas na produção de conhecimento sobre especificidades do corpo feminino e suas repercussões sobre o desenvolvimento da modalidade e a prevenção de lesões, bem como para a ausência de parâmetros específicos em testes de aptidão. Aparece principalmente como obstáculo ao desenvolvimento da modalidade.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

As subseções seguintes desenvolvem cada subtema, destacando os principais aportes identificados na literatura.

Campeonatos: número, calendário e grade horária

Neste subtema foram compilados quinze trabalhos que abordaram aspectos relacionados aos campeonatos femininos, especialmente quanto ao número de torneios, à periodicidade, à organização dos calendários e à jornada competitiva. Oito estudos tratam dos efeitos da oferta limitada e irregular de competições sobre as condições de prática no futebol feminino. De modo convergente, os trabalhos apontam que a escassez de torneios e a incerteza quanto ao calendário competitivo dificultam o planejamento esportivo e financeiro dos clubes, comprometendo a continuidade das atividades ao longo da temporada (ALCâNTARA et al., 2026a; BURCH; KESSLER, 2021; SOUZA; MARTINS, 2018; JARDIM; BETTI, 2021; SALVINI; Marchi Júnior, 2016; SOUZA, 2017; NASCIMENTO; LEITE, 2021; TIESLER, 2016).

Para as atletas, a baixa regularidade das competições limita a possibilidade de manutenção de uma rotina contínua de treinos e pode repercutir sobre a estabilidade das atividades esportivas e dos ganhos financeiros. Para os clubes, o reduzido número de campeonatos ao longo do ano dificulta a manutenção de equipes permanentes e a organização de estruturas esportivas mais estáveis.

Quatro estudos apontam que, mesmo quando há oferta de competições, a organização do calendário de jogos pode comprometer as condições adequadas de participação. Alcântara et al. (2026b), Silveira e Stigger (2013), Knijnik (2006) e Pisani et al. (2012) destacam a concentração de partidas em períodos curtos, com jogos sucessivos e intervalos insuficientes para recuperação das atletas. A isso se somam problemas de infraestrutura dos campos, identificados por Burch e Kessler (2021), além de diferenças nas oportunidades de premiação e participação em competições, apontadas por Costa (2022).

Dois estudos também indicam limitações relacionadas ao próprio desenho das competições. Biram (2021) aponta que, no Campeonato Paulista, parte das partidas ocorria sem impacto efetivo sobre a classificação, reduzindo sua relevância competitiva. Almeida et al. (2018), por sua vez, observa que o fortalecimento e a maior organização dos campeonatos não se traduziram, necessariamente, em melhores condições econômicas para as atletas, permanecendo a oferta de baixos salários pelos clubes.

Estrutura dos campos, quadras e vestiários

A estrutura dos campos, quadras e vestiários utilizadas pelas jogadoras foram abordadas por catorze trabalhos (ALCâNTARA et al., 2026a; ANDRADE, 2021; ALCâNTARA et al., 2026b; BARREIRA et al., 2025; BURCH; KESSLER, 2021; BATISTA; BALZANO; MUNSBERG, 2025; SANTOS et al., 2008; KESSLER, 2015; LIMA et al., 2022; MARTINS; DELARMELINA; SOUZA, 2024b; NASCIMENTO; ROCHA, 2021; OLIVEIRA; MORATO, 2025; FALCãO; GAVIãO, 2018; SOUZA, 2017).

Nos estudos, é reportado que a estrutura disponibilizada para as equipes femininas são aquém da desejada, com problemas na iluminação, gramado em mal estado de conservação, o que pode levar ao aumento de risco de lesões (ANDRADE, 2021; BURCH; KESSLER, 2021; SANTOS et al., 2008;

LIMA et al., 2022; NASCIMENTO; ROCHA, 2021; OLIVEIRA; MORATO, 2025; SOUZA, 2017; KESSLER, 2015).

Ao analisar a estrutura de uma equipe de futebol de Porto Alegre (RS, Brasil), Kessler (2015) identificou a insegurança dos locais de realização das partidas como um desafio para a prática esportiva. O estudo destacou a necessidade de monitorar constantemente materiais de jogo, como mochilas, bolas e isopores, a fim de prevenir furtos.

A falta de infraestrutura adequada para o treinamento foi apontada em um dos estudos como um dos principais entraves à profissionalização do futebol feminino (BARREIRA et al., 2025). Além disso, a invisibilidade da modalidade nos meios de comunicação é identificada como outro fator que dificulta seu desenvolvimento, estando associada, em parte, às deficiências estruturais existentes (BATISTA; BALZANO; MUNSBERG, 2025). Nesse sentido, Barreira et al. (2025) argumentam que a criação de novas equipes sem a disponibilização de condições adequadas de prática e suporte pode comprometer a qualidade geral das competições. Corroborando essa perspectiva, Martins, Delarmelina e Souza (2024b) encontraram diferenças no desempenho entre equipes femininas que utilizam espaços públicos para treinamento e aquelas que acessam instalações mediante algum tipo de pagamento, sugerindo que as condições de infraestrutura podem influenciar o desenvolvimento esportivo.

Alcântara et al. (2026b) evidenciam que as mulheres reivindicam equidade nas condições de prática esportiva, defendendo o acesso aos mesmos recursos disponibilizados aos homens, tais como campos de treinamento adequados, infraestrutura física, atendimento médico e suporte fisioterapêutico.

Centros de treinamento e uso compartilhado com a equipe masculina

Pisani (2020) destaca a importância de centros de treinamento que disponham de campos ou quadras adequados, academias e espaços para recuperação física e fisioterapia, permitindo que as atletas realizem treinos diários e acompanhamento especializado.

Os centros de treinamento ou o uso compartilhado com as equipes masculinas foi abordado por oito estudos (BATISTA; BALZANO; MUNSBERG, 2025; BIRAM, 2021; SILVEIRA; STIGGER, 2013; MAIA, 2021; PAIVA, 2024; SCHMIDT et al., 2022; RODRIGUES; BERNARDO, 2023; YAMAMOTO, 2025). Três estudos apontaram a ausência completa de centro de treinamento para equipes femininas (BATISTA; BALZANO; MUNSBERG, 2025; SCHMIDT et al., 2022; SILVEIRA; STIGGER, 2013), e quatro mencionam a infraestrutura precária (PAIVA, 2024; SCHMIDT et al., 2022; RODRIGUES; BERNARDO, 2023; YAMAMOTO, 2025).

Biram (2021) destacou a insatisfação da equipe feminina em relação à impossibilidade de utilizar o Centro de Treinamento Rei Pelé. Segundo o estudo, considerando a qualidade das instalações e a disponibilidade de campos no local, não haveria justificativa aparente para impedir o compartilhamento da estrutura entre as equipes masculina e feminina.

O compartilhamento de espaços esportivos entre as equipes masculina e feminina ocorreu, em alguns contextos, de maneira limitada e subordinada. Conforme relatado por Kessler (2010), as

partidas femininas eram disputadas como jogos preliminares aos masculinos, permitindo o uso de estádios com melhor infraestrutura. Anjos et al. (2018) observam que essa estratégia ampliava o acesso das atletas a espaços mais estruturados, mas não representava necessariamente uma integração efetiva das modalidades. Ao contrário, o acesso aos equipamentos esportivos permanecia condicionado às atividades do futebol masculino, revelando desigualdades na ocupação e gestão das estruturas dos clubes. Profissionais entrevistadas por Maia (2021) informaram que o treinamento era realizado durante a semana em uma escolinha do clube e apenas no fim de semana podiam treinar no Centro de Treinamento (CT) Hélio Dourado, pois era quando não tinha treino da base do masculino, ou seja, "não interferia nos treinos deles".

Equipes técnicas e suporte multiprofissional

A adequada composição das comissões técnicas, disponibilidade de preparação física, fisioterapia, serviços médicos, nutricionistas e acompanhamento do rendimento e desempenho das profissionais no Brasil foi apontada como inexistente ou operando de maneira insuficiente em muitos times (NASCIMENTO; LEITE, 2021; MAIA; VASCONCELOS, 2022; SOUZA; CAPRARO, 2020). Batista e Souza (2022) apontam que uma das possíveis causas se deve ao déficit na infraestrutura e apoio financeiro.

A comparação entre os espaços e as rotinas do futebol feminino e masculino evidencia a busca das atletas por maior estrutura e organização esportiva. Barreira et al. (2025), Lourenço, Souza e Capraro (2024), e Silva e Nazário (2018) evidenciam que algumas equipes profissionais oferecem às atletas condições mais estruturadas para o desenvolvimento esportivo, tanto dentro quanto fora de campo. Entre os recursos disponibilizados, destacam-se equipes multiprofissionais compostas por treinador, auxiliar técnico, preparador físico, preparador de goleiras, massagista, roupeiro e outros profissionais de apoio, contribuindo para melhores condições de treinamento, acompanhamento e desempenho das jogadoras.

Nascimento e Rocha (2021) destacaram que a psicologia do Esporte é de suma importância para o desempenho no futebol feminino, sendo necessária para auxiliar nos aspectos psicológicos e ajudar a lidar com as dificuldades que enfrentam no seu dia a dia, a fim de contribuir de forma positiva na motivação, na autoestima e no suporte emocional.

Pisani et al. (2012, p.139) apontou que uma comissão técnica e médica composta exclusivamente por homens expõe as mulheres a ambientes de trabalho pouco sensíveis às suas particularidades, destacando a importância da participação de mulheres na comissão de treinamento e de fisioterapia.

Núcleos de desenvolvimento, categorias de base e escolas de futebol feminino

Diversos estudos indicaram a inexistência de torneios e equipes de base no futebol feminino (Sub-13, Sub-15, Sub-17) de grande parte das federações estaduais, forçando o ingresso direto de atletas na categoria Sub-20 ou adulta (BARREIRA et al., 2025; BATISTA; BALZANO; MUNSBERG, 2025; SOUZA; MARTINS, 2018; GUIMARãES; BARREIRA; GALATTI, 2023a).

A estrutura física destinada à formação esportiva desempenha papel relevante no desenvolvimento de atletas, sobretudo pela possibilidade de sustentar rotinas sistemáticas de treinamento. Entretanto, a distribuição dessas estruturas não ocorre de forma equitativa. Jardim e Betti (2021) e Salvini e Marchi Júnior (2021) indicam que, mesmo quando existem espaços destinados ao desenvolvimento esportivo, eles tendem a ser prioritariamente direcionados aos meninos, refletindo a menor oferta de oportunidades para meninas no futebol. Essa desigualdade também se manifesta em projetos esportivos, nos quais a participação feminina frequentemente ocorre em ambientes predominantemente masculinos. Martínez-Mina (2019), essa realidade exige adaptações institucionais e sociais para acolher as meninas, de modo a favorecer sua permanência na modalidade.

Teoldo et al. (2023) identificam que cidades menores podem oferecer contextos favoráveis ao desenvolvimento esportivo de meninas em razão do acesso facilitado a espaços de prática, da possibilidade de envolvimento precoce com atividades esportivas e da diversidade de experiências competitivas. Os autores argumentam que essas características ampliam as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades relacionadas ao futebol desde a infância.

Materiais, insumos e apoio logístico para as praticantes

A obrigatoriedade de manutenção de equipes femininas pelos clubes como requisito para a participação das equipes masculinas em determinadas competições revelou também limites importantes no processo de institucionalização do futebol feminino. Embora a medida tenha ampliado formalmente o número de equipes existentes, sua implementação ocorreu com diferentes arranjos organizacionais e níveis de comprometimento por parte dos clubes.

A ausência de material esportivo, patrocínio e divisão específica foi reportada em diversos estudos (PISANI, 2014; ANJOS et al., 2018; LIMA et al., 2022; PISANI; HANG; MOREIRA, 2025; SILVEIRA; CARNEIRO; SILVA, 2016). Yamamoto (2025) identificou situações em que clubes transferiam a responsabilidade de representação em campeonatos para projetos sociais, oferecendo contrapartidas restritas, como uniformes, lanches e transporte. Esse cenário sugere que o atendimento às exigências regulamentares nem sempre foi acompanhado de investimentos efetivos no desenvolvimento da modalidade.

A necessidade de mulheres de arcar financeiramente com os custos para praticar o esporte também foi apontada em estudos, como o aluguel das quadras de parquete ou tabuão (KESSLER, 2010) e o pagamento de taxas de inscrição (PIRES et al., 2017). No estudo Yamamoto (2025), treinadoras compartilharam situações de humilhação e inferiorização em sua trajetória como atletas pela ausência de recursos financeiros para participar de atividades (transporte, alimentação, etc) e mencionaram que as meninas do projeto eventualmente ainda passam por isso.

A oferta de alojamentos, alimentação e transportes das atletas foi reportada em apenas dois trabalhos do corpus da revisão (BATISTA; SOUZA, 2022; MARTINS; SILVA; SOUZA, 2021b).

A falta de patrocínio e outros tipos de apoio financeiro para a prática de futebol dificulta

sobretudo a participação de meninas e mulheres oriundas de famílias menos favorecidas que, além das limitações econômicas, precisam assumir as responsabilidades relacionadas às tarefas domésticas. O estudo Borges et al. (2006) reportou a coincidência entre os horários dos treinamentos e as demandas do trabalho doméstico como restrição à participação de algumas mulheres nas atividades esportivas.

Em conjunto, esses estudos indicam que a expansão institucional do futebol feminino não tem sido necessariamente acompanhada pela consolidação de condições capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável das equipes e das atletas.

Em contraste com os relatos de precariedade observados, Silva e Nazário (2018) identificam uma experiência na qual o clube ofereceu condições materiais mais adequadas para o desenvolvimento esportivo das atletas. É o caso da equipe de futsal feminino da Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Chimarrão (SER Chimarrão), que disponibilizava equipamentos e materiais de treinamento novos e de boa qualidade, incluindo bolas oficiais da modalidade, cones, coletes, arcos e cintos de tração. Segundo os autores, esses recursos contribuíam para a realização dos treinamentos e das competições em condições mais favoráveis.

Equipamentos públicos, comunitários e o ambiente escolar

Martins et al. (2021a) afirmam que a escola é um espaço privilegiado para a iniciação esportiva, mas a ausência de estrutura adequada pode limitar a participação de meninas no futebol. O estudo de Buch, Scherzer e Moraes (2025) evidenciou que a organização das aulas de Educação Física, com a separação entre gêneros, e a distribuição desigual dos espaços de prática, com os meninos ocupando as áreas mais amplas e privilegiadas durante as atividades esportivas, constituem barreiras à prática do futebol por meninas. Essa condição foi reforçada por Darido (2002), ao demonstrar que os meninos tendem a ocupar uma parcela significativamente maior do espaço físico da escola. Segundo as autoras, considerando todos os momentos da rotina escolar, os meninos chegam a utilizar até dez vezes mais espaço do que as meninas.

Diante de tais barreiras no ambiente escolar, a existência de equipamentos públicos e comunitários assume relevância ainda maior para a iniciação de meninas no futebol. Pisani (2020) destaca o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de São Paulo, e benefícios ofertados para as jogadoras das categorias de base vinculadas ao COTP, como o vale-transporte, material esportivo e lanches durante as atividades físicas, e a disponibilidade de atendimento por um fisioterapeuta para tratar das lesões ocorridas durante os treinos e/ou jogos. Estudos como o Andrade (2021), Lima et al. (2022) e de Mizrahi (2024) reportam, entretanto, que espaços públicos destinados à prática de futebol nem sempre estão disponíveis e podem se tornar ambientes hostis às meninas e mulheres, seja pela apropriação das estruturas por homens e meninos, seja pelas condições de segurança e estado de conservação, com relatos de gramados desgastados, quadras sem iluminação ou com piso danificado, além de outros danos estruturais (MIZRAHI, 2024).

Desigualdades regionais

Os estudos apontam que a distribuição de clubes, centros de treinamento e oportunidades de desenvolvimento para o futebol feminino ocorre de maneira desigual no território brasileiro. Alcântara et al. (2026a) destacam que as oportunidades não estão distribuídas de maneira uniforme em todo o território brasileiro, de modo que algumas regiões dispõem de estruturas mais consolidadas, enquanto outras apresentam oferta mais limitada de ambientes de formação, competições e trajetórias organizadas de desenvolvimento.

Essa desigualdade está associada tanto às diferenças regionais quanto à capacidade econômica das instituições esportivas, produzindo condições distintas de formação e de desenvolvimento das atletas, com implicações sobre o acesso a treinamentos de alta qualidade, oportunidades para competir em ligas profissionais e a oferta de apoio médico e técnico adequado (MARTINS; DELARMELINA; SOUZA, 2024b).

O estudo Barreira et al. (2025, p. 8) aponta uma "concentração geográfica marcante, com mais de 50% das equipes participantes oriundas do Sudeste e sem nenhuma equipe do Nordeste, evidenciando um desequilíbrio regional". Pereira et al. (2022) destaca que clubes fora da região Sudeste têm menos prestígio, capital econômico e social, dificultando avanço do futebol feminino mesmo após a medida da CONMEBOL/CBF. Teoldo et al. (2023) afirmam que há uma concentração do desenvolvimento de atletas profissionais em estados do Sudeste, especialmente São Paulo, pelo acesso desigual às estruturas, pelo contato com outras atletas profissionais e pela maior oferta de oportunidades. Segundo os autores, entre os 27 estados brasileiros, apenas cinco se destacam como principais fontes para o desenvolvimento de jogadores de futebol profissional: São Paulo (39.5%), Rio de Janeiro (9.7%), Minas Gerais (7.5%), Rio Grande do Sul (7.1%) and Bahia (5.8%)." (p. 862)

O estudo Martins, Delarmelina e Souza (2024a) ainda ressaltou que a falta de investimento estrutural sustenta a desigualdade de recursos, reforçando a marginalização das jogadoras, sendo mais evidente nos estados onde o futebol possui menor desenvolvimento econômico.

Almeida et al. (2018) afirmou que, até o ano de 2017, a maioria dos clubes brasileiros de maior destaque no Futebol Feminino encontrava-se em cidades do interior.

Estrutura da prática em perspectiva histórica

Os estudos que abordam a estrutura da prática esportiva em perspectiva histórica evidenciam que as oportunidades de participação de meninas e mulheres no futebol foram marcadas por descontinuidades, escassez de investimentos e limitações organizacionais ao longo do tempo.

Ao reconstruírem a trajetória do futebol feminino no estado do Rio Grande do Sul, Lima e Hecktheuer (2019) identificaram que o Sport Club Internacional já mantinha um departamento dedicado ao futebol feminino na década de 1940 e disponibilizava locais de treinamento na década de 1980. Entretanto, os autores também destacam que o desenvolvimento da modalidade foi marcado por instabilidades institucionais evidenciadas, por exemplo, pela ausência de realização do campeonato estadual entre 2004 e 2008. Esse cenário sugere que a existência de iniciativas estruturadas em

determinados períodos não garantiu a continuidade das oportunidades de prática e competição para as mulheres.

De modo semelhante, Guimarães, Barreira e Galatti (2023a) identificaram, por meio de entrevistas com treinadoras, que a ausência de uma estrutura organizada para o desenvolvimento esportivo feminino produzia trajetórias marcadas pela improvisação. Uma das participantes relatou que ingressou diretamente em equipes sub-20 e adultas aos 15 anos porque não existiam categorias de base em sua cidade, evidenciando a inexistência de percursos formativos graduais para meninas que desejavam praticar futebol. Tal relato indica que a carência de estruturas formais de desenvolvimento limitava as oportunidades de aprendizagem e especialização esportiva desde as etapas iniciais da formação.

Em conjunto, os estudos Lima e Hecktheuer (2019) e Guimarães, Barreira e Galatti (2023a) revelam que a estrutura do futebol feminino brasileiro tem sido historicamente caracterizada por fragilidades institucionais, interrupções na oferta de competições e insuficiência de mecanismos de formação de atletas. Esses elementos contribuíram para que a inserção de meninas e mulheres na modalidade frequentemente ocorresse em contextos de escassez de recursos e adaptação às oportunidades disponíveis, em vez de decorrer de uma trajetória sistematicamente estruturada.

Necessidade de parâmetros específicos

O estudo Yamamoto (2025, p.112) reporta que a falta de estudos e estrutura adequados às especificidades de mulheres são condições que agravam muito a incidência de lesões no futebol feminino, especialmente em se tratando de joelhos.

Maia (2021, p.177) destaca o impacto da lacuna de produção de conhecimento técnico e científico sobre o futebol feminino na formação e desenvolvimento profissional. Entre as suas entrevistadas, houve o seguinte relato: “fui estudar o futebol feminino em Portugal, no meu mestrado. Mais voltada para a questão de lesão, porque não tem nada no Futebol Feminino, se tu for procurar ali no PubMed não tem nada. É tudo prevenção de lesão masculina, tratamento masculino, o que que o homem mais lesiona, e nada de mulher”.

O estudo Monteiro et al. (2020) aponta para a inadequação de teste físico exigido pela FIFA com índices equivalentes aos masculinos, levando as mulheres a treinamentos exaustivos.

A síntese dos achados descritos nas subseções anteriores, organizados por estudo e por subtema, está disponível no Apêndice 3.

3.3.5 Resultados sobre Tema 5 - Políticas públicas e iniciativas institucionais

Pergunta secundária: *Quais políticas públicas, programas, iniciativas institucionais e estratégias de promoção do futebol feminino são identificados pela literatura como capazes de ampliar, qualificar e sustentar a participação de meninas e mulheres no futebol brasileiro?*

Quarenta dos noventa e dois estudos incluídos abordaram e trouxeram o tema Políticas públicas e iniciativas institucionais, sendo dos quais vinte e um o abordaram de maneira parcial e dezenove de

forma direta, ou seja, trouxeram achados relacionados a atos normativos ou institucionais relacionados ao futebol feminino. Apenas quatro trabalhos abordaram as políticas ou as iniciativas entre os temas principais. A distribuição e sínteses dos achados reportados podem ser verificados no Apêndice 3.

A leitura dos estudos permitiu agrupar as temáticas recorrentes em seis subtemas, apresentados no Quadro abaixo. Em conjunto, esses subtemas mostram que a literatura aborda o desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil por meio de diferentes políticas públicas ou níveis de ação institucional, que incluem marcos legais, regulamentações esportivas, instrumentos de financiamento, iniciativas de formação e projetos de promoção da participação, além de registrar limitações recorrentes na implementação, continuidade e efetividade dessas estratégias.

Quadro 13. Subtemas de políticas públicas e iniciativas institucionais

Subtema	O que reúne e como aparece nos estudos
Marcos legais de proibição, regulamentação e reconhecimento do futebol de mulheres	Reúne os estudos que retomam a legislação que restringiu a prática do futebol por mulheres, sua posterior revogação e os marcos normativos que passaram a reconhecer ou estimular a participação feminina. Aparece sobretudo como contextualização histórica das desigualdades atuais.
Regulamentações esportivas que induzem a criação de equipes femininas	Reúne os estudos sobre as exigências da FIFA, CONMEBOL e CBF que condicionam a participação dos clubes em competições masculinas à manutenção de equipes femininas. Aparece como o principal instrumento institucional de expansão recente da modalidade.
Políticas de financiamento, bolsas e incentivos econômicos	Reúne os estudos que mencionam bolsas, auxílios financeiros e mecanismos legais de indução ao investimento no futebol feminino, incluindo Bolsa Atleta e exigências vinculadas à renegociação de dívidas dos clubes. Aparece como estratégia de permanência de atletas e de estímulo institucional à modalidade.
Programas de formação, capacitação e desenvolvimento esportivo	Reúne os estudos sobre programas governamentais e ações institucionais voltados à qualificação profissional, produção de conhecimento e formação de recursos humanos no futebol. Aparece principalmente na formação de treinadoras, gestores e profissionais da área.
Projetos de extensão, iniciativas educacionais e ações locais de promoção da participação	Reúne projetos universitários, coletivos, programas sociais e iniciativas escolares que ampliam oportunidades de prática e participação. Aparece sobretudo em contextos de iniciação esportiva, inclusão social e institucionalização da modalidade.

Lacunas de implementação, dependência institucional e insuficiência das políticas existentes	Reúne os estudos que apontam limitações na implementação de normas e programas, dificuldades de continuidade, dependência de gestores específicos e insuficiência das medidas para alterar desigualdades estruturais. Aparece na análise crítica dos resultados das políticas.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Marcos legais de proibição, regulamentação e reconhecimento do futebol de mulheres

Oito registros mobilizam normas legais e regulamentares para explicar a trajetória do futebol de mulheres no Brasil. Os estudos concentram-se em três momentos: as normas que restringiram a prática feminina, os dispositivos que passaram a reconhecer esse direito e os marcos legais que regulam a inserção das mulheres no sistema esportivo profissional.

A legislação proibitiva aparece de forma recorrente como explicação histórica para a baixa participação das mulheres na modalidade. Baptista e Otesbelgue (2013, p. 80) registram que a legislação esportiva criada em 1941 "proibia o Futebol enquanto modalidade" para mulheres. As autoras também apontam a proibição referida a 1965 pelo Conselho Nacional de Desportos (p. 81). Em sentido semelhante, Nascimento e Nunes (2014) registram que o Decreto-Lei nº 3.199 oficializou a proibição da prática de modalidades consideradas incompatíveis com a natureza feminina. Buch, Scherzer e Moraes (2025, p. 2) retomam essas mesmas normas ao discutir as restrições impostas historicamente à participação esportiva das mulheres. Darido (2002) argumenta que a legislação contribuiu para retardar o ingresso das mulheres no esporte mais praticado do país.

Os estudos também registram os marcos que reconheceram ou restabeleceram a participação feminina na modalidade. Baptista e Otesbelgue (2013, p. 81) destacam a deliberação de 1979 que assegurou às mulheres brasileiras o direito à prática do futebol. Nascimento e Nunes (2014) igualmente identificam a deliberação de 1979 como o marco que reverteu as restrições anteriores. Darido (2002) registra ainda que, em 1986, o Conselho Nacional de Desportos reconheceu a necessidade de estimular a participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas do país (apud Castellani Filho, 1991).

Alguns estudos recorrem à legislação esportiva ao tratar da profissionalização das mulheres no futebol. Nesses casos, as normas aparecem como referência para compreender as condições formais de exercício da atividade esportiva, os vínculos profissionais e os direitos associados à condição de atleta. Lourenço, Souza e Capraro (2024) mobilizam a Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) e a Lei nº 12.395/2011 ao discutir as narrativas de jogadoras sobre profissionalização, destacando a definição legal do atleta profissional e a regulamentação dos contratos de trabalho desportivo. Martins, Delarmelina e Souza (2024a) registram que o debate recente sobre os vínculos profissionais passou a incluir a Lei Geral do Esporte e sua relação com as normas anteriormente vigentes. Maia e Vasconcelos (2022) ampliam essa discussão ao registrar a coexistência de diferentes instrumentos regulatórios aplicáveis às entidades esportivas, incluindo a Lei Pelé, a Lei do Profut e normas técnicas de prestação de contas, além das exigências implementadas pela FIFA, CONMEBOL e CBF para manutenção de equipes femininas a

partir do final da década de 2010.

Por fim, alguns estudos mencionam medidas voltadas à ampliação de direitos ou ao reconhecimento institucional das mulheres no futebol. Batista e Souza (2022, p. 19) registram a lei sancionada em 2015 que condicionou a renegociação das dívidas dos clubes ao investimento em categorias de base e no futebol feminino (ANJOS et al., 2018, p. 14). Os mesmos autores registram que, a partir de março de 2020, as atletas convocadas para a seleção brasileira passaram a receber as mesmas diárias pagas aos homens (p. 19). Andrade (2021, p. 75) também menciona a equiparação de prêmios e diárias entre as seleções masculina e feminina anunciada pela Confederação Brasileira de Futebol, além da nomeação de uma ex-atleta para a coordenação de competições femininas da entidade.

Regulamentações esportivas que induzem a criação de equipes femininas

Nove estudos tratam das exigências introduzidas pela FIFA, pela CONMEBOL e pela CBF a partir da segunda metade da década de 2010. Em conjunto, esses estudos apresentam as regras de licenciamento de clubes como o principal mecanismo institucional identificado pela literatura para induzir a criação e a manutenção de equipes femininas nos clubes tradicionais do futebol brasileiro.

Lima e Hecktheuer (2019) examinam diretamente dois dos principais instrumentos normativos associados à expansão recente da modalidade: a Lei nº 13.155/2015, que instituiu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), e o Regulamento de Licenças da CONMEBOL de 2016. As autoras destacam que ambas as normas passaram a induzir investimentos ou a manutenção de equipes femininas, mas observam que os critérios previstos pela legislação permaneceram relativamente abertos à interpretação dos clubes.

Pereira et al. (2022) analisa o Regulamento de Licença aos Clubes da CONMEBOL, anunciado em 2016, que passou a exigir a existência de equipes femininas dos clubes interessados em disputar competições continentais masculinas. Barreira et al. (2025) avançam nessa discussão ao avaliar diretamente os efeitos das exigências de licenciamento implementadas pela CONMEBOL e posteriormente ampliadas pela CBF. Os autores observam que as regulamentações não alteraram de forma significativa o volume de equipes ingressantes na principal competição nacional, mas identificam mudanças relevantes no perfil institucional dos clubes participantes. O estudo registra ainda iniciativas complementares de promoção da presença feminina, como a exigência da Federação Paulista de Futebol de garantir ao menos uma mulher nas comissões técnicas das equipes participantes do campeonato estadual.

Novais et al. (2021, p. 4) registram que as entrevistadas manifestavam expectativa positiva em relação às medidas que obrigariam os clubes de futebol masculino a manter equipes femininas a partir de 2019 e observam que esse conjunto de fatores teve impacto positivo sobre a oferta de postos de trabalho em comissões técnicas femininas.

A regulamentação também é apresentada como fator de expansão da modalidade em outros estudos. Batista, Balzano e Munsberg (2025, p. 48) registram que a mudança observada no futebol de mulheres cearense esteve associada à exigência prevista no licenciamento da CBF para participação na

Série A do Campeonato Brasileiro masculino, que determinava a manutenção de equipes femininas pelos clubes participantes. Maia (2021, p. 205) afirma que o Programa de Licenciamento de Clubes e as determinações fomentadas pela CONMEBOL, FIFA e CBF foram fatores importantes para a reconfiguração do futebol de mulheres no cenário nacional. O mesmo estudo registra que os anos de 2018 e 2019 foram marcados pelo aumento dos investimentos dos clubes na modalidade em resposta às exigências da CONMEBOL e da CBF (idem, p. 207).

Passero et al. (2020) registram que as treinadoras entrevistadas demonstravam otimismo em relação às possibilidades de crescimento profissional decorrentes das novas regras de licenciamento da CBF. Burch e Kessler (2021) também registram as exigências implementadas pela CONMEBOL e pela CBF para manutenção de equipes femininas adultas e juvenis, apresentando essas medidas como parte do contexto institucional que alimentava expectativas de expansão da modalidade entre as participantes entrevistadas.

Martins, Silva e Vasquez (2021c) também associam a expansão recente do futebol feminino às regulamentações da CONMEBOL que passaram a exigir equipes femininas dos clubes brasileiros. Martins, Delarmelina e Souza (2024a) registram que a regulamentação de licenciamento anunciada pela entidade continental determinou que, a partir de 2019, as equipes participantes das competições sul-americanas mantivessem ou se associassem a equipes femininas adultas. Estudos recentes registram mudanças institucionais relacionadas à estruturação das categorias de base do futebol feminino. Alcântara et al. (2026b) menciona a introdução das competições nacionais femininas de base pela CBF a partir de 2019. Alcântara et al. (2026b) também destacam a regulamentação da CONMEBOL, de 2019, que passou a exigir equipes femininas e categorias juvenis dos principais clubes sul-americanos. Embora ambos os estudos relacionem essas mudanças ao processo de expansão da modalidade, nenhum deles avalia diretamente sua implementação ou seus efeitos.

Embora a maior parte dos registros apresente essas regulamentações como impulsionadoras da expansão da modalidade, Novais et al. (2021) identificam limites no alcance da medida. Os autores observam que o aumento das oportunidades de trabalho não resultou em crescimento expressivo da representação de mulheres nos cargos de treinadora e auxiliar técnica (p. 4) e registram que parte dos clubes passou a atuar apenas para cumprir as exigências do licenciamento, sem necessariamente melhorar as condições de trabalho, remuneração ou desenvolvimento esportivo das equipes femininas (p. 9).

Políticas de financiamento, bolsas e incentivos econômicos

Seis registros mencionam instrumentos de financiamento ou incentivos econômicos voltados ao futebol de mulheres. Os estudos tratam tanto de mecanismos de indução ao investimento institucional na modalidade quanto de formas de apoio financeiro destinadas às atletas.

Batista e Souza (2022, p. 14) e Anjos et al. (2018, p. 7) descrevem a Medida Provisória nº 671, posteriormente convertida em lei, que condicionou a renegociação das dívidas dos clubes ao investimento em categorias de base e no futebol feminino. Nos dois estudos, a medida aparece como

mecanismo de indução estatal ao investimento na modalidade, sem avaliação de sua implementação ou de seus resultados. Almeida et al. (2018) analisa a criação da Seleção Permanente de Futebol Feminino, iniciativa desenvolvida pela CBF em parceria com o Ministério do Esporte em 2015. O estudo registra que a política foi financiada com recursos do Plano Brasil Medalha e previa dedicação exclusiva das atletas, com promessa de vínculo formal de trabalho e benefícios trabalhistas. A autora observa, contudo, que parte dessas condições não foi efetivamente cumprida, discutindo os limites da iniciativa como estratégia de profissionalização.

O Bolsa Atleta é mencionado como mecanismo de apoio financeiro por Pisani et al. (2012, p. 140), Martins et al. (2021a) e Pires (2021, p. 108). Haag (2018, p. 153) registra ainda bolsas de estudo obtidas em decorrência da prática esportiva e menciona o recebimento de Bolsa Atleta municipal por uma das entrevistadas. Biram (2021) registra também o papel da Lei de Incentivo ao Esporte no financiamento do Campeonato Paulista Feminino e descreve o convênio Meninas em Campo, desenvolvido em parceria entre o Santos Futebol Clube, a Universidade de São Paulo e outras organizações, voltado à formação de jogadoras entre 11 e 17 anos. O estudo não avalia os resultados dessas iniciativas, mas as apresenta como parte do conjunto de mecanismos institucionais de apoio à modalidade. Em conjunto, os estudos destacam esses mecanismos como formas de apoio financeiro que contribuem para a permanência de atletas no esporte e para a ampliação de oportunidades educacionais associadas à trajetória esportiva. Ao mesmo tempo, Pisani et al. (2012, p. 140) observa que o acesso ao Bolsa Atleta está condicionado ao registro em federações nacionais e à obtenção de resultados competitivos em campeonatos nacionais.

Andrade (2021, p. 75) e Batista e Souza (2022, p. 19) registram ainda a equiparação de diárias e premiações entre as seleções masculina e feminina anunciada pela Confederação Brasileira de Futebol em 2020. Em ambos os estudos, a medida aparece como contextualização do cenário institucional recente, sem análise de implementação, cobertura ou efeitos.

Programas de formação, capacitação e desenvolvimento esportivo

Dois registros identificam iniciativas voltadas diretamente à formação profissional e à produção de conhecimento no futebol. Lima et al. (2022) analisam o Programa Academia & Futebol, iniciativa do Governo Federal vinculada ao Ministério da Cidadania destinada a ampliar o acesso à prática do futebol, futsal e futebol de areia, além de fomentar a produção e a difusão de conhecimentos sobre essas modalidades. Os autores definem o programa como uma estratégia de democratização do acesso ao esporte e de qualificação profissional na área.

Novais et al. (2021) registram, por meio do relato de uma participante, a existência de bolsas oferecidas pela CBF para obtenção da licença de treinadora. A iniciativa aparece associada ao debate sobre as barreiras financeiras para a formação profissional, uma vez que o custo dos cursos de certificação é apontado como obstáculo ao ingresso e à progressão na carreira. Também no campo da formação profissional, Guimarães, Barreira e Galatti (2023b) analisam os cursos de certificação da CBF Academy, unidade responsável pela oferta das licenças nacionais de treinadores e treinadoras desde

2016. O estudo discute a experiência das mulheres nesse processo de formação e identifica limitações relacionadas à transparência das informações disponibilizadas pela entidade sobre a participação feminina nos cursos.

Projetos de extensão, iniciativas educacionais e ações locais de promoção da participação

Cinco registros descrevem iniciativas institucionais que ampliam oportunidades de participação, ainda que não constituam necessariamente políticas públicas de alcance nacional. Borges et al. (2006, p. 105) apresentam o Projeto Gente, iniciativa extensionista da Universidade Federal de Viçosa voltada à inclusão e promoção social de jovens por meio de atividades corporais e esportivas. Os autores registram ainda que o projeto surgiu a partir da demanda de associações de moradores dos bairros participantes (p. 105).

Guimarães et al. (2022, p. 52051) descrevem o projeto de extensão Futsal feminino na UNIFAP, por meio do qual a modalidade foi institucionalizada na universidade a partir de 2019. Os autores concluem que a institucionalização do futsal feminino ocorreu por intermédio desse projeto (p. 52053) e registram sua inserção no contexto das ações extensionistas e governamentais voltadas à promoção do esporte universitário (p. 52052). Pisani (2020) descreve o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de São Paulo. O estudo registra o apoio financeiro municipal às categorias de base e mecanismos de suporte à permanência das atletas, como a concessão de vale-transporte segundo critérios socioeconômicos, embora não avalie os resultados da política.

Anjos et al. (2018, p. 2) analisam um coletivo criado em 2010 por atletas, artistas, pesquisadoras e ativistas, cuja atuação envolve oficinas, pesquisas, exposições e ações voltadas à promoção da justiça de gênero e do empoderamento de mulheres por meio do esporte. Pisani (2014, p. 6) descreve o Boleiras Futebol Clube, projeto social de iniciativa privada voltado a meninas de 13 a 15 anos selecionadas para participar de atividades esportivas e formativas ao longo de um ano. Embora não constitua política pública, o estudo apresenta a iniciativa como uma alternativa de ampliação das oportunidades de prática para meninas.

No campo educacional, os estudos identificam tanto diretrizes curriculares quanto iniciativas institucionais voltadas à ampliação da participação esportiva. Borttolin (2011, p. 104) mobiliza os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física como referência para a inclusão de meninas e meninos nas práticas esportivas, destacando a orientação de participação sem discriminação por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (p. 110). Ao confrontar essas diretrizes com a realidade observada, o autor identifica dificuldades na definição de critérios de avaliação coerentes com os objetivos de inclusão previstos pelo documento (p. 111). Buch, Scherzer e Moraes (2025) também situam a discussão no campo das políticas educacionais ao apontarem a insuficiência da formação docente para o trabalho com questões de gênero e defenderem a revisão curricular e a ampliação de oportunidades de formação continuada.

Em contexto distinto, Oliveira (2016, p. 14) registra uma alteração pedagógica em escola privada

pela qual as modalidades esportivas extracurriculares passaram a ter validade como componente de Educação Física curricular.

No âmbito da gestão local do esporte, Nascimento e Leite (2021, p. 87) descrevem a vinculação de uma equipe feminina à Secretaria Municipal de Esportes e mostram que a continuidade das atividades dependia diretamente da administração municipal. As autoras registram que mudanças de governo alteraram o comando das secretarias e provocaram a interrupção temporária dos treinamentos da equipe estudada.

Lacunas de implementação, dependência institucional e insuficiência das políticas existentes

Seis registros apresentam avaliações ou observações críticas sobre os limites das políticas e iniciativas identificadas. Novais et al. (2021, p. 4) concluem que as exigências de licenciamento ampliaram a oferta de postos de trabalho para mulheres, mas não produziram crescimento expressivo na representação feminina nos cargos de treinadora e auxiliar técnica. Os autores também observam que parte dos clubes passou a investir na modalidade prioritariamente para cumprir as exigências regulatórias, sem melhorar necessariamente as condições de trabalho, remuneração ou desenvolvimento esportivo das equipes femininas (p. 9).

Pereira et al. (2022) chega à conclusão semelhante ao analisar o regulamento de licenciamento da CONMEBOL, identificando ampliação das oportunidades de participação, mas resultados insuficientes para alterar desigualdades estruturais historicamente consolidadas. Paiva (2024) registra a percepção de que medidas previstas em legislação recente não teriam sido efetivamente implementadas, retomando o relato de que, após a publicação da norma, não foram observadas ações concretas para sua execução. Em perspectiva semelhante, Almeida et al. (2018) identifica discrepâncias entre o desenho anunciado da Seleção Permanente de Futebol Feminino e sua implementação efetiva, registrando que benefícios prometidos às atletas não foram integralmente assegurados durante a execução da iniciativa.

Nascimento e Leite (2021, p. 87) evidenciam a dependência das equipes em relação à gestão pública municipal ao registrar que mudanças de governo alteraram o comando das secretarias e provocaram a interrupção dos treinamentos da equipe estudada. Anjos et al. (2018, p. 12) observam que as próprias coordenadoras do coletivo analisado reconhecem a dificuldade de mensurar os efeitos das ações desenvolvidas, limitando a avaliação aos retornos recebidos dos participantes. Por fim, Guimarães, Barreira e Galatti (2023a, p. 10) apontam a ausência de políticas de fomento e de programas de desenvolvimento como um dos fatores associados à baixa presença de mulheres em cargos de liderança e treinamento no futebol brasileiro. Em linha semelhante, Kessler (2015) argumenta que as iniciativas voltadas ao futebol de mulheres ainda não se converteram em políticas públicas de longa duração capazes de assegurar condições estruturais permanentes para a modalidade, destacando a distância entre ações pontuais e estratégias sustentadas de desenvolvimento esportivo.

Ferreira (2012) também problematiza a distância entre formulação e implementação das políticas ao observar que recomendações nacionais e internacionais voltadas à promoção da participação

feminina frequentemente permanecem restritas ao plano normativo, sem tradução efetiva na prática esportiva cotidiana.

A síntese dos achados descritos nas subseções anteriores, organizados por estudo e por subtema, está disponível no Apêndice 3.

3.4 Recomendações dos autores

Esta subseção reúne as recomendações formuladas pelas autoras e autores dos estudos incluídos. Dos noventa e dois registros do corpus, setenta e seis apresentam recomendações. As recomendações foram agrupadas em oito blocos temáticos, evidenciados no quadro abaixo, considerando o destinatário e o objeto da proposta. Um mesmo estudo pode formular recomendações relacionadas a mais de um bloco e, por isso, a soma da coluna n excede os setenta e seis registros.

Quadro 14. Blocos temáticos das recomendações formuladas pelos estudos

BLOCO	Descrição	ESTUDOS	n
Educação física escolar e coeducação	Reúne estudos que abordam o papel da mediação pedagógica, revisão dos currículos de formação docente, problematização de estereótipos, eliminação de barreiras à participação de meninas, oferta de oportunidades de futebol e futsal que não seja baseada em discriminação por sexo	Andrade (2021); Borges et al. (2006); Borttolin (2011); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Darido (2002); Freitas et al. (2020); Furlan e Santos (2008); Oliveira (2016); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Oliveira, Ricci e Marques (2022); Pires (2021); Reis (2024); Santos et al. (2008); Silva, Silva e Petroski (2013); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020); Somariva e Cruz (2018); Souza e Martins (2018); Tamashiro et al. (2022)	18
Iniciação e formação esportiva	Reúne estudos que abordam a iniciação e prática diversificada na infância, sistematização do treinamento nas etapas iniciais, uso do futsal como porta de entrada, apoio ao desenvolvimento das atletas e descentralização territorial da formação	Alcântara et al. (2026a); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Martins et al. (2021a); Oliveira e Morato (2025); Schmidt et al. (2022); Souza e Martins (2018); Teoldo et al. (2023)	8
Políticas públicas e financiamento	Reúne estudos que abordam o papel do Estado no fomento, financiamento, disponibilidade de recursos e equipamentos públicos, incentivos fiscais, investimento em categorias de base e implementação de políticas públicas, e a necessidade de correção de desigualdades regionais	Barreira et al. (2025); Ferreira (2012); Guimarães et al. (2022); Knijnik (2006); Lima e Hecktheuer (2019); Lima et al. (2022); Lima, Piovani e Lima (2018); Martínez-Mina (2019); Oliveira e Morato (2025); Paiva (2024); Pires (2021); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020)	12

(continua)

BLOCO	Descrição	ESTUDOS	n
Regulação do trabalho e profissionalização	Reúne estudos que tratam da importância de formalização dos vínculos de trabalho, fiscalização e cumprimento da legislação trabalhista e desportiva, especificação de regras e obrigações de investimento, regulação da intermediação por empresários e organização coletiva das atletas	Haag (2018); Lima e Hecktheuer (2019); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Paiva (2024); Pereira et al. (2022); Pisani (2014); Rodrigues e Bernardo (2023)	7
Competições, calendário e gestão dos clubes	Reúne estudos que apontam para a necessidade de calendário de competições mais amplo e descentralizado, com condições mínimas para as equipes inscritas, desenvolvimento de mercados e públicos para a modalidade, tratamento do futebol de mulheres como produto próprio e uso de clubes de referência como parâmetro	Barreira et al. (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Maia (2021); Maia e Vasconcelos (2022); Salvini e Marchi Júnior (2021); Salvini e Marchi Júnior (2016); Souza (2017); Teoldo et al. (2023)	9
Participação de mulheres em cargos técnicos e de gestão	Reúne estudos que abordam iniciativas de capacitação e redução do custo das licenças, ações afirmativas de acesso e permanência, canais de escuta, contratação de mulheres para cargos técnicos e diretivos, e visibilidade de referências femininas	Amaral et al. (2021); Barreira et al. (2025); Biram (2021); Ferreira (2012); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Guimarães, Barreira e Galatti (2023b); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Passero et al. (2020); Pires (2021); Torga (2019)	11
Visibilidade, reconhecimento e enfrentamento do preconceito	Reúne estudos que tratam de iniciativas de ampliação da visibilidade, valorização e reconhecimento da modalidade, cobertura midiática, captação de patrocínio, enfrentamento de estereótipos, revisão terminológica e tratamento institucional das violências	Baptista e Otesbelgue (2013); Batista e Souza (2022); Kessler (2015); Pisani et al. (2012); Pisani, Hang e Moreira (2025); Pires et al. (2017); Rosa et al. (2020); Salvini e Marchi Júnior (2016); Souza (2017); Trajano et al. (2017); Vasques et al. (2010); Yamamoto (2025)	12
Agenda de fomento à pesquisa	Reúne estudos sobre a efetividade das normas e políticas implementadas, realização de pesquisas nacionais e produção de dados administrativos, e ampliação da produção de conhecimento sobre a modalidade	Alcântara et al. (2026b); Amaral et al. (2021); Costa (2022); Ferreira (2012); Maia e Vasconcelos (2022); Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Martins, Silva e Souza (2021b); Martins, Silva e Vasquez (2021c);; Monteiro et al. (2020); Nascimento e Leite (2021); Neuenfeldt e Lansing (2020); Novais et al. (2021); Paiva (2024); Passero et al. (2020); Pisani (2020); Silveira e Stigger (2013); Silveira, Carneiro e Silva (2016); Souza e Capraro (2020); Teoldo et al. (2023); Torga (2019)	20

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Educação física escolar e coeducação

Dezoito registros dirigem recomendações relacionadas à escola e à formação docente. A organização das turmas nas aulas de educação física é um dos pontos mais recorrentes. Santos et al. (2008, p. 70) sustentam que a aula separada por sexo deve ser evitada, porque a igualdade de chances e a desconstrução de preconceitos dependeriam da prática conjunta, enquanto Darido (2002) propõe unir meninos e meninas conforme a atividade, o nível de habilidade e as características do grupo. Furlan e Santos (2008, p. 7-8) defendem, no mesmo sentido, que a igualdade nas aulas não deve significar comparação entre meninos e meninas, mas valorização da diferença e da contribuição individual, com práticas não excludentes que substituam a separação por sexo, a partir de mudanças nas instituições de ensino e nas políticas públicas de incentivo.

Reis (2024, p. 34) registra que a turma mista, isoladamente, não basta, e que a coeducação depende de um conjunto de ações de promoção da igualdade de gênero ancoradas em políticas públicas. Somariva e Cruz (2018) reforçam esse ponto ao considerar a reflexão sobre relações de gênero e coeducação como um componente curricular imprescindível da prática docente em Educação Física, necessário para oferecer condições igualitárias de acesso e de desenvolvimento de habilidades. Borges et al. (2006, p. 129) recomendam que professores e organizadores de projetos valorizem a participação das meninas e reconheçam os esforços envolvidos em suas trajetórias, enquanto Andrade (2021) propõe a abordagem coeducativa e o diálogo com a formação inicial e continuada de professores. Borttolin (2011, p. 106-112) atribui ao professor o papel de observar as relações afetivas no grupo e de intervir com disposição e determinação diante das desigualdades e situações de exclusão, defendendo que apenas uma parceria respeitosa entre os gêneros permite construir relações de igualdade. Buch, Scherzer e Moraes (2025, p. 5) recomendam a inserção de debates sobre equidade, diversidade e justiça social nos currículos dos cursos de Educação Física e o fortalecimento da formação continuada. Pires (2021, p. 118) propõe a inclusão de disciplinas específicas sobre esporte e mulheres nos cursos de graduação.

Oliveira, Ricci e Marques (2022) recomendam a oferta de modalidades tidas como reserva masculina às alunas e de intervenções que problematizem as diferenças atribuídas a meninos e meninas, e Oliveira, Grifoni e Varotto (2020) propõem metodologias de reflexão crítica sobre relações de gênero nas aulas. Oliveira (2016, p. 61-62) associa a inserção feminina nas aulas de futsal à oferta de oportunidades de aprendizagem motora nas aulas de Educação Física e nas atividades extracurriculares, e recomenda novos estudos sobre o tema considerando outras modalidades, escolas e contextos sociais. Freitas et al. (2020, p. 63) recomendam a implementação do futebol de mulheres nas atividades extracurriculares, e Silva, Silva e Petroski (2013) sugerem campanhas e incentivos dirigidos aos grupos com menor adesão, entre os quais as meninas. Souza e Martins (2018, p. 34) e Martins et al. (2021a) associam a formação de praticantes à oferta igualitária de aprendizagem do futsal na escola e à valorização das competições escolares. Tamashiro et al. (2022) mencionam as ligas universitárias como espaço de menor percepção de preconceito.

Iniciação e formação esportiva

Oito registros abordam o tema da iniciação e formação de mulheres no futebol. Alcântara et al. (2026a, p. 7) recomenda a adequação dos formatos de competição e dos calendários competitivos para as diferentes faixas etárias e, na sequência, o incentivo à prática informal acessível na infância e a ampliação do acesso a ambientes estruturados de treino e competição na adolescência, especialmente nas regiões em que esses percursos são limitados. Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026) recomendam a oferta de ambientes inclusivos e oportunidades que contribuam para que a iniciação de meninas na modalidade ocorra ainda na infância. Propõem também o uso do futsal como ferramenta de desenvolvimento, a ampliação de treinos estruturados e competições para meninas e o licenciamento de clubes masculinos para manter equipes femininas nas categorias mais jovens. Schmidt et al. (2022) defendem a implantação de programas de incentivo à prática nos anos iniciais de aprendizagem e a oferta sistemática de oportunidades de treinamento.

Teoldo et al. (2023, p. 866) recomendam a diversificação das experiências esportivas na infância, a descentralização das competições femininas e a criação de centros de formação em municípios menores e com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destacando também a permanência das atletas se manterem próximas às famílias. Oliveira e Morato (2025) propõe repensar a rotatividade de treinadores nas categorias de base, investir em profissionais com experiência no futebol de mulheres e ampliar o investimento fora dos grandes centros econômicos. Batista, Balzano e Munsberg (2025, p. 55) compartilham seus achados sobre fatores relevantes na formação esportiva inicial de atletas de futebol feminino a fim de estimular a presença de novas gerações no esporte.

Políticas públicas e financiamento

Doze registros dirigem recomendações relacionadas à implementação e financiamento de políticas públicas. Barreira et al. (2025, p. 9) registram a necessidade de políticas de incentivo e de distribuição mais equilibrada de recursos entre as regiões do país. Martínez-Mina (2019) atribui ao Estado o papel de promover e financiar as práticas esportivas das mulheres, e Knijnik (2006, p. 11-12) recomenda a criação de espaços esportivos não discriminatórios e a formulação de programas educativos não sexistas. Guimarães et al. (2022) propõem políticas públicas de esporte e lazer articuladas à extensão universitária. Lima et al. (2022) recomendam iniciativas públicas que qualifiquem a infraestrutura e ampliem a inclusão feminina no futebol, enquanto Lima, Piovani e Lima (2018, p. 8) recomendam a oferta e a adequação de espaços públicos para a prática orientada do futebol recreativo. Lima e Hecktheuer (2019) problematizam a falta de especificidade do investimento exigido pela legislação e destacam que a existência de incentivo legal não resolve, por si só, as necessidades de estrutura e investimento para o desenvolvimento do futebol de mulheres.

No plano do financiamento e da implementação, Paiva (2024) propõe incentivos fiscais às empresas patrocinadoras, a aplicação efetiva de legislação já existente e a ação conjunta entre clubes, federação, entidades nacionais e internacionais e poder público. Pires (2021, p. 70) recomenda políticas

que promovam equidade de oportunidades no acesso às posições de decisão, e Silveira, Guedes e Tuibeo (2020) propõem política estadual continuada de promoção da atividade física entre alunas da rede pública.

Regulação do trabalho e profissionalização

Sete registros formulam recomendações sobre relação e vínculo trabalhista, regulação e condições de profissionalização. Pereira et al. (2022) sustenta que avanços no futebol profissional de mulheres exigem atenção simultânea às condições estruturais, econômicas e legislativas, incluindo o cumprimento da legislação trabalhista desportiva e a formalização dos contratos. Haag (2018, p. 154) registra a necessidade de cobrar maiores investimentos e contratos formais. Pisani (2014, p. 9) inclui a garantia dos direitos trabalhistas entre os investimentos necessários, além de salários melhores.

Martins, Delarmelina e Souza (2024a) recomendam regulação mais eficaz do mercado de trabalho, com proteção contra abusos contratuais, e a organização coletiva das atletas para reduzir a assimetria de poder na relação com empresários. Rodrigues e Bernardo (2023, p. 109) registra que determinações de incentivo sem regras claras e sem fiscalização têm se mostrado insuficientes para avanços na profissionalização, e propõe responsabilização das entidades e dos clubes. Paiva (2024) propõe fiscalização da obrigatoriedade de manutenção de equipes femininas e regras mais específicas sobre as condições de trabalho. Lima e Hecktheuer (2019) também chamam atenção para a necessidade de maior especificação das obrigações de investimento associadas à legislação.

Competições, calendário e gestão dos clubes

Nove registros dirigem recomendações à organização das competições e à gestão dos clubes. Souza (2017) propõe a ampliação do calendário nacional, de modo a reduzir os períodos sem competição e sem salário, e a realização do campeonato nacional em período distinto do masculino. Teoldo et al. (2023, p. 866) recomendam a descentralização das competições. Barreira et al. (2025, p. 13) recomendam que o foco não seja apenas ampliar o número de equipes participantes, mas garantir que cada nova equipe disponha de condições e estrutura. Maia (2021, p. 208) registra que, sem subsídio das federações aos gastos mínimos das equipes menores, as equipes maiores ficam sem adversários.

Maia e Vasconcelos (2022) sugerem o uso de clubes com melhor estrutura como parâmetro de comparação e o tratamento do futebol de mulheres como produto diferenciado pelos departamentos comercial e de marketing. Sobre isso, Burch e Kessler (2021, p. 19) apontam a produção de material esportivo exclusivo da equipe de mulheres como possibilidade de exploração mercadológica e ampliação de recursos. Salvini e Marchi Júnior (2016) associam o desenvolvimento da modalidade à existência simultânea de oferta e demanda. Salvini e Marchi Júnior (2021) também discutem o funcionamento mercadológico do campo esportivo e sua relação com as possibilidades de reposicionamento e permanência de jogadoras profissionais. Biram (2021, p. 12) recomenda a incorporação das jogadoras à narrativa institucional dos clubes e maior representação de ex-atletas nos conselhos de clubes e federações.

Participação de mulheres em cargos técnicos e de gestão

Onze registros dirigem recomendações às entidades sobre as carreiras técnicas e de gestão. A capacitação é um dos itens mais recorrentes. Torga (2019, p. 72) registra a capacitação como possível solução para reduzir a invisibilidade feminina na gestão, e observa que o custo dos cursos e das licenças pode ser uma barreira. Ferreira (2012, p. 71) recomenda que os órgãos representativos do esporte nacional convoquem confederações, federações e clubes a reduzir as dificuldades que limitam a inserção, a ascensão e a permanência de treinadoras, com ampliação das redes de contato, aumento da remuneração e tratamento da função como profissão.

Passero et al. (2020) propõem programas de capacitação e empoderamento capazes de alterar a estrutura de poder que reproduz a hierarquia de gênero. Novais et al. (2021, p. 11) recomendam investimentos que assegurem condições equitativas de capacitação, inserção e permanência das mulheres na liderança esportiva, acompanhados do enfrentamento dos estereótipos de gênero. Barreira et al. (2025, p. 16) propõem ações afirmativas que garantam não apenas a presença de mulheres na gestão, mas condições de permanência e ascensão. Guimarães, Barreira e Galatti (2023b) recomendam cursos de formação sobre desigualdades de gênero e destaca a importância de canal de escuta com participação de mulheres e uso de linguagem inclusiva, enquanto Guimarães, Barreira e Galatti (2023a) propõem políticas de clubes e federações que ampliem a contratação de treinadoras, além da divulgação de mulheres em cargos de visibilidade. Mastrocola (2021) dirige recomendações às organizações, aos dirigentes e à CBF para o desenvolvimento da carreira de treinadora. Ferreira (2012) e Torga (2019) registram ainda a importância dar visibilidade às referências femininas para inspirar jovens atletas e outras profissionais.

Visibilidade, reconhecimento e enfrentamento do preconceito

Doze registros tratam da visibilidade da modalidade, do reconhecimento social e do enfrentamento do preconceito. Batista e Souza (2022, p. 24) associam o reconhecimento e o incentivo de investidores e patrocinadores à visibilidade das jogadoras profissionais. Baptista e Otesbelgue (2013, p. 85) recomendam romper com as barreiras preconceituosas e rever o olhar sobre a modalidade, e Rosa et al. (2020, p. 215) atribuem à educação o papel de tornar o futebol reconhecido como esporte para todas e todos. Trajano et al. (2017, p. 87) registram que, sem reconhecimento social, a modalidade permanece marcada pela heteronormatividade, e Vasques et al. (2010, p. 22) recomendam maior atuação da imprensa junto às confederações.

Pires et al. (2017) propõe reflexões sobre a realidade maranhense e a importância de que as mulheres sejam mais ouvidas e reconhecidas por meio do futebol. Souza (2017, p. 106) reforçam a importância de ampliação da visibilidade das mulheres no esporte e de enfrentamento dos preconceitos e estereótipos. Dois registros propõem deslocamentos conceituais. Kessler (2015, p. 8) propõe substituir a expressão futebol feminino por futebol de mulheres, com o objetivo de afastar o binômio normativo de gênero, e Yamamoto (2025, p. 186) descreve a modalidade como outro futebol, cuja singularidade

não deve ser lida como ausência em relação ao futebol masculino. Pisani et al. (2012, p. 88) registra que a prática, no Brasil, não é vista como um lugar de expressão de outros modos possíveis de ser mulher, ao contrário, tem reproduzido visões hegemônicas, e Pisani, Hang e Moreira (2025) reforçam a invisibilização e exclusão das mulheres no futebol no país, reconhecendo a importância do ativismo esportivo articulado aos movimentos feministas.

Agenda de fomento à pesquisa

Vinte registros formulam recomendações de diferentes pesquisas, sobretudo com foco nas diferenças regionais e sociais. Pisani (2020, p. 79) convida a novas pesquisas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Sobre as interseccionalidades, Martins, Delarmelina e Souza (2024b) propõem investigar as razões da maior adesão de mulheres negras, pobres, jovens e de menor escolaridade; Martins, Silva e Vasquez (2021c) recomendam acompanhamento longitudinal com recorte racial dos efeitos do crescimento recente da modalidade; e Silveira e Stigger (2013, p. 184) sugerem estudos que articulem esporte, gênero e classe social.

Um segundo conjunto trata da avaliação dos efeitos de normas, políticas e medidas já adotadas. Amaral et al. (2021, p. 9) recomendam examinar as ações e políticas de inclusão implementadas pelas organizações esportivas e verificar sua efetividade. Passero et al. (2020) propõem investigar se o aumento quantitativo de mulheres em posições de liderança se traduz em mudança das condições de trabalho. Paiva (2024) sugere estudos comparativos entre diferentes clubes de futebol feminino com o intuito de analisar criticamente os limites e potencialidades da medida de obrigatoriedade que exige dos clubes de futebol masculino da Série A do Campeonato Brasileiro a associação ou construção de um departamento de futebol feminino.

Novais et al. (2021, p. 9) recomendam investigar por que a representatividade cresce mais rápido entre auxiliares do que entre treinadoras, e Monteiro et al. (2020) propõem levantamentos do número de árbitras nas federações estaduais e o mapeamento de suas trajetórias. Teoldo et al. (2023, p. 865) recomendam que as entidades organizadoras coletem e armazenem dados sobre as jogadoras de forma mais cuidadosa, e Souza e Capraro (2020, p. 392) defendem o uso da história oral como forma de deslocar o foco da análise para as próprias atletas. Alcântara et al. (2026b, p. 570) defendem a necessidade de promover educação feminista e interseccional nas instituições de futebol, com conteúdos sistematicamente desenvolvidos e disseminados por clubes, federações e confederações, e recomendam ampliar as pesquisas futuras para outros atores, como técnicos, gestores e torcedores, examinando o impacto de longo prazo dessa educação no ambiente esportivo.

Costa (2022) sugere estudos futuros em diferentes contextos e fases do desenvolvimento esportivo das atletas, dado que a modalidade passa por uma mudança estrutural cujos resultados variam conforme o contexto em que estão inseridas. Martins, Silva e Souza (2021b) apontam a relevância de aprofundar, em pesquisas futuras, se o início tardio da prática sistemática das meninas favoreceu uma infância com prática diversificada de jogos, e destacam a importância de estudos comparativos entre gêneros no futsal para indicar caminhos de políticas esportivas de equidade. Nascimento e Leite

(2021, p. 90) manifestam o interesse em incentivar novas pesquisas que retratem a realidade regional do futsal e das mulheres no esporte. Neuenfeldt e Lansing (2020) sugerem investigar as dificuldades enfrentadas por atletas profissionais e amadoras e a participação das mulheres na gestão esportiva, de modo a subsidiar políticas públicas voltadas ao esporte como direito de todos. Silveira, Carneiro e Silva (2016) também propõem ampliar o debate sobre o tema e preservar as memórias e histórias vinculadas ao futebol, destacando a necessidade de ampliar a produção e a documentação sobre essas experiências.

4. Considerações finais

Esta revisão rápida descreveu como a literatura caracteriza a participação de meninas e mulheres no futebol brasileiro nos contextos da educação física escolar, do lazer, do futebol comunitário e de várzea, das categorias de base, do futebol profissional e da excelência esportiva, e nas funções de arbitragem, treinamento e gestão esportiva. Os resultados foram organizados em cinco temas de interesse, que correspondem às cinco perguntas secundárias definidas com a equipe demandante: acesso e permanência; profissionalização e condições de trabalho; ecossistema esportivo; condições de prática e estrutura; e políticas públicas e iniciativas institucionais.

O tema "Acesso e permanência" é o que reúne mais evidências, seguido dos temas "Condições de prática e estrutura" e "Profissionalização e as condições de trabalho". O tema "Ecossistema esportivo" é o que apareceu com menos frequência entre os registros.

Quanto ao acesso e à permanência, os achados mostram que a trajetória das mulheres no futebol brasileiro é marcada pela combinação de barreiras e possibilidades que se constroem nos diferentes espaços de inserção. A escassez de estruturas formais desloca a iniciação para espaços informais, enquanto família e escola podem tanto reproduzir preconceitos de gênero quanto favorecer o acesso e a continuidade. A isso se somam a desconfiança e exigência desigual de comprovação de qualificação técnica, a apropriação masculina dos espaços de prática, a sobrecarga de responsabilidades domésticas, educacionais e profissionais, as desigualdades de raça e classe e, em algumas trajetórias, a precariedade das condições de inserção esportiva. Nesse contexto, o vínculo com o futebol, as redes de amizade e a organização das próprias praticantes assumem papel importante na sustentação da permanência.

No que diz respeito à profissionalização e às condições de trabalho, os estudos descrevem vínculos informais ou de curta duração, remuneração que não permite a dedicação exclusiva, dependência de bolsas de estudo e de dupla carreira, escassez de patrocínio e de visibilidade, recrutamento por redes informais e intermediação crescente de empresários, mercado nacional restrito, com migração para outros países, e formação esportiva iniciada mais tarde e com menor exposição competitiva em relação ao futebol masculino.

No ecossistema esportivo, o ingresso nas funções de arbitragem, treinamento e gestão é mediado pela trajetória esportiva prévia e por relações pessoais. O alto custo da certificação pode funcionar como barreira e a permanência está associada à exigência reiterada de demonstrar competência. Enfrentamento do preconceito e de situações de assédio, assim como a necessidade de conciliar vínculos instáveis com outras ocupações e com responsabilidades familiares foram reportados como obstáculos principais. A progressão aparece concentrada nas categorias de base e nos cargos auxiliares, com sub-representação nos cargos técnicos e de gestão.

Em relação as condições de prática e estrutura, os estudos descrevem um cenário marcado pela oferta limitada e irregular de competições, pela insuficiência ou precariedade de campos, quadras, vestiários e centros de treinamento, e pela distribuição desigual de recursos entre regiões, clubes e categorias. Os estudos também apontam limitações no acesso a equipes multiprofissionais e insuficiência de categorias de base, escolas de futebol e estruturas de formação esportiva, além de restrições relacionadas a materiais, transporte, alojamento e apoio logístico. A literatura converge ao indicar que a expansão institucional do futebol feminino não foi acompanhada pela consolidação das condições de prática necessárias.

Em relação às políticas públicas e às iniciativas institucionais, a expansão do futebol feminino aparece associada a marcos legais de reconhecimento e regulamentação da modalidade e a instrumentos e estratégias de financiamento, como bolsas e incentivos econômicos destinados ao apoio às atletas. Programas de formação e capacitação profissional, projetos de extensão, ações educacionais e iniciativas locais também aparecem associados à ampliação das oportunidades de prática e desenvolvimento esportivo. Embora regulamentações e programas de incentivo sejam frequentemente descritos como impulsionadores da expansão do futebol feminino, os estudos registram limitações relacionadas à fiscalização e efetivação de previsões normativas, à dependência institucional, à descontinuidade das ações e à insuficiência das políticas para produzir mudanças estruturais duradouras nas condições de participação das mulheres.

Em relação à limitação dos estudos incluídos nesta revisão, destacam-se a sua concentração geográfica, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, e a escassez de estudos com foco na análise interseccional de como as dimensões de gênero, raça, classe social e sexualidade se relacionam para produzir barreiras, preconceitos e desigualdades específicas para as mulheres que praticam o esporte. Não foram também identificados estudos sobre grupos com necessidades específicas, como mulheres com deficiência.

Sobre as limitações metodológicas, predominam estudos qualitativos baseados em relatos e percepções de atletas, treinadoras, árbitras e gestoras, havendo menor disponibilidade de pesquisas nacionais e análise de indicadores sistemáticos para a construção de diagnósticos comparáveis ao longo do tempo.

Identificou-se também a necessidade de fomentar pesquisas sobre a participação de mulheres em cargos de gestão, as trajetórias de abandono da prática esportiva e as vivências de meninas em idade escolar, que permanecem pouco exploradas.

Por fim, cabe registrar que revisões rápidas não avaliam a qualidade metodológica dos estudos e o grau de confiança das evidências reportadas, de modo que não devem ser usadas para formular recomendações. As recomendações sistematizadas em seção específica foram propostas pelas autoras e autores dos estudos incluídos. Os achados aqui reunidos destinam-se a oferecer evidências para a definição de prioridades, o desenho das entregas e a construção do sistema de monitoramento do Plano Nacional de Legado.

Referências Bibliográficas

ALCâNTARA, Chellsea Hortêncio et al. Developmental pathways and practice activity profiles of women's football players in Brazil. *Journal of Sports Sciences*, p. 1–9, 2026a. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02640414.2026.2633807>. Acesso em: jul. 2026. Citado 25 vezes nas páginas 8, 17, 18, 25, 26, 30, 34, 37, 41, 48, 55, 66, 71, 80, 83, 109, 110, 118, 123, 128, 129, 130, 134, 135 e 137.

ALCâNTARA, Chellsea Hortêncio et al. Do Brazilian women football players consider themselves feminists? Approaches to gender equality and empowerment. *Soccer & Society*, v. 27, n. 2-3, p. 551–574, 2026b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14660970.2025.2603778>. Acesso em: jul. 2026. Citado 30 vezes nas páginas 17, 18, 26, 28, 29, 30, 36, 37, 48, 51, 52, 53, 57, 63, 66, 67, 76, 81, 86, 118, 119, 121, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 135 e 137.

ALMEIDA, Caroline Soares de et al. *Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*. Tese (Tese (Doutorado em Antropologia Social)) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191267>. Acesso em: jul. 2026. Citado 30 vezes nas páginas 17, 18, 28, 29, 31, 34, 36, 37, 48, 50, 52, 55, 57, 62, 66, 71, 77, 79, 118, 119, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 137 e 139.

AMARAL, Cacilda Mendes dos Santos et al. As Mulheres em Modalidades Esportivas Coletivas: Um Panorama dos Cargos Técnicos e de Gestão nas Confederações Brasileiras. *Intercontinental Journal of Sport Management/Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 11, n. 3, p. 1, 2021. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/contentitem/gcd:153942975?sid=ebsco:plink:crawler-gcd&id=ebsco:gcd:153942975&crl=c&jrnl=22373373>. Acesso em: jul. 2026. Citado 11 vezes nas páginas 16, 19, 29, 36, 57, 63, 81, 86, 123, 124 e 127.

ANDRADE, Luciene de Aguiar. *Educação física, gênero e futebol de meninas em uma escola pública de Lavras-MG: de pouquinho em pouquinho a gente vai conquistando*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Educação)) — Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFLA_8f875d2ec7250e6fb00fad9c695db9eb>. Acesso em: jul. 2026. Citado 33 vezes nas páginas 16, 18, 25, 30, 31, 33, 34, 36, 41, 42, 47, 52, 53, 66, 67, 70, 75, 77, 80, 82, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 121, 128, 133, 135 e 136.

ANJOS, Luiza Aguiar dos et al. Guerreiras Project: futebol e empoderamento de mulheres. *Revista estudos feministas*, v. 26, n. 1, p. e44154, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8shcQYnCjtZTFXmP3pbZRNg/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 32 vezes nas páginas 16, 17, 19, 27, 28, 29, 33, 46, 48, 52, 57, 60, 63, 68, 69, 75, 76, 78, 79, 109, 116, 118, 119, 124, 127, 128, 131, 132, 135, 137, 138 e 139.

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; OTESBELGUE, Renata Cetano. MENINA TEM QUE SE TRANSFORMAR EM MENINO PARA JOGAR FUTEBOL? *Kinesis*, v. 31, n. 1, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/10076>. Acesso em: jul. 2026.

Citado 25 vezes nas páginas 16, 18, 25, 26, 27, 33, 34, 45, 46, 47, 48, 53, 74, 81, 85, 108, 109, 110, 115, 117, 118, 121, 128, 135 e 136.

BARREIRA, Júlia et al. Desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil: impacto das regulamentações na participação, desempenho e liderança esportiva. *Movimento*, v. 31, p. e31028, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/6scZN9NM76RgS6B6p8kLYnk/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 36 vezes nas páginas 16, 18, 28, 29, 31, 35, 36, 48, 53, 57, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 71, 75, 80, 81, 83, 84, 85, 118, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135 e 136.

BATISTA, Ana; BALZANO, Otávio Nogueira; MUNSBERG, João Alberto Steffen. Os desafios enfrentados por uma equipe de futebol feminino no Ceará: ormação esportiva. *RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, v. 17, n. 67, p. 45–58, 2025. Disponível em: <https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/pt_BR/article/view/1493>. Acesso em: jul. 2026. Citado 27 vezes nas páginas 17, 18, 25, 30, 31, 33, 37, 41, 48, 54, 56, 66, 67, 68, 75, 80, 83, 109, 110, 118, 122, 123, 128, 130, 132, 135 e 137.

BATISTA, Elaine Regina de Almeida; SOUZA, Daniel Cerdeira de. Futebol feminino: desafios e estratégias de enfrentamento de um time de Manaus. *Conhecimento & Diversidade*, v. 14, n. 34, p. 11–27, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/9231/0>. Acesso em: jul. 2026. Citado 38 vezes nas páginas 17, 18, 26, 29, 31, 33, 34, 37, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 68, 69, 75, 76, 77, 81, 85, 109, 110, 111, 118, 119, 121, 122, 124, 127, 128, 131, 133, 135, 136 e 137.

BIRAM, Mark Daniel. Mermaids in the land of the king: an ethnography of Santos FC women. *Movimento*, v. 27, p. e27005, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/Dh7xNNfgQvG6YPCNTgVCwvv/?lang=em>. Acesso em: jul. 2026. Citado 29 vezes nas páginas 17, 18, 27, 28, 30, 33, 36, 37, 48, 50, 51, 54, 57, 59, 66, 67, 77, 81, 84, 116, 118, 119, 121, 124, 128, 129, 131, 135 e 138.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira et al. Resiliência: uma possibilidade de adesão e permanência na prática do futebol feminino. *Movimento*, v. 12, n. 1, p. 105–131, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115315943006.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 24 vezes nas páginas 16, 18, 26, 27, 33, 34, 41, 42, 45, 46, 70, 78, 80, 82, 108, 109, 111, 115, 116, 117, 128, 133, 135 e 138.

BORTTOLIN, Anilse Maria Pícollo. "FUTEBOL TAMBÉM É COISA DE MENINA": UM ESTUDO SOBRE O GÊNERO FEMININO NA ESCOLA. *Revista Univap*, v. 17, n. 30, p. 100–112, 2011. Disponível em: <http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/27>. Acesso em: jul. 2026. Citado 13 vezes nas páginas 16, 18, 42, 47, 78, 80, 82, 108, 109, 112, 117, 135 e 138.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. *Institui a Lei Geral do Esporte*. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Citado na página 7.

BRASIL. Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023. *Institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino*. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b. Citado na página 7.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Ministério do Esporte articula Plano de Legado para a Copa do Mundo Feminina com foco em metas para setembro*. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2026. Citado na página 7.

BUCH, Marta; SCHERZER, Rebecca; MORAES, Fabrício da Cunha. Educação física escolar e futebol feminino: fatores que afastam meninas da prática esportiva. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 6, p. 8650, 2025. Disponível em: <https://agora.edu.es/servlet/articulo?codigo=10318422>.

Acesso em: jul. 2026. Citado 19 vezes nas páginas 16, 18, 25, 26, 29, 33, 70, 74, 78, 80, 82, 108, 109, 112, 128, 133, 135, 136 e 138.

BURCH, Martina; KESSLER, Cláudia Samuel. Família, suor e lágrimas: o início de uma (possível) trajetória de profissionalização para jogadoras de categorias sub-15 e sub-17 de um clube do Rio Grande do Sul. *Motrivivência*, v. 33, n. 64, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-80422021000100234&script=sci_arttext>. Acesso em: jul. 2026. Citado 22 vezes nas páginas 17, 18, 48, 50, 55, 57, 62, 66, 67, 76, 81, 84, 118, 119, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 135 e 137.

COSTA, Jaqueline Elizabeth da. *Mulheres praticantes de futebol/futsal no estado de Mato Grosso: oportunidades e desafios*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Educação Física)) — Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2022. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_d6aeb30433f7543a9d04b35f7d8d9c3f>. Acesso em: jul. 2026. Citado 18 vezes nas páginas 16, 18, 26, 27, 30, 33, 34, 46, 66, 81, 86, 108, 109, 111, 116, 117, 128 e 129.

CRUZ, Adelmax Pedral et al. A mulher no mundo do futebol: participação nas aulas de educação física. *RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, v. 13, n. 55, p. 581–588, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lucio-Souza/publication/360524983_A_mulher_no_mundo_do_futebol_participacao_nas_aulas_de_educacao_fisica/links/627bd2763a23744a72771000/A-mulher-no-mundo-do-futebol-participacao-nas-aulas-de-educacao-fisica.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 8 vezes nas páginas 16, 22, 25, 33, 42, 108, 109 e 112.

DARIDO, Suraya Cristina. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. *Motriz*, v. 8, n. 2, p. 43–49, 2002. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/wp-content/uploads/274129_Darido.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 23 vezes nas páginas 16, 19, 25, 26, 34, 36, 43, 48, 53, 70, 74, 80, 82, 108, 109, 111, 112, 118, 121, 128, 133, 135 e 136.

FALCãO, Clodomiro Paiva; GAVIãO, Paula Celina Sobral. Adesão, permanência e barreiras percebidas na prática do futebol feminino. *Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, v. 10, n. 40, 2018. Disponível em: <https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/pt_BR/article/view/622>. Acesso em: jul. 2026. Citado 14 vezes nas páginas 16, 22, 26, 28, 33, 46, 47, 66, 108, 109, 111, 116, 117 e 128.

FERREIRA, Heidi Jancer. *O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil*. Dissertação (Dissertação (Mestrado)) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pgedufisica/wp-content/uploads/sites/114/2021/03/Heidi-Jancer.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 18 vezes nas páginas 16, 19, 26, 28, 35, 57, 59, 62, 63, 79, 80, 81, 85, 123, 124, 127, 135 e 139.

FREITAS, André Luiz Varanda de et al. PREVALÊNCIA DE PRÁTICA DE FUTEBOL FEMININO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *BIOMOTRIZ*, v. 14, n. 3, p. 63–71, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/isnk6fk53vazxiq2lddtadmsnu/access/wayback/https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/download/227/189>. Acesso em: jul. 2026. Citado 8 vezes nas páginas 17, 19, 43, 80, 82, 109, 112 e 128.

FURLAN, Cássia C.; SANTOS, P. L. dos. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. *Motrivivência*, v. 30, p. 28–43, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/110182882/11509.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 14 vezes nas páginas 16, 20, 25, 26, 27, 43, 45, 80, 82, 108, 109, 112, 113 e 115.

GUIMARãES, João Carlos Silva et al. Vivências e possibilidades no futsal feminino da UNIFAP: formação de estudantes de graduação e pós-graduação. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 7, p. 52047–52056, jul. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/50402/pdf/125823>. Acesso em: jul. 2026. Citado 21 vezes nas páginas 16, 20, 27, 30, 31, 34, 44, 48, 53, 78, 80, 83, 108, 109, 113, 116, 118, 121, 128, 135 e 138.

GUIMARãES, Karen; BARREIRA, Júlia; GALATTI, Larissa Rafaela. "Ela chegou onde ela chegou, eu consigo chegar também": trajetórias de mulheres treinadoras no futebol brasileiro. *FuLiA/UFMG*, v. 8, n. 3, set./dez. 2023a. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Larissa-Galatti/publication/373173998_Ela_chegou_onde_ela_chegou_eu_consigo_chegar_tambem_trajetorias_de_mulheres_treinadoras_no_futebol_brasileiro/links/64de8aba14f8d173380809e6/Ela-chegou-onde-ela-chegou-eu-consigo-chegar-tambem-trajetorias-de-mulheres-treinadoras-no-futebol-brasileiro.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 31 vezes nas páginas 16, 20, 26, 27, 29, 31, 34, 35, 36, 48, 57, 59, 61, 63, 68, 72, 79, 81, 85, 109, 110, 118, 123, 124, 125, 127, 128, 132, 134, 135 e 139.

GUIMARãES, Karen Letícia; BARREIRA, Júlia; GALATTI, Larissa Rafaela. "Ser mulher em um curso de futebol já é começar com um passo atrás": experiências das treinadoras em cursos da CBF Academy. *Movimento*, v. 29, p. e29010, 2023b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/mn7fTpj4KLM6kcyRm9qgCJn/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 17 vezes nas páginas 16, 20, 26, 27, 29, 34, 36, 57, 60, 77, 81, 85, 123, 124, 125, 135 e 138.

HAAG, Fernanda Ribeiro. "O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro. *Mosaico*, v. 9, n. 14, p. 142–160, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6514515>. Acesso em: Jul. 2026. Citado 29 vezes nas páginas 17, 20, 28, 29, 33, 35, 36, 37, 43, 46, 48, 50, 55, 56, 57, 63, 77, 81, 84, 109, 116, 118, 119, 122, 123, 124, 127, 135 e 137.

JARDIM, Juliana Gomes; BETTI, Mauro. "Puro preconceito! Vem de brinde com a bola!": o tabu da (homo) sexualidade em uma equipe de futsal feminino. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 35, n. 2, p. 249–262, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/101305412/175120.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 23 vezes nas páginas 16, 20, 25, 26, 29, 30, 34, 42, 43, 45, 47, 66, 69, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 128, 129 e 132.

KESSLER, Cláudia Samuel. *"Entra aí pra completá": narrativas de jogadoras do futsal feminino em Santa Maria - RS*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6197>. Acesso em: jul. 2026. Citado 24 vezes nas páginas 17, 20, 26, 27, 28, 30, 31, 43, 45, 46, 48, 55, 67, 69, 109, 113, 115, 116, 117, 118, 122, 128, 131 e 132.

KESSLER, Cláudia Samuel. *Mais que barbies e ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese (Tese (Doutorado em Antropologia Social)) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131770>. Acesso em: jul. 2026. Citado 19 vezes nas páginas 17, 20, 26, 28, 34, 35, 48, 56, 66, 67, 79, 81, 85, 118, 123, 128, 130, 135 e 138.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. *Femininos e masculinos no futebol brasileiro*. Tese (Tese (Doutorado)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27032006-074510/pt-br.html>. Acesso em: jul. 2026.

Citado 20 vezes nas páginas 17, 20, 26, 33, 43, 45, 48, 55, 66, 80, 83, 109, 111, 112, 113, 115, 118, 122, 128 e 129.

LIMA, Ana Laura Eckhardt de; HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara. Sport Club Internacional: Sobre o futebol de mulheres no Clube do Povo. *Revista Didática Sistêmica*, v. 21, n. 1, p. 85–96, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/82950563/7437.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 27 vezes nas páginas 16, 19, 30, 31, 36, 48, 54, 56, 57, 59, 61, 71, 72, 75, 80, 81, 83, 84, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 134, 135 e 137.

LIMA, Danúbia et al. The Academy & Football Program in Rondônia/BR. *International Journal of Scientific Research and Management*, v. 10, n. 4, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/125749059/2577.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 29 vezes nas páginas 16, 20, 30, 37, 44, 45, 57, 59, 60, 61, 66, 67, 69, 70, 77, 80, 83, 109, 113, 116, 123, 124, 125, 126, 128, 132, 133, 135 e 138.

LIMA, Dartel Ferrari de; PIOVANI, Verônica Gabriela Silva; LIMA, Lohran Anguera. Prática de futebol recreativo entre adultos residentes nas capitais brasileiras, 2011-2015. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 27, p. e2017284, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2018.v27n2/e2017284/pt/>. Acesso em: jul. 2026. Citado 8 vezes nas páginas 16, 19, 43, 80, 83, 108, 109 e 113.

LOURENçO, Nathalia Lutt; SOUZA, Maria Thereza Oliveira; CAPRARO, André Mendes. Caminhos que se cruzam: as narrativas de mulheres atletas sobre o futebol amador e profissional no Brasil. *RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, v. 16, n. 65, p. 208–218, 2024. Disponível em: <https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/download/1413/1075>. Acesso em: jul. 2026. Citado 18 vezes nas páginas 16, 20, 28, 29, 37, 48, 50, 51, 53, 68, 74, 108, 118, 119, 121, 128, 135 e 136.

MACHADO, Guilherme; GONZALEZ-VILLORA, Sixto; TEOLDO, Israel. Two genders, different roads? Comparing talent development pathways between female and male elite football players in Brazil. *International Journal of Sports Science & Coaching*, v. 21, n. 2, p. 899–909, 2026. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/17479541251377537>. Acesso em: jul. 2026. Citado 16 vezes nas páginas 16, 20, 25, 30, 31, 33, 48, 56, 80, 83, 108, 109, 110, 118, 123 e 128.

MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. Ambiente institucional, estrutura do futebol feminino e desempenho de 61 clubes das ligas mais fortes do mundo. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, v. 11, n. 1, p. 26–58, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/19066>. Acesso em: jul. 2026. Citado 27 vezes nas páginas 16, 17, 20, 27, 28, 30, 31, 37, 46, 48, 54, 57, 63, 68, 74, 81, 84, 109, 116, 118, 121, 124, 127, 128, 131, 135 e 136.

MAIA, Mayara Cristina Mendes. *(Des) impedimentos no futebol de mulheres: coloradas e gremistas de volta aos campos*. Tese (Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano)) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230872>. Acesso em: jul. 2026. Citado 38 vezes nas páginas 16, 17, 21, 27, 28, 43, 46, 48, 50, 51, 57, 60, 61, 63, 67, 68, 72, 76, 81, 84, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 135 e 137.

MARTINS, Mariana Zuaneti; DELARMELINA, Gabriela Borel; SOUZA, Letícia Carvalho de. Relações de trabalho no futebol de mulheres: modernização e desafios. *Revista da UFMG*, v. 31, 2024a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/54309/48998>. Acesso em: jul. 2026. Citado 29 vezes nas páginas 16, 21, 26, 28, 29, 31, 34, 44, 45, 48, 50, 54, 71, 74, 76, 81, 84, 109, 114, 116, 118, 119, 121, 122, 128, 134, 135, 136 e 137.

MARTINS, Mariana Zuaneti; DELARMELINA, Gabriela Borel; SOUZA, Letícia Carvalho de. Mapeando as margens do futebol de mulheres no Brasil: um olhar interseccional sobre as experiências e as barreiras para a prática desse esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 46, p. e20240061, 2024b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/8HQBmK9xgQvxbw8frgpNQ6k/?format=html&lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 19 vezes nas páginas 17, 21, 26, 29, 31, 36, 44, 66, 67, 71, 81, 86, 108, 109, 113, 114, 117, 128 e 130.

MARTINS, Mariana Zuaneti; FURTADO, Samara Ventureli; GOMES, Edinalva Brito. Negociar feminilidades e pertencimentos por meio do futebol: fluxos, fronteiras e na prática esportiva comunitária de mulheres. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 21, n. 1, p. 1–22, 2024c. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10032576>. Acesso em: jul. 2026. Citado 14 vezes nas páginas 16, 23, 26, 27, 34, 41, 42, 45, 47, 108, 109, 111, 115 e 116.

MARTINS, Mariana Zuaneti et al. Futsal feminino: indicadores do ambiente de formação de atletas da seleção brasileira. *Motrivivência*, v. 33, n. 64, 2021a. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-80422021000100244&script=sci_arttext>. Acesso em: jul. 2026. Citado 20 vezes nas páginas 16, 21, 25, 33, 35, 37, 48, 70, 77, 80, 82, 108, 109, 111, 113, 118, 128, 133, 135 e 137.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Bruna Saurin; SOUZA, Ana Claudia Ferreira de. Dual career and social mobility in the Brazilian futsal: differences between men and women. *Journal of Physical Education*, v. 32, p. e3249, 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/wghJDyFg5B8YWsFMPFDHZ4K/abstract/?format=html&lang=en>. Acesso em: jul. 2026. Citado 25 vezes nas páginas 16, 21, 25, 26, 27, 35, 43, 45, 48, 51, 52, 56, 69, 81, 86, 108, 109, 110, 113, 116, 118, 120, 123, 128 e 133.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. *Movimento*, v. 27, p. e27006, 2021c. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/nSyTQyg4K58hG39pKVxLdYP/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 15 vezes nas páginas 16, 21, 26, 29, 35, 44, 45, 76, 81, 86, 108, 109, 114, 116 e 137.

Martínez-Mina, Claudia Yaneth. Mulher também pode: Histórias de Vida no futebol. *Búsqueda*, v. 6, n. 23, p. e468, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cecar.edu.co/entities/publication/c6952541-b7da-4426-8fb4-5f78707e094b>. Acesso em: jul. 2026. Citado 22 vezes nas páginas 16, 21, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 42, 43, 47, 69, 80, 83, 108, 109, 111, 112, 113, 117, 128 e 132.

MASTROCOLA, Ana Paula. *Treinadoras futebol no Brasil: o processo de relação entre os atributos pessoais e o contexto ao longo da carreira*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Educação Física)) — Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/16cd734f-ab24-4e20-9185-4c02c48ef1ec>. Acesso em: jul. 2026. Citado 24 vezes nas páginas 16, 17, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 48, 52, 57, 61, 62, 81, 85, 116, 118, 120, 123, 124, 125 e 126.

MIZRAHI, Mylene. *BOLEIRAS DO ATERRO: uma etnografia sobre futebol, gênero, sociabilidade e aprendizagem em um parque público do Rio de Janeiro*. Tese (Tese (Doutorado)) — PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/66760/66760.PDF>. Acesso em: jul. 2026. Citado 12 vezes nas páginas 16, 20, 26, 34, 37, 47, 70, 108, 109, 117, 128 e 133.

MONTEIRO, Igor Chagas et al. Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional. *Motrivivência*, v. 32, n. 63, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-804

22020000300124&script=sci_arttext>. Acesso em: jul. 2026. Citado 21 vezes nas páginas 16, 21, 29, 30, 33, 34, 36, 45, 57, 60, 61, 72, 81, 86, 108, 109, 111, 116, 124, 125 e 135.

NASCIMENTO, Aline Santos; NUNES, Mario Luiz Ferrari. A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 16, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/13470>. Acesso em: jul. 2026. Citado 17 vezes nas páginas 16, 21, 28, 29, 45, 57, 61, 63, 74, 108, 109, 116, 124, 125, 127, 135 e 136.

NASCIMENTO, Anna Tharyne; ROCHA, Fátima Niemeyer da. A inserção da mulher no futebol. *Revista Mosaico*, v. 12, n. 2, p. 69–77, 2021. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2388>. Acesso em: jul. 2026. Citado 24 vezes nas páginas 16, 21, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 36, 44, 45, 47, 66, 67, 68, 108, 109, 111, 113, 115, 117, 128, 130 e 131.

NASCIMENTO, Valderlene Costa do; LEITE, Marcelo Alencar. Adesão, permanência e dificuldades encontradas por mulheres, da cidade de Limoeiro do Norte no futsal: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 35, n. Especial, p. 83–91, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rbefe/article/view/187910>. Acesso em: jul. 2026. Citado 26 vezes nas páginas 16, 19, 27, 28, 31, 33, 46, 48, 52, 66, 68, 79, 81, 87, 108, 109, 111, 117, 118, 120, 128, 129, 131, 135, 138 e 139.

NEUENFELDT, Derli Juliano; LANSING, Franciele. COMPREENSÕES DE ALUNAS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE O ENSINO DO FUTEBOL NA ESCOLA E NA ESCOLINHA DE FUTEBOL. *Revista Signos*, v. 41, n. 1, 2020. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/2490>. Acesso em: jul. 2026. Citado 8 vezes nas páginas 16, 21, 33, 81, 87, 108, 109 e 112.

NOVAIS, Mariana Cristina Borges et al. Treinadoras e auxiliares do futebol de mulheres no Brasil: subversão e resistência na liderança esportiva. *Movimento*, v. 27, p. e27023, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/kbpCcPvC89kXP4W63FS7qnP/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 41 vezes nas páginas 16, 17, 18, 26, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 45, 48, 52, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 75, 76, 77, 79, 81, 85, 86, 109, 110, 111, 115, 118, 120, 123, 124, 125, 127, 135, 136 e 138.

OLIVEIRA, Flavia Volta Cortes de. *Participação feminina no futsal escolar de Ribeirão Preto: a perspectiva de jogadoras do ensino médio sobre questões de gênero*. Dissertação (Dissertação (Mestrado)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_b981e4bba7f493889580a505b82bb3c9>. Acesso em: jul. 2026. Citado 22 vezes nas páginas 16, 19, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 41, 43, 78, 80, 82, 108, 109, 110, 112, 113, 128, 133, 135 e 138.

OLIVEIRA, Flavia Volta Cortes de; RICCI, Christiano Streb; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. Desafios e oportunidades para a participação no futsal escolar extracurricular: percepções de alunas do ensino médio. *Pro-Posições*, v. 33, p. e20200059, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/j6XFgjvLwyShqqQ8QW4hJRB/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 12 vezes nas páginas 16, 21, 25, 33, 45, 80, 82, 108, 109, 111, 112 e 116.

OLIVEIRA, Gabriela Parada; MORATO, Márcio Pereira. *A trajetória de jogadoras de futebol no Brasil*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Educação Física)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://dedalus.usp.br/F/FB6XV26LBPADUCDPQJ9C7ITKF8YN8D7M5BP2BYM9UMUPCAAJQ7-41007?func=direct&doc_number=003308490&pds_handle=GUEST>. Acesso em: jul. 2026. Citado 25 vezes nas páginas 16, 21, 26, 30, 31, 33, 43, 44, 48, 51, 52, 53, 66, 67, 80, 83, 108, 109, 111, 113, 118, 119, 120, 128 e 130.

OLIVEIRA, Maria Carolina Derencio; GRIFONI, Tiago; VAROTTO, Nathan Raphael. Participação de meninas no Fútbol Callejero: intervenção na Educação Física Escolar. *MOTRICIDADES: REVISTA DA SOCIEDADE DE PESQUISA QUALITATIVA EM MOTRICIDADE HUMANA: Motricidades Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana*, v. 4, n. 1, p. 15–26, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/71482518/pdf.pdf>. Acesso em: Jul. 2026. Citado 13 vezes nas páginas 16, 21, 25, 33, 34, 42, 45, 80, 82, 108, 109, 112 e 116.

OUZZANI, Mourad et al. Rayyan: a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, v. 5, n. 1, p. 210, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>. Acesso em: 4 nov. 2026. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 14.

PAIVA, Adaleny Dayanne Souza de. *" Elas não querem ser vistas como musas, mas sim como craques": conquistas e desafios do futebol feminino em Goiás*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Sociologia)) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG-2_f7b4ad763b756994da9c215e7b416c4c>. Acesso em: jul. 2026. Citado 35 vezes nas páginas 16, 21, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 44, 45, 48, 51, 52, 57, 59, 62, 67, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 108, 109, 113, 114, 115, 118, 120, 124, 126, 128, 135 e 138.

PASSERO, Julia Gravena et al. Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem. *Movimento*, v. 26, p. e26060, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/kmcTxd5VcsdTZDRSTfJKv5Q/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 17 vezes nas páginas 16, 21, 29, 37, 57, 62, 63, 76, 81, 85, 86, 123, 124, 126, 127, 135 e 137.

PEREIRA, Marcela Caroline et al. *A construção de um habitus de luta no futebol de mulheres: estudo de caso de uma equipe situada no estado do Paraná*. Tese (Tese (Doutorado em Ciencias Sociais Aplicadas)) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgcsa/wp-content/uploads/sites/34/2025/02/Marcela-Caroline-Pereira.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 23 vezes nas páginas 17, 22, 26, 28, 30, 31, 37, 41, 48, 54, 71, 75, 79, 81, 84, 109, 110, 118, 122, 134, 135, 136 e 138.

PIRES, Bruna Soares et al. *MULHERES EM CAMPO: um olhar fenomenológico sobre os elementos que possibilitaram a escolha do futebol pelas jogadoras em São Luís do Maranhão*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Psicologia)) — Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2958>. Acesso em: jul. 2026. Citado 29 vezes nas páginas 16, 22, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 37, 42, 45, 46, 48, 52, 53, 69, 81, 85, 108, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 128 e 132.

PIRES, Juliana Elói. *Trajetórias de treinadoras de futsal universitário: o contexto da USP de Ribeirão Preto*. Tese (Tese (Doutorado)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://pergamumweb.com.br/pergamumweb_ifsp/vinculos/000075/0000753c.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 32 vezes nas páginas 16, 22, 26, 35, 36, 37, 41, 43, 45, 46, 57, 59, 60, 62, 63, 77, 80, 81, 82, 83, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 124, 126, 128, 135 e 137.

PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. *Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, n. 14, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1621>. Acesso em: jul. 2026. Citado 28 vezes nas páginas 16, 19, 30, 31, 33, 34, 44, 47, 48, 54, 57, 59, 69, 78, 81, 84, 108, 109, 113, 114, 117, 118, 122, 124, 128, 132, 135 e 138.

PISANI, Mariane da Silva. A circulação e os circuitos futebolísticos de jogadoras brasileiras. *CSOnline: Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 31, p. 15–15, 2020. Disponível em: <https://ww

w.academia.edu/download/64497264/30174-Texto%20do%20artigo-128551-1-10-20200922.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 23 vezes nas páginas 17, 19, 26, 27, 33, 35, 36, 48, 51, 55, 67, 70, 78, 81, 86, 118, 120, 122, 128, 131, 134, 135 e 138.

PISANI, Mariane da Silva; HANG, Julia; MOREIRA, Verónica. Violencias de género y activismo de jugadoras de fútbol en Argentina y Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 33, n. 2, p. e105342, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/W85kjZwLJ8QVpkZFR9HvvhJ/?lang=es>. Acesso em: jul. 2026. Citado 13 vezes nas páginas 16, 22, 25, 27, 35, 36, 69, 81, 86, 108, 109, 128 e 133.

PISANI, Mariane da Silva et al. *Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100982>. Acesso em: jul. 2026. Citado 30 vezes nas páginas 17, 22, 26, 31, 33, 34, 36, 45, 47, 48, 53, 54, 66, 68, 77, 81, 86, 109, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 128, 129, 132, 135 e 137.

REIS, Gabriela Canuto dos. *Ensino de futsal e igualdade de gênero no ambiente escolar: proposta de intervenção*. Dissertação (Dissertação (Mestrado)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_12be5124d4de3f088baa7969aeff7884>. Acesso em: jul. 2026. Citado 10 vezes nas páginas 16, 22, 25, 27, 33, 80, 82, 108, 109 e 112.

RODRIGUES, Joyce Cristina; BERNARDO, Márcia Hespanhol. *Qual é, qual é, futebol não é pra mulher? Uma análise das vivências de mulheres como jogadoras de futebol profissional*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Trabalho)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://dedalus.usp.br/F/?func=direct&doc_number=003163753>. Acesso em: jul. 2026. Citado 32 vezes nas páginas 17, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 46, 48, 51, 54, 59, 67, 81, 84, 109, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 122 e 128.

ROSA, M. V. da et al. Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito. *Revista Gênero*, v. 21, n. 1, p. 190–218, 2020. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/mulheres-e-futebol-um-estudo-sobre-esporte-e-preconceito/?utm_source=googleads&utm_campaign=serie_a_2026_search&utm_adgroug=planilha_excel&utm_ad=anuncio_serie_a&utm_keyword=&utm_matchtype=&utm_device=c&gad_source=1&gad_campaignid=23547204368&gbraid=0AAAAAoLP8qi_63h-s51p_oy5ANxsjQRqe&gclid=CjwKCAjwq8PVBhAKEiwA2i3SHTeaHqWFGDthz2slBcOJT5piO2XASLAW3zZ1kIcRo5jGiTxohob_dxoCL6YQAvD_BwE>. Acesso em: jul. 2026. Citado 15 vezes nas páginas 16, 19, 26, 33, 45, 48, 52, 81, 85, 108, 109, 111, 115, 118 e 120.

SALVINI, Leila; Marchi Júnior, Wanderley. "Guerreiras de chuteiras" na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 30, n. 2, p. 303–311, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/75dKnwwgPzVs4dWVQWHBfWF/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 25 vezes nas páginas 16, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 43, 45, 46, 57, 63, 66, 81, 84, 108, 109, 113, 115, 116, 124, 128 e 129.

SALVINI, Leila; Marchi Júnior, Wanderley. Formação de um habitus futebolístico em mulheres no Brasil: um relato a partir das vivências de infância e vida adulta. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 35, n. 2, p. 263–271, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/nvfwtwlgczbebonwb4ib2y4rre/access/wayback/https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/189676/175122>. Acesso em: jul. 2026. Citado 25 vezes nas páginas 16, 22, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 43, 45, 69, 81, 84, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 128 e 132.

Sant'Ana, Maria das Dores Pinto et al. Quadro Nacional de árbitras de Futsal: uma história para possibilitar outras histórias. *Recorde*, v. 15, n. 1, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/0302dc0b02de52a54ddaff92573802d7/1?pq-origsite=gscholar&cbl=51649>. Acesso em: jul. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 22, 29, 36, 37 e 109.

SANTOS, Heliany Pereira et al. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O FUTEBOL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM CATALÃO-GO. *Poíesis Pedagógica*, v. 6, n. 1, p. 51–72, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10838>. Acesso em: jul. 2026. Citado 20 vezes nas páginas 16, 19, 25, 26, 27, 28, 34, 42, 43, 45, 66, 67, 80, 82, 108, 109, 112, 116, 128 e 130.

SCHMIDT, Rodrigo et al. Desenvolvimento de atletas talentosas do futebol feminino. *RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, v. 14, n. 58, p. 305–317, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carla-Luguetti/publication/366372314_Desenvolvimento_de_atletas_talentosas_do_futebol_feminino/links/639d8c2c095a6a7774377388/Desenvolvimento-de-atletas-talentosas-do-futebol-feminino.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 20 vezes nas páginas 16, 22, 26, 30, 31, 33, 34, 48, 52, 67, 80, 83, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120 e 128.

SILVA, André Luiz dos Santos; NAZáRIO, Patrícia Andrioli. Mulheres atletas de futsal: estratégias de resistência e permanência no esporte. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 1, p. e40862, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2018000100016&script=sci_abstract>. Acesso em: jul. 2026. Citado 32 vezes nas páginas 16, 22, 26, 30, 31, 34, 36, 44, 45, 47, 48, 53, 55, 57, 59, 63, 68, 70, 108, 109, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 131 e 133.

SILVA, Diego Augusto Santos; SILVA, Roberto Jerônimo dos Santos; PETROSKI, Edio Luiz. Prática de futebol e fatores sociodemográficos associados em adolescentes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, p. 81–93, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/HFsgYRrH5VyYw57K3RjNdBt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 8 vezes nas páginas 16, 22, 45, 80, 82, 108, 109 e 115.

SILVEIRA, Raquel da; STIGGER, Marco Paulo. Jogando com as feminilidades: um estudo etnográfico em um time de futsal feminino de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, p. 179–194, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/pZqmxHfKkX6Px5CrzgFJGcj/?lang=pt&format=html>. Acesso em: jul. 2026. Citado 18 vezes nas páginas 16, 19, 26, 34, 45, 47, 66, 67, 81, 86, 108, 109, 110, 111, 115, 117, 128 e 129.

SILVEIRA, Sergio Roberto; GUEDES, Claudia; TUIBEO, Jeff. Participação feminina no Pré-mirim nos Jogos Escolares de São Paulo: declínio de interesse ou aumento das barreiras? *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 34, n. Esp, p. 97–107, 2020. Disponível em: <https://www.claudiaguedes.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Silveira-Guedes-Tuibeo-2020.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 12 vezes nas páginas 16, 22, 43, 44, 80, 84, 108, 109, 112, 113, 128 e 134.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; CARNEIRO, Kleber Tüxen; SILVA, Marisa Soares da. ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: O PERCURSO DO FUTEBOL FEMININO EM CÁCERES-MT. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 9, n. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/109113413/477885453.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 20 vezes nas páginas 16, 22, 25, 30, 31, 34, 36, 37, 46, 57, 59, 69, 81, 87, 108, 109, 117, 124, 125 e 128.

SOMARIVA, João Fabrício Guimara; CRUZ, Tânia Mara. A prática pedagógica do futebol nas aulas de educação física sob uma perspectiva de gênero. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, v. 12, n. 22, p. 389–409, 2018. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/7360>. Acesso em: jul. 2026. Citado 13 vezes nas páginas 16, 23, 25, 33, 42, 43, 45, 80, 82, 108, 109, 112 e 116.

SOUZA, Ana Claudia Ferreira de; MARTINS, Mariana Zuaneti. O paradoxo da profissionalização do futsal feminino no Brasil: entre o esporte e outra carreira. *Pensar a prática*, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/45075>. Acesso em: jul. 2026. Citado 24 vezes nas páginas 17, 19, 28, 31, 35, 48, 51, 52, 55, 56, 66, 68, 80, 82, 109, 110, 118, 119, 121, 122, 123, 128, 129 e 132.

SOUZA, Marinês Matter de et al. Mulheres no futsal: motivos que levam à prática. *Kinesis*, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 101–108, set./dez. 2017a. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/282239>. Acesso em: jul. 2026. Citado 11 vezes nas páginas 16, 19, 26, 33, 34, 41, 45, 108, 109, 111 e 115.

SOUZA, Maria Thereza Oliveira. *" Da visão que eu tenho, do que eu vivi, não sei muito no que acreditar": atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um futebol desamparado*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Educação Fìsica)) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/47163?show=full>. Acesso em: jul. 2026. Citado 28 vezes nas páginas 16, 23, 26, 29, 30, 34, 45, 48, 52, 53, 54, 55, 66, 67, 81, 84, 85, 108, 109, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 128, 130 e 131.

SOUZA, Maria Thereza Oliveira; CAPRARO, André Mendes. Women's football in Brazil: Memories of the National Team's Athletes. *The International Journal of the History of Sport*, v. 37, n. 5-6, p. 378–395, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09523367.2020.1757653>. Acesso em: jul. 2026. Citado 16 vezes nas páginas 17, 23, 27, 28, 30, 31, 48, 51, 55, 68, 81, 86, 118, 120, 123 e 128.

SOUZA, Maria Thereza Oliveira; CAPRARO, André Mendes; SILVA, Marcelo Moraes e. Habilidosas e bonitas: as considerações de duas atletas de futebol sobre a formação de suas identidades. *Movimento*, v. 23, n. 3, p. 883–894, 2017b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/N7LGzkHhXp3Y7NvR8vV4LTt/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2026. Citado 9 vezes nas páginas 16, 23, 26, 33, 41, 47, 108, 109 e 115.

STAHLBERG, Lara Tejada. *Mulheres em campo: novas reflexões acerca do feminino no futebol*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Ciencias Humanas)) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/e1be4535-6818-4f69-9fa6-4c205445ddb8>. Acesso em: jul. 2026. Citado 8 vezes nas páginas 16, 23, 29, 57, 61, 123, 124 e 126.

TAMASHIRO, Lucas et al. Women's futsal at a Brazilian university: does the academic social environment influence prejudices against the players? *Motriz: Revista de Educação Física*, v. 28, n. spe1, p. e10220003921, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/KKJctZXMBtrBnPfSJDgTYGK/?lang=en>. Acesso em: jul. 2026. Citado 12 vezes nas páginas 8, 16, 23, 26, 33, 45, 80, 82, 108, 109, 111 e 115.

TEOLDO, Israel et al. Talent map of female soccer: How does the birthplace and birthdate impact the participation of soccer players in Brazilian Serie A1 Championship? *Journal of Human Sport & Exercise*, v. 18, n. 4, p. 858, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Filipe-Casanova/publication/372761352_Talent_map_of_female_soccer_How_does_the_birthplace_and_birthdate_impact_the_participation_of_soccer_players_in_Brazilian_Serie_A1_Championship/links/64c689c4539d123b18d6bc87/Talent-map-of-female-soccer-How-does-the-birthplace-and-birthdate-impact-the-participation-of-soccer-players-in-Brazilian-Serie-A1-Championship.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 19 vezes nas páginas 17, 23, 27, 31, 48, 56, 69, 71, 80, 81, 83, 84, 86, 116, 118, 123, 128, 132 e 134.

TIESLER, Nina Clara. Three types of transnational players: differing women's football mobility projects in core and developing countries. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 38, n. 2, p. 201–210, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/mmXnynDkWtmbHLLsLcxGq8m/?lang=en>. Acesso em: jul. 2026. Citado 12 vezes nas páginas 17, 23, 28, 35, 36, 48, 55, 66, 118, 123, 128 e 130.

TORGA, Monique. *Com a palavra, as gestoras: a trajetória de mulheres em cargos de gestão nos clubes de futebol do Brasil*. Dissertação (Dissertação (Mestrado em Educação Física)) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_d8fba6a7ac143f2a75cd36e3806f29f7>. Acesso em: jul. 2026. Citado 22 vezes nas páginas 16, 23, 27, 29, 33, 36, 46, 57, 60, 61, 62, 63, 81, 85, 109, 116, 123, 124, 125, 126, 127 e 128.

TRAJANO, Rachelly Webster et al. Time amador juvenil de futsal feminino de Barra do Garças-MT: rompendo limitações na construção do gênero mulher. *Conexões*, v. 15, n. 1, p. 65–91, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8646350>. Acesso em: jul. 2026. Citado 15 vezes nas páginas 16, 23, 25, 26, 31, 33, 34, 42, 45, 81, 85, 108, 109, 112 e 115.

TRICCO, Andrea C.; LANGLOIS, Etienne V.; STRAUS, Sharon E. (Ed.). *Rapid reviews to strengthen health policy and systems: a practical guide*. Geneva: World Health Organization, 2017. ISBN 978-92-4-151276-3. Disponível em: <https://ahpsr.who.int/publications/i/item/2017-08-10-rapid-reviews-to-strengthen-health-policy-and-systems-a-practical-guide>. Acesso em: 4 nov. 2026. Citado na página 9.

VASQUES, Ricardo Barbosa et al. A carreira no futebol feminino no município do Rio de Janeiro–sucessos e fracassos. *Pesquisa em Educação Física*, p. 15–22, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Alberto-Ferreira/publication/354061305_A_CARREIRA_NO_FUTEBOL_FEMININO_NO_MUNICIPIO_DO_RIO_DE_JANEIRO_-SUCESSOS_E_FRACASSOS_A_CAREER_IN_SOCCER_WOMEN_IN_RIO_DE_JANEIRO_-SUCCESSES_AND_FAILURES/links/612261ba169a1a01031a2e31/A-CARREIRA-NO-FUTEBOL-FEMININO-NO-MUNICIPIO-DO-RIO-DE-JANEIRO-SUCESSOS-E-FRACASSOS-A-CAREER-IN-SOCCER-WOMEN-IN-RIO-DE-JANEIRO-SUCCESSES-AND-FAILURES.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 9 vezes nas páginas 16, 23, 31, 33, 81, 85, 108, 109 e 111.

YAMAMOTO, Débora Cajé. *" Eu sei das dores delas": uma etnografia da formação de atletas no futebol de mulheres em São Paulo*. Tese (Tese (Doutorado em Antropologia)) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07052026-123421/publico/2025_DeboraCajeYamamoto_VCorr.pdf>. Acesso em: jul. 2026. Citado 29 vezes nas páginas 16, 23, 26, 30, 31, 33, 34, 44, 47, 57, 59, 60, 67, 69, 72, 81, 85, 109, 111, 113, 114, 117, 123, 124, 125, 128, 131, 133 e 135.

Apêndice 1

Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados

Base	Estratégia	Resultados
Web of Science	((woman OR women OR female* OR girl*) AND (football OR soccer OR futebol) AND (Brazil* OR Brasil*))	496
Scielo	(football OR soccer OR futebol OR “women’s football”) AND (women OR female OR mulheres OR meninas) AND (participation OR access OR “public policy” OR gender OR inequities) AND (Brazil OR Brasil OR Brazilian)	25
Scopus	(women OR female OR meninas OR mulheres) AND (football OR futebol OR soccer) AND (Brazil OR Brasil)	10
Google Scholar	((football OR soccer OR futebol OR “women’s football”) AND (women OR female OR mulheres OR meninas) AND (participation OR career OR barriers OR opportunities OR “public policy” OR gender OR inequities OR pathway) AND (Brazil OR Brasil OR Brazilian))	142
Lens	(women OR (female OR (meninas OR mulheres))) AND ((football OR (futebol OR soccer)) AND (Brazil OR Brasil))	1000
BDTD	Futebol feminino	223
EBSCO	(futebol OR “futebol feminino”) AND (mulher OR menina OR jogadora OR atleta OR árbitra OR treinadora OR gestora) AND (Brasil OR brasileiro)	150
TOTAL:		**2046**

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 2. Estudos excluídos na etapa de elegibilidade

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Razão de exclusão
Alencar Bergier (2021)	O patrocínio no futebol feminino	Trabalho de conclusão de curso	Tipo de documento não elegível. Trabalho de conclusão de curso de graduação
Almeida e Almeida (2020)	“Deve ou não deve o football invadir os domínios das saias?”: histórias do futebol de mulheres no Brasil	Artigo em periódico	Estudo histórico
Alves (2024)	Atrativos e barreiras para a prática do futebol e futsal feminino na escola a partir da perspectiva de alunas do ensino fundamental	Dissertação	Texto integral indisponível. Arquivo da dissertação incompleto, até a folha de aprovação, inclusive no portal da instituição
Barbosa (2025)	Barreiras e superações: a história do futebol de mulheres no Brasil e sua relação com o espaço geográfico	Trabalho de conclusão de curso	Tipo de documento não elegível. Trabalho de conclusão de curso de graduação
Barreira et al. (2022)	Trajectories and Professional Skills of High-Level Women’s Football Managers in Brazil	Capítulo de livro	Tipo de documento não elegível. Capítulo de livro
Bastos et al. (2022)	Intenção esportiva de adolescentes da cidade de Fortaleza / Sporting Intent of Adolescents in the City of Fortaleza	Artigo em periódico	População. Amostra mista sem resultados distinguíveis para meninas.
Biram (2023)	Obligatoriedade and the Professionalisation of Women’s Football in Brazil	Capítulo de livro	Tipo de documento não elegível. Capítulo de livro.
Bonfim (2019)	Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)	Dissertação	Artigo derivado já incluído (Bonfim, 2020), com mesma autora, objeto e fontes.
Bonfim (2020)	“O Foot-ball de Moças está dando o que falar”: festivais esportivos e o futebol das mulheres suburbanas do Rio de Janeiro (1929 a 1932)	Artigo em periódico	Estudo histórico
Borges e Cordeiro (2018)	Pra Frente Marias: convergências históricas, sociais e políticas identificadas entre o futebol e a palhaçaria protagonizados por mulheres	Artigo em periódico	População. As participantes são atrizes e palhaças, e não mulheres envolvidas com o futebol brasileiro.
Broch (2021)	Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero	Artigo em periódico	Teórico, sem material empírico.
Burlamaqui e Marcolan (2025)	Women in Club Presidency: Masculinities and Power in Brazilian Football Politics	Artigo em periódico	Acesso pago
Costa (2017)	O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980	Artigo em periódico	Estudo histórico

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Razão de exclusão
Couto e Santana (2025)	Historiografia das mulheres no esporte brasileiro: mapeamento do campo de estudos (2002-2022)	Artigo em periódico	O estudo não é específico sobre o tema futebol de mulheres.
Cunha (2024)	As mulheres no futebol do Rio Grande/RS nas décadas de 1970 e 1980: entre subversões, pioneirismos e invisibilidades	Tese	Estudo histórico
da Silva e Moreira (2024)	The Brazilian Panorama of Research on Women's Football (2013-2021)	Artigo em periódico	Duplicata
de Aratanha Pereira Leal (2021)	Patrocínio no futebol feminino no Brasil	Trabalho de conclusão de curso	Tipo de documento não elegível. Trabalho de conclusão de curso.
De Camargo et al. (2021)	Gender Expressions and the Multiple Practices of Football in Brazil	Capítulo de livro	Tipo de documento não elegível. Capítulo de livro.
de Souza et al. (2019)	Impedimento? Possibilidades de relação entre a mulher e o futebol	Artigo em periódico	Teórico, sem material empírico próprio
Delarmelina et al. (2026)	Professionalization of Women's Football in Brazil: Perspectives and Challenges in Athletes' Working Conditions	Artigo em periódico	Acesso pago
Ferreira et al. (2018)	Barriers Faced by Brazilian Female Coaches	Artigo em periódico	Artigo derivado da dissertação. Extração da dissertação priorizada por trazer mais resultados para o futsal.
Figueiredo et al. (2024)	Desigualdade: futebol feminino x futebol masculino	Trabalho de conclusão de curso	Tipo de documento não elegível. Trabalho de conclusão de curso.
Goldani (2023)	Reativando memórias da equipe feminina de "futebóis" do Maracanã Futebol Clube de Maquiné/RS (década de 1990)	Dissertação	Estudo histórico
Gonçalves et al. (2019)	Bullying como violência sistemática que conduz à estigmatização nas escolas de futebol	Artigo em periódico	Teórico, sem material empírico próprio.
Guirra e Almeida (2015)	Análise da percepção de jogadores de futebol amador sobre mulheres que praticam o futebol	Artigo em periódico	População. Os participantes eram jogadores homens de futebol amador.
Jardim (2013)	Futsal feminino e educação: o que a experiência ensina?	Dissertação	Mesma base empírica de outro estudo já considerado.
Joras (2020)	Conhecer para reconhecer: o futebol de mulheres e a trajetória de Maria Ivete Gallas	Tese	Foco histórico em uma única profissional, sem informações aprofundadas sobre barreiras e facilitadores
Kanemasu e Knijnik (2026)	Towards South-South Comparative Feminist Inquiry: 'Patriarchal Varieties' and Women's Subversive Strategies in/through Sports in Fiji and Brazil	Artigo em periódico	Contexto e população. Estudo comparativo e documental, sem foco específico no fenômeno investigado.
Lima e Barros (2022)	Decolonialidade no futebol feminino	Artigo em periódico	Ensaio teórico sem dados empíricos originais.

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Razão de exclusão
Lima e Maldonado (2024)	Histórias de resistência no futebol de mulheres em Jacareí/SP: problematizações transgressoras na educação física escolar	Artigo em periódico	Fonte única. Todo o material empírico provém de uma única entrevistada e do acervo pessoal por ela cedido.
Lovisolo, Soares e Bartholo (2006)	Feministas, mulheres e esporte: questões metodológicas	Artigo em periódico	Ensaio teórico/crítico sem dados empíricos
Maia (2021)	Ambiente institucional, futebol feminino e desempenho organizacional dos clubes mais fortes do mundo	Tese	Há artigo derivado da tese já incluído
Maia e de Vasconcelos (2022)	Institutional Environment, Women's Football Structure and Performance of 61 of the World's Top-League Soccer Clubs	Artigo em periódico	Duplicata
Magalhães (2008)	Memória, futebol e mulher: anonimato, oficialização e seus reflexos na capital paraense	Trabalho de conclusão de curso	Tipo de documento não elegível. Monografia de graduação.
Magalhães et al. (2021)	Gender Championship: A Comparison Between Efficiency and Salary in Soccer Players Professional	Artigo em periódico	Não há resultados separados para o Brasil.
Magalhães et al. (2021)	Campeonato de gênero: uma comparação entre eficiência e salário de jogadores e jogadoras no futebol profissional	Artigo em periódico	Contexto e população não correspondem ao futebol brasileiro. Duplicata
Matos (2021)	Os anos iniciais do futebol feminino em Santa Catarina: silenciamentos e resistências	Artigo	Estudo histórico.
Mion (2023)	O investimento na carreira futebolística de jovens mulheres: um estudo etnográfico	Dissertação	Texto integral indisponível. Apenas o resumo foi localizado.
Moraes (2012)	As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970-1990)	Artigo em periódico	Estudo histórico.
Moraes dos Santos et al. (2025)	A trajetória esportiva da atleta Tatyane Amaro Santos: da iniciação à profissionalização do futebol feminino	Artigo em periódico	Entrevista com apenas uma participante.
Moraes et al. (2024)	Resistance, intersectionality, and journalistic documentary sources: filling gaps in women's football	Artigo em periódico	Estudo histórico.
Morais (2025)	Barreiras invisíveis: o papel da FIFA na reprodução das desigualdades de gênero no futebol	Dissertação	Estudo teórico com foco global, não nacional.
Morais et al. (2025)	From Youth to High Performance: How Many Bahian Athletes Got Bolsa Atleta? An Overview From 2005-2023	Artigo em periódico	O estudo aborda esportes em geral, sem foco específico no futebol de mulheres e sem resultados relevantes para a síntese.
Neves et al. (2006)	Mulheres no futebol: desvelando preconceitos e estereótipos sob o olhar do gênero	Artigo em periódico	Parece resumo expandido, com predominância de conteúdo teórico.
Noronha (2010)	Futebol é coisa de mulher! Um estudo etnográfico sobre o "lugar" feminino no futebol clubístico	Tese	Estudo com torcedoras, fora do escopo.

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Razão de exclusão
Novais (2018)	À beira do gramado ou fora do jogo?: as treinadoras do futebol de mulheres no Brasil	Dissertação	Mesma base de entrevistas de outro estudo, cujas análises foram priorizadas.
Novais et al. (2021)	Women's Soccer Coaches and Assistants in Brazil: Subversion and Resistance in Sports Leadership	Artigo em periódico	Duplicata
Novais et al. (2021)	Treinadoras e auxiliares do futebol de mulheres no Brasil: subversão e resistência na liderança esportiva	Artigo em periódico	Duplicata
Nunes et al. (2014)	Educação física, futebol e gênero: uma proposta de ensino a partir das relações de poder	Artigo em periódico	Não se refere à prática de futebol; aborda o desinteresse das meninas pelo futebol
Nunes et al. (2021)	"Coisa de menina" e "coisa de menino"? Uma leitura do preconceito de gênero pela perspectiva dos praticantes de balé clássico masculino e futebol feminino	Artigo em periódico	Não aborda acesso, prática ou permanência de mulheres no futebol.
Nunes (2022)	Questões de gênero e a proibição do futebol feminino no Brasil pelo Decreto-Lei nº 3.199/1941	Artigo em periódico	Estudo documental e histórico sobre o período de 1930 a 1941.
Pisani (2018)	'Sou feita de chuva, sol e barro': o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo	Tese	Discussão predominantemente teórica, focada em corpo, sexualidade e redes afetivas.
Pisani e Kessler (2022)	As mulheres no universo do futebol brasileiro: resgatando o gênero	Artigo em periódico	Teórico, sem material empírico próprio
Pires e Carvalho (2019)	Craques da resistência: o futebol feminino em São Luís, Maranhão	Artigo em periódico	Sobreposição de fonte com dissertação
Reis, Cavichioll e Ordones (2025)	Aspectos que influenciam a transição de atletas em formação para o nível profissional no futebol	Artigo em periódico	Revisão sobre profissionalização no futebol masculino.
Ribeiro (2018)	Futebol de mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespasiano x Oficina (1968)	Artigo em periódico	Estudo histórico.
Rigo et al. (2008)	Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico	Artigo em periódico	Estudo histórico
Salvini et al. (2014)	O futebol feminino no campo acadêmico brasileiro: mapeamento de teses e dissertações (1990-2010)	Artigo em periódico	Não se aplica a contexto de prática; trata do campo acadêmico-científico
Sampaio e Barreira (2026)	Thirty-two Years of Inequality in Coaching at the FIFA Women's World Cup (1991-2023): Do Gender, Race and Region Matter?	Artigo em periódico	Não foca no Brasil nem apresenta dados específicos do país
Santos e Messeder (2014)	A influência cultural na fisiologia do corpo sexuado vinculado à hegemonia masculina na divisão sexual do trabalho na arbitragem em futebol	Artigo em periódico	Trabalho teórico focado na divisão sexual do trabalho
Santos et al. (2008)	Mulher no esporte: uma visão sobre a prática no futebol	Artigo em periódico	Trabalho teórico com limitações metodológicas importantes
Schmidt et al. (2022)	Development of Talented Women's Football Athletes	Artigo em periódico	Duplicata

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo de documento	Razão de exclusão
Silva (2023)	A base vem forte: a formação das jovens garotas futebolistas no Brasil em tempos de mídias sociais	Dissertação	Texto integral indisponível
Silva e Capraro (2022)	Desporto inadequado à natureza feminina	Artigo em periódico	Estudo histórico
Souza (2023)	Influência de fatores socioeconômicos na percepção de níveis de estresse, ansiedade e depressão em atletas de futebol feminino	Dissertação	Limitações metodológicas importantes e poucos resultados relevantes para a síntese.
Souza Júnior (2013)	Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade	Tese	Discussão predominantemente teórica e desatualizada para o contexto normativo atual
Teixeira (2025)	Profissionalização do futebol de mulheres no Brasil: uma revisão de literatura	Trabalho de conclusão de curso	Tipo de documento não elegível. Trabalho de conclusão de curso
Valenti et al. (2018)	Women's Football Studies: An Integrative Review	Artigo em periódico	População. Panorama global da pesquisa, sem foco específico no Brasil
Viana (2008)	Futebol: das questões de gênero à prática pedagógica	Artigo em periódico	Teórico, sem material empírico próprio.
Viana et al. (2024)	Aspectos motivacionais na prática do futebol society feminino adulto de Divinópolis-MG	Artigo em periódico	Resultados restritos à descrição de dimensões motivacionais, sem abordar facilitadores
Vieira et al. (2019)	Mulheres e futebol: análise de documentos do mundo esportivo brasileiro no século XX	Artigo em periódico	Desenho do estudo incompatível com os critérios de inclusão.
Vilodre Goellner (2022)	Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências	Editorial	Tipo de documento não elegível. Apresentação de seção/publicação.
Vilodre Goellner e Macedo (2024)	Futebol de mulheres no Brasil	Artigo em periódico	Desenho do estudo incompatível com os critérios de inclusão
Votre e Mourão (2003)	Women's Football in Brazil: Progress and Problems	Artigo em periódico	Estudo histórico com avanços e desafios descontextualizados da realidade atual
Wood (2018)	The Beautiful Game? Hegemonic Masculinity, Women and Football in Brazil and Argentina	Artigo em periódico	Estudo historiográfico.
Zuaneti Martins e Reis (2025)	O mercado de trabalho no futebol brasileiro: crescimento e desigualdades salariais e regionais	Artigo em periódico	Restrito ao futebol masculino.

Apêndice 3

Síntese dos achados reportados por temas de interesse

Tema 1 – Acesso e Permanência

Quadro 1. Distribuição dos estudos do corpus com evidência sobre Acesso e Permanência

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que declaram acesso e permanência como tema principal	Andrade (2021); Baptista e Otesbelgue (2013); Borges et al. (2006); Borttolin (2011); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Costa (2022); Cruz et al. (2021); Darido (2002); Furlan e Santos (2008); Guimarães et al. (2022); Jardim e Betti (2021); Lima, Piovani e Lima (2018); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Mizrahi (2024); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Martínez-Mina (2019); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Martins, Silva e Souza (2021b); Martins, Silva e Vasquez (2021c); Monteiro et al. (2020); Nascimento e Rocha (2021); Nascimento e Leite (2021); Nascimento e Nunes (2014); Neuenfeldt e Lansing (2020); Oliveira (2016); Oliveira e Morato (2025); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Oliveira, Ricci e Marques (2022); Paiva (2024); Pires et al. (2017); Pires (2021); Pisani (2014); Pisani, Hang e Moreira (2025); Reis (2024); Rosa et al. (2020); Salvini e Marchi Júnior (2021); Salvini e Marchi Júnior (2016); Santos et al. (2008); Schmidt et al. (2022); Silva e Nazário (2018); Silva, Silva e Petroski (2013); Silveira e Stigger (2013); Silveira, Carneiro e Silva (2016); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020); Falcão e Gavião (2018); Somariva e Cruz (2018); Souza (2017); Souza et al. (2017a); Souza, Capraro e Silva (2017b); Tamashiro et al. (2022); Trajano et al. (2017); Vasques et al. (2010); Martins, Furtado e Gomes (2024c)	**54**

(continua)

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que abordam o tema de forma direta	Alcântara et al. (2026a); Andrade (2021); Anjos et al. (2018); Baptista e Otesbelgue (2013); Batista e Souza (2022); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Borges et al. (2006); Borttolin (2011); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Costa (2022); Cruz et al. (2021); Darido (2002); Freitas et al. (2020); Furlan e Santos (2008); Guimarães et al. (2022); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Haag (2018); Jardim e Betti (2021); Kessler (2010); Knijnik (2006); Lima et al. (2022); Sant'Ana et al. (2022); Mizrahi (2024); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Maia (2021); Martínez-Mina (2019); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Martins, Silva e Souza (2021b); Martins, Silva e Vasquez (2021c); Monteiro et al. (2020); Nascimento e Rocha (2021); Nascimento e Leite (2021); Nascimento e Nunes (2014); Neuenfeldt e Lansing (2020); Novais et al. (2021); Oliveira (2016); Oliveira e Morato (2025); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Oliveira, Ricci e Marques (2022); Paiva (2024); Pereira et al. (2022); Pires et al. (2017); Pires (2021); Pisani et al. (2012); Pisani (2014); Pisani, Hang e Moreira (2025); Reis (2024); Rodrigues e Bernardo (2023); Rosa et al. (2020); Salvini e Marchi Júnior (2021); Salvini e Marchi Júnior (2016); Santos et al. (2008); Schmidt et al. (2022); Silva e Nazário (2018); Silva, Silva e Petroski (2013); Silveira e Stigger (2013); Silveira, Carneiro e Silva (2016); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020); Falcão e Gavião (2018); Somariva e Cruz (2018); Souza (2017); Souza e Martins (2018); Souza et al. (2017a); Souza, Capraro e Silva (2017b); Tamashiro et al. (2022); Trajano et al. (2017); Vasques et al. (2010); Yamamoto (2025); Martins, Furtado e Gomes (2024c)	**70**
Estudos que abordam o tema de forma parcial	Alcântara et al. (2026a); Lima, Piovani e Lima (2018); Maia e Vasconcelos (2022); Torga (2019)	**4**

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Quadro 2. Síntese dos achados reportados por subtemas identificados sobre Acesso e Permanência

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
A rua, o quintal e os espaços comunitários como via de acesso predominante	**Ausência de estrutura formal como causa direta da via informal**	
	A disponibilidade de espaços de prática varia segundo as condições socioeconômicas, enquanto a escassez de clubes, escolinhas e outros espaços formais aparece associada à entrada no futebol por vias informais.	Alcântara et al. (2026a); Souza e Martins (2018); Martins, Silva e Souza (2021b)
	Iniciação na rua/quintal majoritariamente ou exclusivamente com meninos	
	A entrada ocorre predominantemente em espaços informais, como rua, várzea, quintal e brincadeiras de vizinhança, tendo meninos como parceiros de jogo e, em alguns relatos, sendo a menina a única participante.	Andrade (2021); Baptista e Otesbelgue (2013); Batista e Souza (2022); Novais et al. (2021); Silveira e Stigger (2013); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Maia (2021); Pereira et al. (2022); Pires et al. (2017); Schmidt et al. (2022); Salvini e Marchi Júnior (2021); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026)
	Mediação por familiar homem no primeiro contato	
	Registro em que pai, irmão ou primo é quem introduz a menina ao jogo, distinto da iniciação espontânea entre pares	Oliveira (2016)
	Comparação quantificada entre via informal e formal	
	Alguns estudos comparam explicitamente os locais de iniciação e registram a rua ou o bairro como via de entrada mais frequente que a escola, escolinha ou projeto.	Batista, Balzano e Munsberg (2025); Pereira et al. (2022)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
O papel da família no acesso e na continuidade	**Figura materna como principal agente**	
	Mãe aparece como importante fonte de incentivo, mas também há registros de resistência ou dificuldade de aceitação da prática no início da trajetória.	Borges et al. (2006); Pires (2021); Souza et al. (2017a); Martins, Furtado e Gomes (2024c)
	Figura paterna/masculina como agente socializador	
	Pai, irmãos e outros familiares homens aparecem tanto como agentes de socialização e incentivo quanto como fontes de oposição, inclusive com relatos de retirada do apoio na adolescência.	Novais et al. (2021); Silveira e Stigger (2013); Nascimento e Leite (2021); Martínez-Mina (2019); Monteiro et al. (2020); Tamashiro et al. (2022)
	Posição familiar sem figura específica	
	O apoio familiar é frequentemente registrado sem identificação de um agente específico; quando insuficiente ou ausente, aparece associado à dificuldade de acesso, continuidade ou desenvolvimento da prática.	Batista e Souza (2022); Costa (2022); Rosa et al. (2020); Martins et al. (2021a); Nascimento e Rocha (2021); Oliveira, Ricci e Marques (2022); Oliveira e Morato (2025); Pisani et al. (2012); Schmidt et al. (2022); Salvini e Marchi Júnior (2021); Falcão e Gavião (2018); Vasques et al. (2010); Tamashiro et al. (2022); Yamamoto (2025)
	Preconceito de gênero na entrada para a modalidade	
	A oposição familiar pode ocorrer desde o primeiro contato e aparece associada à ideia de que o futebol masculiniza as meninas ou as aproxima da homossexualidade.	Andrade (2021); Knijnik (2006); Martínez-Mina (2019); Pires (2021); Schmidt et al. (2022); Salvini e Marchi Júnior (2021); Souza et al. (2017a); Martins, Furtado e Gomes (2024c)
	Transição de posição ao longo do tempo	
	A posição da família pode se modificar ao longo da trajetória, com relatos de resistência inicial posteriormente superada e, em sentido inverso, de apoio na infância que se reduz ou desaparece na adolescência.	Souza et al. (2017a); Nascimento e Leite (2021); Jardim e Betti (2021); Maia (2021); Silveira e Stigger (2013); Darido (2002); Martins, Furtado e Gomes (2024c)
	Caso-limite	
	Registro específico de violência doméstica associada à escolha pela prática esportiva.	Pires et al. (2017)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
A escola como espaço de interdição e de acesso à prática	**Segregação por sexo nas aulas de Educação Física**	
	A organização das aulas reproduz separações por sexo, com futebol ou futsal associado aos meninos e modalidades como vôlei e queimada destinados às meninas.	Buch, Scherzer e Moraes (2025); Oliveira (2016); Santos et al. (2008); Maia (2021); Trajano et al. (2017)
	Interdição pelos pares e desqualificação técnica como justificativa	
	Meninos aparecem como agentes de exclusão das meninas, frequentemente mobilizando a ideia de menor capacidade técnica para justificar a restrição de sua participação.	Andrade (2021); Borttolin (2011); Martínez-Mina (2019); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Cruz et al. (2021); Somariva e Cruz (2018)
	Papel docente de educação física e coordenação da escola	
	O papel docente é ambivalente: há registros de recusa ou de submissão à pressão contra a prática feminina, mas também de professores que atuam como mediadores decisivos de incentivo, inclusão e abertura de oportunidades.	Furlan e Santos (2008); Jardim e Betti (2021); Knijnik (2006); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Maia (2021); Neuenfeldt e Lansing (2020); Oliveira, Ricci e Marques (2022); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Cruz et al. (2021); Pires (2021); Schmidt et al. (2022); Rodrigues e Bernardo (2023); Somariva e Cruz (2018); Reis (2024)
	Ausência de oferta extracurricular formal de futebol feminino	
	A escola nem sempre oferece continuidade à prática fora das aulas obrigatórias, com ausência de equipes, treinos ou competições de futebol feminino.	Darido (2002); Freitas et al. (2020); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020)
	Autoexclusão e sentimento de não pertencimento	
	A interdição da prática produz efeitos sobre a própria participação, expressos em medo de errar, culpabilização, sensação de não pertencimento e, em alguns casos, afastamento da prática.	Santos et al. (2008); Martínez-Mina (2019); Rodrigues e Bernardo (2023); Somariva e Cruz (2018)
	Violência simbólica e classificação binária das práticas	
	Enquadramento mais estrutural, tratando o futsal/futebol como “reserva masculina” na organização escolar	Pires (2021); Rodrigues e Bernardo (2023)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
Dificuldade de acesso e escassez de oferta formal	**Escassez de escolinhas, clubes e categorias de base femininas**	
	Registros de carência de espaços formais específicos para meninas, levando, em alguns contextos, à integração das jogadoras em escolinhas originalmente destinadas aos meninos.	Furlan e Santos (2008); Jardim e Betti (2021); Maia (2021); Martínez-Mina (2019); Martins et al. (2021a); Martins, Silva e Souza (2021b); Pires (2021); Salvini e Marchi Júnior (2021)
	Escassez de calendário competitivo e restrições regulamentares	
	A oferta competitiva aparece limitada por poucos campeonatos, ausência de competições de maior abrangência, restrições etárias e situações em que meninas não são incluídas nas equipes ou competições.	Lima, Piovani e Lima (2018); Oliveira (2016); Furlan e Santos (2008); Jardim e Betti (2021); Kessler (2010); Knijnik (2006); Maia (2021); Martins et al. (2021a); Oliveira e Morato (2025); Salvini e Marchi Júnior (2021); Salvini e Marchi Júnior (2016)
	Falha ou ausência de política pública efetiva, com transição para regulação mais recente	
	Os estudos registram lacunas de implementação e fiscalização de políticas de incentivo, ao lado de mudanças regulatórias posteriores que ampliaram a oferta e a institucionalização do futebol feminino.	Paiva (2024); Lima et al. (2022); Rodrigues e Bernardo (2023); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020)
	Projetos sociais e parcerias institucionais como via de acesso formal	
	Projetos sociais, ações de extensão e parcerias entre clubes, instituições de ensino e programas públicos aparecem como mecanismos de ampliação do acesso à prática organizada.	Pisani (2014); Guimarães et al. (2022); Lima et al. (2022); Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Nascimento e Rocha (2021); Oliveira e Morato (2025); Silva e Nazário (2018)
	Espaço seguro exclusivo para meninas como estratégia de enfrentamento	
	Espaços exclusivos para meninas são descritos como ambientes de acolhimento e segurança, podendo também funcionar como ponte para oportunidades em clubes.	Yamamoto (2025)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
Interseções de gênero, raça e classe	**Interseção de renda, gênero e raça nas barreiras de acesso**	
	Gênero, condição socioeconômica e raça aparecem combinados nas barreiras de acesso aos espaços de prática e nas condições de participação	Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Martins, Silva e Vasquez (2021c)
	Marginalização racial específica no reconhecimento e patrocínio	
	Atletas negras relatam experiências de racismo e menor visibilidade e reconhecimento, incluindo desigualdades relacionadas ao patrocínio. Contextos esportivos de maioria negra são descritos, em determinados estudos, como mais negligenciados quanto à garantia de direitos e condições de prática.	Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Paiva (2024); Rodrigues e Bernardo (2023)
	Vulnerabilidade socioeconômica somada a violência racial e social	
	A restrição de recursos familiares aparece associada a experiências de humilhação e violência racial e social.	Yamamoto (2025)
	Futebol como fator de proteção	
	Registro específico descreve a prática esportiva como espaço de proteção e pertencimento para meninas em contexto de vulnerabilidade periférica.	Pisani (2014)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
Estigma de masculinização, feminilidade e sexualidade	**Rotulação da sexualidade e associação direta à homossexualidade**	
	A prática é associada à homossexualidade por meio de suspeições, insinuações, questionamentos e insultos dirigidos às jogadoras.	Baptista e Otesbelgue (2013); Novais et al. (2021); Furlan e Santos (2008); Jardim e Betti (2021); Knijnik (2006); Paiva (2024); Pires et al. (2017); Pires (2021); Pisani et al. (2012); Salvini e Marchi Júnior (2016); Silva e Nazário (2018); Trajano et al. (2017)
	Estereótipo de masculinização do corpo e do comportamento	
	O futebol é associado à masculinização do corpo e do comportamento, com referência a atributos ou modos de agir considerados inadequadamente masculinos para mulheres.	Borges et al. (2006); Rosa et al. (2020); Silveira e Stigger (2013); Salvini e Marchi Júnior (2021); Silva, Silva e Petroski (2013); Tamashiro et al. (2022); Martins, Furtado e Gomes (2024c)
	Regulação institucional da feminilidade e da aparência	
	A aceitação das jogadoras é, em alguns estudos, condicionada à demonstração de atributos de feminilidade, inclusive por instituições esportivas e pela mídia.	Knijnik (2006); Souza et al. (2017a); Souza, Capraro e Silva (2017b)
	Insultos e violência simbólica direta	
	Xingamentos, apelidos e deboches aparecem como formas diretas de estigmatização e policiamento da feminilidade e da sexualidade.	Kessler (2010); Nascimento e Rocha (2021); Pires et al. (2017); Silva e Nazário (2018)
	Discurso biológico/naturalização da reserva masculina	
	Diferenças biológicas entre homens e mulheres são mobilizadas, em registro específico, para justificar a associação do futebol ao domínio masculino.	Tamashiro et al. (2022)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
Desconfiança e exigência de comprovação da qualificação técnica	**Desconfiança geral na competência técnica das jogadoras**	
	A competência técnica das jogadoras é questionada por meio da comparação recorrente com o desempenho masculino, tomado como referência de superioridade.	Kessler (2010); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Martins, Silva e Vasquez (2021c); Oliveira, Ricci e Marques (2022)
	Necessidade reiterada de provar capacidade e competência	
	Cobrança mais rígida e dúvida sobre a competência de árbitras mulheres além da exigência constante de comprovação como condição de aceitação no espaço	Monteiro et al. (2020); Nascimento e Nunes (2014); Martins, Silva e Vasquez (2021c); Lima et al. (2022); Salvini e Marchi Júnior (2021)
	Internalização do discurso e efeitos psicológicos	
	Internalização da desqualificação, expressa em medo do erro, culpabilização pela derrota, desmotivação, autoexclusão e abandono da prática.	Martins, Silva e Souza (2021b); Oliveira, Grifoni e Varotto (2020); Somariva e Cruz (2018)
Apropriação masculina dos espaços e sobrecarga	**Ocupação prioritária de quadras/campos por meninos e homens**	
	Meninos e homens ocupam prioritariamente quadras e campos de prática, restringindo os horários e espaços disponíveis para as mulheres.	Anjos et al. (2018); Pires (2021)
	Sobrecarga por conciliação entre estudo, trabalho e treino	
	A conciliação entre estudo, trabalho e treino reduz o tempo disponível para a prática e, em alguns casos, desloca o futebol para uma posição secundária na rotina.	Borges et al. (2006); Costa (2022); Maia e Vasconcelos (2022); Maia (2021); Falcão e Gavião (2018); Salvini e Marchi Júnior (2016)
	Sobrecarga de cuidado doméstico e familiar atribuída às mulheres	
	As responsabilidades de cuidado doméstico e familiar recaem de forma desproporcional sobre as mulheres, reduzindo o tempo disponível para a prática. Registros de dupla e tripla jornada.	Biram (2021), Borges et al. (2006), Anjos et al. (2018), Santos et al. (2008), Guimarães et al. (2022), Maia (2021), Mastrocola (2021), Teoldo et al. (2023), Torga (2019), Martins, Furtado e Gomes (2024c)
	Insegurança e incompatibilidade da maternidade com o futebol	
	A ausência de garantias formais torna a maternidade difícil de conciliar com a continuidade da carreira esportiva.	Haag (2018); Rodrigues e Bernardo (2023)

(continua)

Subtemas	Achado reportado por categorias relativas	Estudo
Amor à prática, construção de vínculos e redes, auto-organização	**O amor pela prática como motor central de adesão e permanência**	
	O gosto ou amor pelo futebol aparece como motivo declarado de adesão e permanência, inclusive em trajetórias marcadas por dificuldades financeiras ou de deslocamento.	Baptista e Otesbelgue (2013); Borges et al. (2006); Costa (2022); Nascimento e Leite (2021); Kessler (2010); Pires et al. (2017); Silveira, Carneiro e Silva (2016)
	Vínculos de amizade e sociabilidade coletiva	
	Vínculos de amizade, pertencimento e sociabilidade aparecem como elementos de sustentação da continuidade da prática.	Andrade (2021); Martínez-Mina (2019); Nascimento e Rocha (2021); Pisani et al. (2012); Silva e Nazário (2018); Souza (2017); Yamamoto (2025)
	Identidade coletiva específica do grupo	
	A coesão do grupo é construída, em alguns casos, por vínculos territoriais, afetivos ou identitários compartilhados.	Silveira e Stigger (2013); Mizrahi (2024); Falcão e Gavião (2018); Martins, Delarmelina e Souza (2024b)
	Auto-organização e criação de espaços próprios	
	A criação e manutenção de equipes comunitárias ou amadoras aparece como forma de produzir espaços próprios de prática na ausência ou insuficiência de estruturas formais.	Pisani (2014); Jardim e Betti (2021)
	Reivindicação explícita do direito de jogar	
	Registro específico de resistência ativa à interdição da prática, com reivindicação do direito de jogar nas aulas de Educação Física.	Borttolin (2011)

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Tema 2 – Profissionalização e condições de trabalho

Quadro 3. Distribuição dos estudos do corpus com evidência sobre profissionalização e condições de trabalho

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que declaram a profissionalização como tema principal	Alcântara et al. (2026a); Alcântara et al. (2026b); Almeida et al. (2018); Anjos et al. (2018); Batista e Souza (2022); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Haag (2018); Kessler (2010); Kessler (2015); Knijnik (2006); Maia (2021); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Pereira et al. (2022); Pisani et al. (2012); Pisani (2020); Rodrigues e Bernardo (2023); Souza e Capraro (2020); Souza e Martins (2018); Teoldo et al. (2023); Tiesler (2016)	24
Estudos que abordam o tema de forma direta	Alcântara et al. (2026a); Alcântara et al. (2026b); Almeida et al. (2018); Anjos et al. (2018); Barreira et al. (2025); Batista e Souza (2022); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Haag (2018); Kessler (2010); Kessler (2015); Knijnik (2006); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Maia (2021); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Martins, Silva e Souza (2021b); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Oliveira e Morato (2025); Paiva (2024); Pereira et al. (2022); Pires et al. (2017); Pisani et al. (2012); Pisani (2020); Rodrigues e Bernardo (2023); Schmidt et al. (2022); Silva e Nazário (2018); Souza (2017); Souza e Capraro (2020); Souza e Martins (2018); Teoldo et al. (2023); Tiesler (2016)	35
Estudos que abordam o tema de forma parcial	Andrade (2021); Baptista e Otesbelgue (2013); Darido (2002); Guimarães et al. (2022); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Lima e Hecktheuer (2019); Maia e Vasconcelos (2022); Nascimento e Leite (2021); Pisani (2014); Rosa et al. (2020)	10

Nota: os estudos que declaram o tema de interesse como tema principal têm todos marcador de abordagem direta e, por isso, constam das duas primeiras linhas.

Quadro 4. Síntese dos achados reportados por subtema identificados sobre profissionalização e condições de trabalho

Estudo	Achado reportado
Vínculos informais e direitos trabalhistas restritos	
Alcântara et al. (2026b)	Parte das jogadoras de categorias de base e profissionais não tinha a carteira de trabalho assinada exigida para a garantia plena dos direitos trabalhistas.
Almeida et al. (2018)	A inscrição de todo o elenco como profissional era exceção entre os clubes mais bem colocados no ranking nacional de 2016; a autora estima que a quase totalidade das jogadoras estava registrada como amadora.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Batista e Souza (2022)	Retomam de estudo de terceiros a caracterização do trabalho da maior parte das jogadoras brasileiras como informal, sem carteira assinada.
Biram (2021)	Apenas dois clubes registram todo o elenco; os demais completam as equipes com amadoras, e a disputa por contratos curtos dificulta a organização coletiva.
Burch e Kessler (2021)	As jogadoras do clube estudado não tinham contrato e investiam recursos próprios na carreira.
Haag (2018)	Ex-jogadoras relatam ausência de fundo de garantia, décimo terceiro salário e carteira assinada, dispensa após os estaduais e insegurança diante da gravidez.
Lourenço, Souza e Capraro (2024)	Jogadoras assinavam contrato, mas recebiam apenas ajuda de custo.
Maia (2021)	O vínculo se dava por folha de ajuda de custo até 2018, quando o clube passou a assinar a carteira de trabalho, relatada como fonte de estabilidade.
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	Jogadoras da primeira divisão relatam contratos verbais ou por pessoa jurídica, atrasos salariais e ausência de licença-maternidade e de compensação por lesão.
Oliveira e Morato (2025)	A passagem do contrato de formação para o profissional é relatada como conquista na carreira.
Rodrigues e Bernardo (2023)	A precariedade contratual é associada à ausência de regras e de fiscalização.
Souza e Martins (2018)	No futsal, a quase totalidade das atletas não tem contrato profissional, e 85% se consideram profissionais, configuração qualificada como relação de emprego disfarçada.
Remuneração insuficiente para viver do futebol	
Alcântara et al. (2026b)	95,52% das jogadoras concordam em algum grau com a paridade salarial entre mulheres e homens nos clubes.
Almeida et al. (2018)	As diárias pagas às jogadoras da seleção eram inferiores às pagas aos homens, informação apresentada sem fonte primária.
Andrade (2021)	Cita levantamento de terceiros de 2019 com média salarial inferior para as jogadoras em relação aos jogadores.
Anjos et al. (2018)	O futebol não sustenta as atletas durante e após a carreira; ex-capitã da seleção passou a trabalhar como motorista de ônibus.
Batista e Souza (2022)	O futebol é a única fonte de renda de quatro das cinco participantes; a diferença em relação aos homens é afirmada.
Lourenço, Souza e Capraro (2024)	A baixa remuneração impede a dedicação exclusiva mesmo de atletas tidas como profissionais.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Maia (2021)	Uma atleta relata ter trabalhado em até sete lugares para manter estudos e treinos.
Martins, Silva e Souza (2021b)	No futsal paulista, a proporção de atletas com algum tipo de remuneração além do futebol é maior entre as mulheres do que entre os homens.
Mastrocola (2021)	A baixa remuneração está presente entre as barreiras de permanência na carreira de treinadora.
Nascimento e Leite (2021)	A maioria das jogadoras não recebe remuneração, e a necessidade de outra profissão interrompe a busca pela profissionalização.
Novais et al. (2021)	As treinadoras recebem pouco e acumulam ocupações; apenas duas das nove vivem exclusivamente da função.
Oliveira e Morato (2025)	A diferença salarial em relação ao futebol masculino é relatada.
Paiva (2024)	A maior parte das entrevistadas complementa a renda com outro trabalho, inclusive a integrante da comissão técnica.
Pires et al. (2017)	Nenhuma das jogadoras recebe incentivo financeiro pela prática.
Pisani (2020)	A hierarquia salarial interna privilegia as jogadoras que passaram pela seleção e as que mais marcam gols.
Rodrigues e Bernardo (2023)	A baixa remuneração restringe a moradia das jogadoras ao alojamento do clube.
Rosa et al. (2020)	Nenhuma das participantes tem o futebol como profissão. Os autores destacam que essa trajetória difere daquela observada entre os homens.
Schmidt et al. (2022)	A maioria das atletas se sustentam atualmente com o futebol, depois de um início de carreira sem apoio financeiro.
Silva e Nazário (2018)	No início dos anos 2000, as atletas de futsal recebiam ajuda de custo considerada favorável em relação à de jogadores do interior do estado.
Souza (2017)	Clube de grande porte mantinha equipe feminina sem pagar salários às atletas.
Souza e Capraro (2020)	A maioria das jogadoras que atuam no Brasil não consegue viver do salário de atleta.
Bolsa de estudos e dupla carreira	
Martins, Silva e Souza (2021b)	Os clubes concedem bolsa universitária, salário e benefícios durante a dupla carreira com os estudos.
Oliveira e Morato (2025)	A curta duração e a imprevisibilidade da carreira estão associadas à busca da dupla carreira com a faculdade.
Pisani et al. (2012)	O futebol é vivido como passagem curta, e o estudo superior aparece como projeto para o futuro.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Silva e Nazário (2018)	A bolsa de estudo integrava os benefícios oferecidos às atletas de futsal no início dos anos 2000.
Souza e Martins (2018)	A bolsa de estudos concedida pelos clubes torna o futsal via de acesso a outra carreira, e não projeto de vida (profissional de longo prazo).
Escassez de patrocínio, investimento e visibilidade	
Alcântara et al. (2026b)	As jogadoras relatam percepção de discriminação midiática.
Andrade (2021)	A ausência de patrocínio aparece como percepção das entrevistadas sobre o cenário nacional.
Baptista e Otesbelgue (2013)	Relato de cobertura de imprensa restrita a notas curtas, frente à primeira página dedicada ao futebol masculino.
Batista e Souza (2022)	Diferença de visibilidade e de patrocínio em relação ao futebol masculino.
Darido (2002)	A institucionalização da modalidade nos anos 1980 esteve vinculada ao interesse comercial de patrocinadores e da televisão.
Guimarães et al. (2022)	A falta de financiamento é mencionada, a partir de estudos de terceiros, como fator de desincentivo.
Lourenço, Souza e Capraro (2024)	Diferenças em relação ao futebol masculino na premiação e no patrocínio de transporte.
Pires et al. (2017)	As jogadoras custeiam viagens e inscrições em campeonatos, sem patrocínio.
Pisani et al. (2012)	O patrocínio de empresas à equipe estudada é descrito como exceção entre os times de mulheres.
Silva e Nazário (2018)	O futsal feminino carece de interesse de patrocinadores e de premiações que sustentem uma carreira.
Souza (2017)	Atletas da seleção relatam falta de patrocinadores e de transmissões em televisão aberta.
Avanços normativos e profissionalização incompleta	
Barreira et al. (2025)	Após as regulamentações, as jogadoras adultas passaram a ter contrato profissional e de direito de imagem, associado à dedicação integral.
Biram (2021)	Entrevistada avalia que as condições contratuais permaneceram estagnadas por duas décadas.
Maia e Vasconcelos (2022)	Em amostra internacional que inclui clubes brasileiros, o futebol feminino dos clubes profissionais encontra-se em transição do amadorismo para a profissionalização.
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	A profissionalização trouxe estruturação e visibilidade, ao lado de novas formas de dependência.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Pereira et al. (2022)	A exigência de equipes femininas ampliou oportunidades sem garantir melhoria das condições de atuação.
Rodrigues e Bernardo (2023)	A exigência de equipes femininas convive com a ausência de regras e de fiscalização das condições de trabalho.
Recrutamento por redes informais e empresários	
Batista e Souza (2022)	O ingresso se dá por convite informal de técnicos e dirigentes que observaram as jogadoras em jogos locais.
Batista, Balzano e Munsberg (2025)	A maioria das atletas fez um ou dois testes na carreira, e doze das vinte assinaram termo com empresário ou agente.
Lima e Hecktheuer (2019)	Avaliação técnica aberta de 2017 reuniu mais de setecentas candidatas das categorias sub-13 à adulta.
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	O empresário intermedia contratos, transferências e patrocínios e concentra poder na relação.
Pisani et al. (2012)	Na ausência de empresário, as transferências dependem de indicações de colegas de equipe.
Pisani (2014)	Três jogadoras de equipe amadora foram chamadas por equipes de maior expressividade.
Souza (2017)	As contratações ocorriam por contato entre as próprias jogadoras ou por insistência individual junto a dirigentes.
Souza e Martins (2018)	No futsal, as próprias atletas intermediam as transferências.
Mercado restrito e circulação de atletas	
Almeida et al. (2018)	A aceleração da circulação entre clubes aparece como forma de carreira.
Batista e Souza (2022)	A migração do interior para a capital aparece como condição de acesso à carreira.
Burch e Kessler (2021)	Jogadoras eram emprestadas entre equipes por acerto verbal entre treinadores, sem compensação às atletas.
Haag (2018)	O número reduzido de competições deixa a temporada incompleta.
Kessler (2010)	Em Santa Maria, o mercado profissional praticamente não existe e as competições de futebol de campo são raras.
Knijnik (2006)	Campeonato estadual de 2004, organizado em poucas semanas, reuniu equipes preexistentes que aguardavam oportunidade de competir.
Pisani (2020)	As jogadoras circulam entre estados e países, e a passagem por equipe paulista é tomada como marca de sucesso.
Silva e Nazário (2018)	O futsal feminino não dispõe de competições nacionais e regionais sistemáticas.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Souza (2017)	Campeonatos esvaziados ou inexistentes e transferências sem movimentação financeira.
Souza e Capraro (2020)	Estruturas amadoras nos clubes brasileiros coexistem com condições profissionais na seleção e em clubes europeus.
Tiesler (2016)	Os projetos de mobilidade das jogadoras são associados ao estágio menos avançado de profissionalização da modalidade.
Formação tardia, informal e com menor exposição competitiva	
Alcântara et al. (2026a)	Ingresso em treino conduzido por treinador aos 10 anos e em competição oficial aos 12, sendo ingresso mais tarde que os jogadores masculinos que ocorre por volta dos 7 anos de idade.
Batista, Balzano e Munsberg (2025)	Início dos treinos regulares aos 13 anos, em clube, escolinha, colégio e várzea, com passagem pelo futsal.
Haag (2018)	Ex-jogadoras relatam ausência de formação para a atleta.
Kessler (2015)	Disparidades de origem social e de condições financeiras entre participantes de escolinhas em Porto Alegre.
Lima e Hecktheuer (2019)	Na década de 1980, a ausência de categorias de base levava as meninas a integrar equipes adultas.
Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026)	Participação feminina em competições formais inferior à masculina na adolescência
Martins, Silva e Souza (2021b)	Iniciação na rua mais frequente entre as jogadoras do que entre os jogadores, com vínculo federativo mais tardio entre as mulheres.
Souza e Martins (2018)	No futsal, 67% das atletas iniciaram na rua, com treinamento sistemático em torno dos 11 anos.
Teoldo et al. (2023)	A chance de chegar à primeira divisão nacional é inversamente associada ao porte do município de nascimento.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Tema 3 – Ecossistema esportivo

Quadro 5. Distribuição dos estudos do corpus com evidência sobre o ecossistema esportivo

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que declaram o ecossistema esportivo como tema principal	Amaral et al. (2021); Barreira et al. (2025); Ferreira (2012); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Guimarães, Barreira e Galatti (2023b); Lima e Hecktheuer (2019); Lima et al. (2022); Maia (2021); Mastrocola (2021); Novais et al. (2021); Passero et al. (2020); Stahlberg (2011); Torga (2019); Yamamoto (2025)	14

(continua)

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que abordam o tema de forma direta	Almeida et al. (2018); Amaral et al. (2021); Barreira et al. (2025); Ferreira (2012); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Guimarães, Barreira e Galatti (2023b); Haag (2018); Lima e Hecktheuer (2019); Lima et al. (2022); Lima et al. (2022); Maia (2021); Mastrocola (2021); Monteiro et al. (2020); Nascimento e Nunes (2014); Novais et al. (2021); Paiva (2024); Passero et al. (2020); Pires (2021); Silva e Nazário (2018); Silveira, Carneiro e Silva (2016); Stahlberg (2011); Torga (2019); Yamamoto (2025)	23
Estudos que abordam o tema de forma parcial	Alcântara et al. (2026b); Anjos et al. (2018); Batista e Souza (2022); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Maia e Vasconcelos (2022); Pisani (2014); Salvini e Marchi Júnior (2016)	8

Nota: os estudos que declaram o tema de interesse como tema principal têm todos marcador de abordagem direta e, por isso, constam das duas primeiras linhas.

Quadro 6. Síntese dos achados reportados por subtemas identificados sobre ecossistema esportivo

Estudo	Achado reportado
Ingresso mediado por trajetória esportiva e relações pessoais	
Anjos et al. (2018)	A função de embaixadora é reservada por decisão do coletivo a jogadoras e ex-jogadoras, como via de atuação após o encerramento da carreira.
Biram (2021)	Ex-atletas ocupam direção de federação de atletas, vice-presidência de sindicato e a gestão do campeonato paulista.
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	O caminho até a comissão técnica é facilitado para ex-atletas pela rede de contatos, com a figura do tutor em posição de decisão.
Lima e Hecktheuer (2019)	A coordenadora técnica, referência no clube como jogadora, passa a ser referência como gestora.
Lima et al. (2022)	Gestora ingressa como diretora do departamento feminino para organizar as competições.
Monteiro et al. (2020)	Os pais aparecem como motivadores das árbitras com experiência prévia no futebol.
Novais et al. (2021)	Experiência de jogo, formação acadêmica, convite pessoal, estágio e escolinhas figuram como vias de acesso ao cargo de treinadora.
Paiva (2024)	A passagem de jogadora a integrante de comissão técnica é descrita como segunda carreira dentro do futebol.
Pires (2021)	As treinadoras foram indicadas por pessoa em posição de decisão e submetidas a treino-teste.
Pisani (2014)	A recusa à subordinação como assistente de técnicos homens está associada à criação de equipe própria.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Silva e Nazário (2018)	Ex-atleta que dirigia o departamento feminino assume a gestão do time.
Silveira, Carneiro e Silva (2016)	As jogadoras assumem a liderança das equipes à medida que os dirigentes homens se afastam da modalidade.
Torga (2019)	As gestoras atribuem a inserção ao apoio de um homem de prestígio no clube, e uma delas a um membro da família.
Yamamoto (2025)	O trabalho de treinadora é relatado como forma de permanecer no futebol após o fim da carreira de jogadora.
Exigência de formação e certificação como credencial	
Barreira et al. (2025)	Mapeia iniciativas de capacitação de federação estadual, do ministério setorial e da academia da CBF.
Guimarães, Barreira e Galatti (2023b)	As mulheres são minoria nas turmas de certificação e relatam desconfiança quanto ao seu conhecimento ao iniciar a formação.
Lima et al. (2022)	O programa inclui cursos de formação inicial e continuada e fomento a grupos de pesquisa.
Maia (2021)	A escassez de produção científica sobre o futebol de mulheres leva profissional a buscar formação no exterior.
Novais et al. (2021)	A formação é exigida das mulheres sem que a mesma exigência recaia sobre treinadores homens.
Torga (2019)	A necessidade de qualificação adicional se apresenta entre as condições relatadas pelas gestoras.
Yamamoto (2025)	O curso de certificação é caro, foi viabilizado por ajuda de custo institucional e tinha turma majoritariamente masculina.
Questionamento da competência como condição de permanência	
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	A necessidade permanente de atestar competência é elemento recorrente da trajetória das treinadoras.
Lima et al. (2022)	As árbitras relatam precisar provar constantemente sua competência.
Maia (2021)	As árbitras relatam estar tentando provar que o lugar da mulher também é a arbitragem.
Mastrocola (2021)	A avaliação da competência da treinadora por dirigentes e outros atores figura entre as barreiras relatadas.
Monteiro et al. (2020)	A geração pioneira de árbitras enfrentou dúvidas sobre sua competência.
Nascimento e Nunes (2014)	A formação técnica é mobilizada pela árbitra como argumento de legitimação.
Novais et al. (2021)	A permanência das treinadoras apoia-se na comprovação cotidiana de competência.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Pires (2021)	Ser mulher impõe cobranças que não recairiam sobre um homem na mesma posição, com desvalorização das conquistas.
Stahlberg (2011)	A árbitra tem menor tolerância aos erros do que o árbitro, e a aceitação da legitimidade do trabalho precede a atuação em comissão técnica.
Torga (2019)	As gestoras enfrentam constantes provações sobre sua capacidade intelectual e profissional.
Preconceito, assédio e ajuste de conduta e aparência	
Lima et al. (2022)	As árbitras relatam estranhamento e hostilidade em campo.
Maia (2021)	As árbitras relatam xingamentos recorrentes, preconceito de diferentes setores da partida e agressão por jogador.
Mastrocola (2021)	Preconceito e assédio são descritos como condições do contexto em que as treinadoras atuam.
Stahlberg (2011)	As profissionais ajustam a apresentação para exercer uma feminilidade tida como aceitável sem perder autoridade.
Torga (2019)	As gestoras relatam agressões verbais da torcida e assédio por membros do próprio clube.
Permanência condicionada a vínculo instável, acúmulo de ocupações e cuidado familiar	
Lima e Hecktheuer (2019)	O departamento ficou subordinado à vice-presidência de relacionamento social, e o contrato da treinadora não foi renovado.
Mastrocola (2021)	A dedicação exigida para se manter na profissão reduz o tempo de convívio familiar.
Paiva (2024)	O rebaixamento do time masculino rompeu a parceria da equipe, e a integrante de comissão técnica mantém outro trabalho.
Passero et al. (2020)	A falta de reconhecimento e os baixos rendimentos levam treinadoras a buscar outros empregos.
Pires (2021)	A treinadora deixa a função pela dificuldade de conciliar outras ocupações e pelo cansaço.
Torga (2019)	A instabilidade dos cargos está vinculada às mudanças políticas dos clubes, e a maternidade figura entre as dificuldades.
Progressão restrita às categorias de base e aos cargos auxiliares	
Almeida et al. (2018)	As mulheres atuam como massagistas, fisioterapeutas e preparadoras físicas, e é raro uma mulher no comando do time.
Burch e Kessler (2021)	A única função técnica ocupada por mulher no departamento era a da escolinha de futsal.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Ferreira (2012)	A maioria das técnicas permanece restrita às categorias de base e às modalidades associadas às mulheres.
Novais et al. (2021)	A representatividade cresce mais rápido entre auxiliares do que entre treinadoras.
Torga (2019)	A tendência de homens contratarem homens restringe a ascensão das mulheres.
Sub-representação nos cargos técnicos e de gestão e ausência de referências femininas	
Alcântara et al. (2026b)	A afirmação de que homens são melhores líderes é rejeitada por 97,01% das jogadoras consultadas.
Almeida et al. (2018)	Dois dos vinte clubes do campeonato nacional de 2016 tiveram mulheres como treinadoras em algum momento do ano.
Amaral et al. (2021)	Nenhum dos cargos estatutários da CBF é ocupado por mulher, e as mulheres ocupam parte dos cargos da comissão técnica da seleção feminina.
Anjos et al. (2018)	Retoma relato de ex-capitã sobre a ausência de oportunidades para ex-atletas nas federações e na confederação.
Barreira et al. (2025)	O número de treinadoras aumenta a partir de 2019 sem alcançar igualdade, com sub-representação mais acentuada de mulheres negras, com deficiência e de baixa classe social.
Batista e Souza (2022)	A maior parte dos cargos nas federações e nas administrações dos clubes é ocupada por homens.
Ferreira (2012)	Apura que somente 7% são mulheres entre os técnicos(as) das federações de vinte e duas modalidades.
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	As treinadoras relatam não ter pensado em atuar por nunca terem visto mulheres em papéis de liderança.
Haag (2018)	Registra, como proposta das entrevistadas, a criação de comitê de futebol feminino na CBF dirigido por mulheres.
Maia (2021)	A presença de árbitras no campeonato estadual feminino é restrita.
Maia e Vasconcelos (2022)	A representatividade feminina na alta gestão integra as variáveis do ambiente institucional dos clubes.
Nascimento e Nunes (2014)	A primeira competição nacional de clubes com arbitragem conduzida apenas por mulheres ocorreu em 2003.
Novais et al. (2021)	Registra entre 5,76% e 20,19% de mulheres entre treinadoras e auxiliares no campeonato nacional de 2016 a 2020.
Passero et al. (2020)	Há predomínio de homens em todos os cargos de comissão técnica em sete edições do campeonato nacional.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Pires (2021)	A baixa representatividade de treinadoras é associada à leitura da liderança como atributo masculino.
Salvini e Marchi Júnior (2016)	A ocupação dos cargos de federações e clubes por homens é associada pela atleta ao machismo.
Silva e Nazário (2018)	As mulheres eram minoria na diretoria do clube nos anos 2000, em proporção considerada superior à de outros clubes.
Torga (2019)	A presença feminina nos conselhos e espaços decisórios dos clubes é baixa.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Tema 4 – Condições de prática e estrutura

Quadro 7. Distribuição dos estudos do corpus com evidência sobre as condições de prática e estrutura

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que declaram como tema principal	Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Pisani (2020); Freitas et al. (2020); Souza e Martins (2018); Maia e Vasconcelos (2022)	6
Estudos que abordam o tema de forma direta	Alcântara et al. (2026a); Alcântara et al. (2026b); Almeida et al. (2018); Barreira et al. (2025); Biram (2021); Burch e Kessler (2021); Pisani (2020); Freitas et al. (2020); Lima e Hecktheuer (2019); Souza e Martins (2018); Maia e Vasconcelos (2022); Guimarães et al. (2022); Kessler (2015); Kessler (2010); Knijnik (2006); Mizrahi (2024); Lima et al. (2022); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Machado, Gonzalez-Villora e Teoldo (2026); Maia (2021); Martínez-Mina (2019); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Martins, Delarmelina e Souza (2024b); Martins, Silva e Souza (2021b); Nascimento e Rocha (2021); Oliveira e Morato (2025); Paiva (2024); Pires et al. (2017); Pisani et al. (2012); Schmidt et al. (2022); Rodrigues e Bernardo (2023); Salvini e Marchi Júnior (2021); Salvini e Marchi Júnior (2016); Silva e Nazário (2018); Silveira, Guedes e Tuibeo (2020); Silveira, Carneiro e Silva (2016); Falcão e Gavião (2018); Souza (2017); Souza e Capraro (2020); Teoldo et al. (2023); Tiesler (2016)	42
Estudos que abordam o tema de forma parcial	Andrade (2021); Baptista e Otesbelgue (2013); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Batista e Souza (2022); Borges et al. (2006); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Costa (2022); Pisani (2014); Silveira e Stigger (2013); Darido (2002); Oliveira (2016); Nascimento e Leite (2021); Anjos et al. (2018); Santos et al. (2008); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Jardim e Betti (2021); Pisani, Hang e Moreira (2025); Yamamoto (2025)	18

Nota: os estudos que declaram o tema de interesse como tema principal têm todos marcador de abordagem direta e, por isso, constam das duas primeiras linhas

Quadro 8. Síntese dos achados reportados por subtemas identificados sobre condições de prática e estrutura

Estudo	Achado reportado
Campeonatos: número, calendário e grade horária	
Alcântara et al. (2026a)	No Brasil, a exposição competitiva limitada é ainda mais condicionada pela escassez de torneios de base ao longo do ano
Alcântara et al. (2026b)	Reporta que 97,01% das entrevistadas concordam com a afirmação de que “as mulheres devem ter um calendário competitivo adequado ao longo do ano”
Almeida et al. (2018)	Reconhece que mesmo ocorrendo um fortalecimento dos campeonatos, os clubes continuam oferecendo baixos salários
Biram (2021)	Analisa o formato do Campeonato Paulista, com duas fases de grupos e partidas sem competitividade real, em que muitas partidas que não valiam nada para a classificação
Burch e Kessler (2021)	Os únicos campeonatos disponíveis eram o Campeonato Gaúcho sub-15 e o sub-17. Outras falhas na organização puderam ser observadas, como por exemplo, a ausência da ambulância em campeonatos
Costa (2022)	As premiações e campeonatos ainda são em sua grande maioria um ‘privilégio’ dos homens
Silveira e Stigger (2013)	Os torneios são competições que acontecem em um ou dois dias, no máximo. Nos campeonatos, que duram cerca de quatro meses, os jogos são realizados em dias e horários diversos
Souza e Martins (2018)	A falta de competições para categorias de base no futsal paulista feminino
Nascimento e Leite (2021)	Dificuldades em ter horários disponível para treinos e falta de verba para participar de competições
Jardim e Betti (2021)	Campeonatos regionais e nacionais são poucos, e por vezes de realização incerta
Knijnik (2006)	As atletas do campeonato paulista jogavam, conforme a organização das rodadas, com intervalos menores do que aqueles considerados ideais para a recuperação física
Pisani et al. (2012)	Existem times com pouca estrutura – nos quais as atletas jogam e trabalham, ou jogam e não recebem nada – e times bem estruturados – nos quais as atletas só jogam futebol e ganham seus salários
Salvini e Marchi Júnior (2016)	A maior dificuldade hoje é que as federações e confederações do Brasil promovam campeonatos, o que geraria receita para os clubes

(continua)

Estudo	Achado reportado
Souza (2017)	Ainda se defende que o calendário de jogos nacionais deveria ser mais amplo, no intuito de manter as atletas atuando constantemente e fazendo assim com que suas atividades e ganhos financeiros fossem mais estáveis, haja vista que no modelo atual muitas vezes elas são dispensadas a partir do encerramento das competições, e dessa forma, recebem salários apenas por determinados períodos durante o ano
Tiesler (2016)	Todos os outros países são considerados periféricos no futebol feminino, uma vez que carecem de condições estruturais mínimas — como um sistema de ligas para todas as faixas etárias de meninas — e, consequentemente, apresentam uma participação relativamente baixa de praticantes
Estrutura dos campos, quadras e vestiários	
Alcântara et al. (2026a)	As estruturas de desenvolvimento regional permanecem bastante heterogêneas e, em muitos casos, subdesenvolvidas
Alcântara et al. (2026b)	Reporta que 97,01% das entrevistadas concordam com a afirmação de que “As mulheres devem ter acesso aos mesmos campos e condições físicas que os homens;
Barreira et al. (2025)	A falta de estrutura para o treinamento era um dos principais entraves para a profissionalização da modalidade. Formar novas equipes sem uma estrutura de suporte adequada pode prejudicar a qualidade geral do campeonato
Batista, Balzano e Munsberg (2025)	Associa a pouca visibilidade do futebol feminino à falta de estrutura no Brasil
Burch e Kessler (2021)	Reporta problemas estruturais no estádio, com falta de iluminação adequada e gramado em estado ruim (sem marcações e com a presença de buracos, areia e desnível)
Santos et al. (2008)	Relatam o total descaso com as quadras como: muretas quebradas, pisos inadequados, materiais de aula escassos
Kessler (2015)	Reporta situações de insegurança durante o período dos jogos, com a adoção de táticas para evitar que os materiais de jogos, como mochilas, bolas e isopores fossem roubados
Martins, Delarmelina e Souza (2024b)	Reportam contraste entre as mulheres que praticam AFEs daquelas que jogam futebol, de modo que as primeiras tendem a utilizar instalações mediante a algum tipo de pagamento, enquanto as últimas utilizam instalações de uso gratuito
Nascimento e Rocha (2021)	Reporta a falta de estrutura apropriada, desfavorecendo o futebol feminino
Oliveira e Morato (2025)	Reporta a falta de campos exclusivos para os treinos, visto que muitas categorias do clube utilizavam o mesmo campo, resultando em gramados desgastados e um maior risco de lesões

(continua)

Estudo	Achado reportado
Souza (2017)	Reporta problemas de estrutura e logística em um evento de futebol profissional no Brasil
Batista e Souza (2022)	Aponta que há um déficit na infraestrutura para o futebol feminino no Brasil
Centros de treinamento e uso compartilhado com a equipe masculina	
Pisani (2020)	Destaca a importância de centros de treinamento que disponham de campos ou quadras adequados, academias e espaços para recuperação física e fisioterapia, permitindo que as atletas realizem treinos diários e acompanhamento especializado
Biram (2021)	Reporta restrições impostas às equipes femininas para treinamento no Centro de Treinamento Rei Pelé
Kessler (2010)	Reporta o uso compartilhado de centros de treinamentos em que os jogos femininos aconteciam antes dos jogos masculinos, e por isso chamados de "jogos preliminares".
Maia (2021)	Reporta o uso compartilhado de CTs, em que o treinamento da equipe feminina ocorre durante a semana na escolinha do Grêmio no Cristal, e fim de semana no CT Hélio Dourado, pois eram os dias que não interferiam nos treinos deles
Yamamoto (2025)	A falta de estrutura de Centros de Treinamento para as jogadoras teria sido talvez um dos mais importantes fatores a serem considerados na disputa que se estabelece em torno do que é o futebol praticado por mulheres
Anjos et al. (2018)	Reporta o uso compartilhado de centros de treinamentos em que os jogos femininos aconteciam em horários alternativos aos dos jogos masculinos
Equipes técnicas e suporte multiprofissional	
Alcântara et al. (2026b)	Reporta que 95,52% das entrevistadas concordam com a seguinte afirmação: "as mulheres devem receber o mesmo atendimento médico e fisioterapêutico que os homens"
Barreira et al. (2025)	Aponta para a existência de médico, fisioterapeuta, preparador físico, massagista, entre outros profissionais
Nascimento e Leite (2021)	Destaca a falta de apoio profissional dedicado ao futsal feminino
Maia e Vasconcelos (2022)	Indica que os clubes analisados apresentaram alguns aspectos incipientes em sua estrutura de futebol feminino, como a falta de suporte médico para atletas
Nascimento e Rocha (2021)	Destacaram que a psicologia do Esporte é de suma importância para o desempenho no futebol feminino
Silva e Nazário (2018)	Reporta a importância de contar com suporte técnico adequado, uma diretora específica para o departamento Feminino, preparador físico, preparador de goleiras, técnico e auxiliar, entre outros profissionais

(continua)

Estudo	Achado reportado
Pisani et al. (2012)	Aponta que uma comissão técnica e médica composta exclusivamente por homens expõe as mulheres a ambientes de trabalho pouco sensíveis às suas particularidades,
Núcleos de desenvolvimento, categorias de base e escolas de futebol feminino	
Jardim e Betti (2021)	Reporta a dificuldade de encontrar 'escolinhas' de futebol que contemplem as meninas
Martínez-Mina (2019)	Destaca que as poucas escolinhas de futebol ou de futsal existentes neste período de suas vidas era um obstáculo para que se formassem esportivamente e desenvolvessem suas habilidades físicas específicas.
Barreira et al. (2025)	Reporta que a ação da Federação é bastante insuficiente e que o governo do estado não fomenta o futebol feminino, de modo que, apesar de haver algumas escolinhas e clubes, não tem um sub-20"
Salvini e Marchi Júnior (2021)	Indicam que, mesmo quando existem espaços destinados ao desenvolvimento esportivo, eles tendem a ser prioritariamente direcionados aos meninos
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	Apresenta o relato de treinadora sobre a sua trajetória de prática exclusivamente entre meninos e sobre a ausência de categorias de base femininas na cidade
Souza e Martins (2018)	Reporta a ausência de categorias de base para o futsal feminino no país na formação dos atletas
Teoldo et al. (2023)	Apontam que cidades menores oferecem um ambiente mais propício para o desenvolvimento de talentos nos anos iniciais
Batista, Balzano e Munsberg (2025)	Informa que não há muitos clubes com categorias de base além da sub-20
Materiais, insumos e apoio logístico para as praticantes	
Pisani (2014)	Reporta a falta de patrocínio, a ausência de material esportivo adequado para treinos e competições, a inexistência de divisão específica de treinos e jogos de acordo com as idades das atletas
Anjos et al. (2018)	Destaca a necessidade de custeio das despesas relacionadas à logística pelas próprias atletas
Kessler (2010)	Reporta situações em que atletas precisam custear despesas relacionadas aos insumos para a prática de esportes
Lima et al. (2022)	Reporta que os projetos de Rondônia enfrentam dificuldades no que tange ao acesso a recursos materiais e humanos, carecendo inclusive de elementos básicos como bolas e chuteiras, e de suporte técnico na aldeia indígena Karitiana
Pires et al. (2017)	Destaca os custos assumidos pelas atletas, como o valor de inscrições em eventos, e reporta a ausência de patrocínio

(continua)

Estudo	Achado reportado
Pisani, Hang e Moreira (2025)	Reporta desigualdades em termos de condições de treinamento, como o uso de roupas inadequadas, a falta de competitividade e a ausência de promoção do futebol feminino
Silva e Nazário (2018)	Identificam uma experiência na qual o clube ofereceu condições materiais mais adequadas para o desenvolvimento esportivo das atletas
Yamamoto (2025)	Identifica situações em que clubes transferiam a responsabilidade de representação em campeonatos para projetos sociais, oferecendo contrapartidas restritas, como uniformes, lanches e transporte
Batista e Souza (2022)	Reporta caso concreto de precariedade suprida por arranjo informal, com o dirigente fornecendo transporte à jogadora
Martins, Silva e Souza (2021b)	Reporta situação em que atletas relatam benefícios como moradia e alimentação
Borges et al. (2006)	A necessidade de auxiliar as mães em tarefas domésticas atuou como restrição, uma vez que eram meninas de classe pobre, e as atividades eram nas manhãs de finais de semana
Equipamentos públicos, comunitários e o ambiente escolar	
Buch, Scherzer e Moraes (2025)	Destaca a percepção sobre a distribuição do espaço físico durante a prática, especialmente no que se refere à divisão de espaço entre meninos e meninas
Andrade (2021)	Afirma que o município de Lavras-MG tem muita quadra, mas de difícil acesso, e que as vezes não tem iluminação adequada, o piso está sempre ruim, quase todas têm goteiras
Lima et al. (2022)	Aponta que as condições de uso da maioria das quadras públicas de Porto Velho foram classificadas como ruins ou péssimas
Darido (2002)	Reporta que os meninos chegam a ocupar 10 vezes mais espaço físico do ambiente escolar em relação às meninas.
Oliveira (2016)	Reporta contexto favorável em que há um espaço na escola para que as meninas possam praticar futsal bem como outras modalidades esportivas de contato, além de incentivo para que possam viajar e jogar contra outros times
Mizrahi (2024)	Descreve a situação de precariedade de uma quadra pública, piso com buracos e rachaduras, traves tortas e grades danificadas, condições de risco para as praticantes.
Martins et al. (2021a)	A escola como espaço utilizado preterido para a iniciação esportiva ao futsal também corrobora com apontamento acerca da falta de oportunidades para meninas jogarem futebol de campo, uma vez que são raras as escolas que possuem um campo específico para tal prática

(continua)

Estudo	Achado reportado
Silveira, Guedes e Tuibeo (2020)	Reporta situação em que órgão público estadual subsidia o transporte, o lanche, os materiais permanentes utilizados nos treinos e competições escolares (bolas, uniformes, medalhas, troféus e equipamentos variados para a prática esportiva).
Pisani (2020)	Descreve o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de São Paulo, e benefícios ofertados às jogadoras vinculadas ao CT
Desigualdades regionais	
Almeida et al. (2018)	Até 2017, a maioria dos clubes brasileiros de maior destaque no Futebol Feminino encontra-se em cidades do interior
Alcântara et al. (2026a)	Destacam que as oportunidades não estão distribuídas de maneira uniforme em todo o território brasileiro, de modo que algumas regiões dispõem de estruturas mais consolidadas, enquanto outras apresentam oferta mais limitada de ambientes de formação, competições e trajetórias organizadas de desenvolvimento
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	Reporta a falta de acesso a treinamentos de alta qualidade, oportunidades para competir em ligas profissionais e de apoio médico e técnico adequado como barreiras que variam conforme o tamanho econômico do clube e a região onde se encontram.
Barreira et al. (2025)	Aponta uma concentração geográfica marcante, com mais de 50% das equipes participantes oriundas do Sudeste e sem nenhuma equipe do Nordeste, evidenciando um desequilíbrio regional
Pereira et al. (2022)	Destaca que clubes fora da região Sudeste têm menos prestígio, capital econômico e social, dificultando avanço do futebol feminino mesmo após a medida da CONMEBOL/CBF
Teoldo et al. (2023)	Afirma que há uma concentração do desenvolvimento de atletas profissionais em estados do Sudeste, especialmente São Paulo, pelo acesso desigual às estruturas, pelo contato com outras atletas profissionais e pela maior oferta de oportunidades.
Estrutura da prática em perspectiva histórica	
Lima e Hecktheuer (2019)	Destaca que o desenvolvimento da modalidade foi marcado por instabilidades institucionais e que a existência de iniciativas estruturadas em determinados períodos não garantiu a continuidade das oportunidades de prática e competição para as mulheres
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	Indica que a carência de estruturas formais de desenvolvimento limitava as oportunidades de aprendizagem e especialização esportiva desde as etapas iniciais da formação.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Necessidade de parâmetros específicos	
Yamamoto (2025)	Reporta que a falta de estudos e estrutura adequados às especificidades de mulheres são condições que agravam muito a incidência de lesões no futebol feminino, especialmente em se tratando de joelhos
Maia (2021)	Destaca o impacto da lacuna de produção de conhecimento técnico e científico sobre o futebol feminino na formação e desenvolvimento profissional
Monteiro et al. (2020)	Aponta para a inadequação de teste físico exigido pela FIFA com índices equivalentes aos masculinos, levando as mulheres a treinamentos exaustivos

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Tema 5 – Políticas públicas e iniciativas institucionais

Quadro 9. Distribuição dos estudos do corpus com evidência sobre as políticas públicas e as iniciativas institucionais

CATEGORIA	ESTUDOS	n
Estudos que declaram como tema principal	Barreira et al. (2025); Lima e Hecktheuer (2019); Anjos et al. (2018); e Lima et al. (2022)	4
Estudos que abordam o tema de forma direta	Almeida et al. (2018); Barreira et al. (2025); Novais et al. (2021); Lima e Hecktheuer (2019); Anjos et al. (2018); Maia e Vasconcelos (2022); Guimarães et al. (2022); Guimarães, Barreira e Galatti (2023b); Lima et al. (2022); Lourenço, Souza e Capraro (2024); Maia (2021); Martins et al. (2021a); Martins, Delarmelina e Souza (2024a); Nascimento e Nunes (2014); Paiva (2024); Passero et al. (2020); Pereira et al. (2022); Pires (2021); e Pisani et al. (2012)	19
Estudos que abordam o tema de forma parcial	Alcântara et al. (2026b); Andrade (2021); Alcântara et al. (2026a); Baptista e Otesbelgue (2013); Batista, Balzano e Munsberg (2025); Batista e Souza (2022); Biram (2021); Borges et al. (2006); Borttolin (2011); Burch e Kessler (2021); Buch, Scherzer e Moraes (2025); Pisani (2020); Pisani (2014); Darido (2002); Oliveira (2016); Nascimento e Leite (2021); Ferreira (2012); Guimarães, Barreira e Galatti (2023a); Haag (2018); Kessler (2015); e Martins et al.(2021c)	21

Nota: os estudos que declaram o tema de interesse como tema principal têm todos marcador de abordagem direta e, por isso, constam das duas primeiras linhas.

Quadro 10. Síntese dos achados reportados por subtemas identificados sobre políticas públicas e as iniciativas institucionais

Estudo	Achado reportado
Marcos legais de proibição, regulamentação e reconhecimento do futebol de mulheres	
Baptista e Otesbelgue (2013)	Identificam a legislação esportiva de 1941 como marco de proibição do futebol para mulheres e registram a deliberação de 1979 que restabeleceu o direito à prática da modalidade.
Nascimento e Nunes (2014)	Apontam o Decreto-Lei nº 3.199 como instrumento de proibição da prática esportiva feminina e a deliberação de 1979 como marco de reversão das restrições legais.
Darido (2002)	Argumenta que a legislação proibitiva retardou a inserção das mulheres no futebol e registra o reconhecimento, em 1986, da necessidade de estimular a participação feminina no esporte.
Lourenço, Souza e Capraro (2024)	Discutem a profissionalização das atletas a partir da Lei Pelé e da Lei nº 12.395/2011, destacando a regulamentação dos vínculos de trabalho no esporte.
Buch, Scherzer e Moraes (2025)	Recuperam historicamente as normas que restringiram a participação esportiva das mulheres e defendem mudanças curriculares e formativas no campo educacional.
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	Relacionam a regulamentação esportiva recente à discussão sobre vínculos profissionais e à Lei Geral do Esporte.
Maia e Vasconcelos (2022)	Registram a coexistência de diferentes instrumentos regulatórios aplicáveis aos clubes e às equipes femininas.
Batista e Souza (2022)	Mencionam a legislação que condiciona renegociação de dívidas dos clubes ao investimento no futebol feminino e a equiparação de diárias da seleção brasileira.
Andrade (2021)	Registra a equiparação de premiações e diárias entre seleções masculinas e femininas e mudanças na estrutura organizacional da CBF.
Regulamentações esportivas que induzem a criação de equipes femininas	
Pereira et al. (2022)	Analisa o Regulamento de Licença aos Clubes da CONMEBOL, que passou a exigir equipes femininas para participação em competições continentais masculinas.
Novais et al. (2021)	Identificam aumento de oportunidades profissionais decorrentes das exigências de licenciamento, embora sem crescimento equivalente da presença feminina em cargos técnicos.
Barreira et al. (2025)	Avaliam os efeitos das exigências de licenciamento da CONMEBOL e da CBF e identificam mudanças institucionais no perfil dos clubes participantes.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Lima e Hecktheuer (2019)	Discutem o Profut e o Regulamento de Licenças da CONMEBOL como mecanismos que passaram a induzir investimentos no futebol feminino.
Maia (2021)	Aponta o licenciamento de clubes e as determinações de FIFA, CONMEBOL e CBF como fatores decisivos na expansão recente do futebol feminino.
Batista, Balzano e Munsberg (2025)	Associam o crescimento do futebol feminino cearense à exigência de manutenção de equipes femininas prevista no licenciamento da CBF.
Passero et al. (2020)	Registram o otimismo de treinadoras diante das novas regras da CBF que passaram a exigir equipes femininas dos clubes.
Martins, Silva e Vasquez (2021c)	Relacionam a expansão recente da modalidade às regulamentações da CONMEBOL voltadas aos clubes brasileiros.
Burch e Kessler (2021)	Registram as exigências de equipes femininas e juvenis implementadas por CONMEBOL e CBF como contexto de expansão da modalidade.
Alcântara et al. (2026a)	Registra a introdução das competições nacionais femininas de base pela CBF a partir de 2019.
Alcântara et al. (2026b)	Identificam a regulamentação da CONMEBOL que passou a exigir equipes femininas e categorias juvenis dos principais clubes sul-americanos.
Martins, Delarmelina e Souza (2024a)	Registram que a regulamentação de licenciamento da CONMEBOL passou a exigir, a partir de 2019, que clubes participantes das competições sul-americanas mantivessem ou se associassem a equipes femininas adultas
Políticas de financiamento, bolsas e incentivos econômicos	
Almeida et al. (2018)	Analisa a Seleção Permanente de Futebol Feminino, financiada com recursos do Plano Brasil Medalha, e identifica discrepâncias entre os benefícios prometidos e sua implementação.
Pisani et al. (2012)	Descreve o Bolsa Atleta como mecanismo de apoio financeiro às atletas, destacando as restrições de acesso ao benefício.
Anjos et al. (2018)	Registram a inclusão do futebol feminino nas medidas que condicionam a renegociação de dívidas dos clubes ao investimento na modalidade.
Batista e Souza (2022)	Descrevem mecanismos estatais de indução ao investimento no futebol feminino e a equiparação de diárias da seleção brasileira.
Martins et al. (2021a)	Identificam o Bolsa Atleta como facilitador da dedicação esportiva entre atletas da modalidade.
Pires (2021)	Relata a Bolsa Atleta escolar como mecanismo de acesso e permanência no futsal.
Haag (2018)	Registra bolsas de estudo e Bolsa Atleta municipal como formas de apoio à trajetória esportiva.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Biram (2021)	Menciona a Lei de Incentivo ao Esporte e o convênio Meninas em Campo como mecanismos de apoio à formação de atletas.
Programas de formação, capacitação e desenvolvimento esportivo	
Lima et al. (2022)	Analisam o Programa Academia & Futebol como estratégia governamental de democratização do acesso ao esporte e qualificação profissional.
Guimarães, Barreira e Galatti (2023b)	Examinam os cursos de certificação da CBF Academy e discutem obstáculos e limitações à formação de treinadoras.
Novais et al. (2021)	Registram bolsas oferecidas pela CBF para obtenção de licenças de treinadora.
Projetos de extensão, iniciativas educacionais e ações locais de promoção da participação	
Guimarães et al. (2022)	Descrevem o projeto de extensão Futsal Feminino na UNIFAP como mecanismo de institucionalização da modalidade na universidade.
Anjos et al. (2018)	Apresentam um coletivo voltado à promoção da justiça de gênero e do empoderamento de mulheres por meio do esporte.
Borges et al. (2006)	Descrevem o Projeto Gente como iniciativa extensionista voltada à inclusão e promoção social por meio do esporte.
Pisani (2020)	Caracteriza o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa como equipamento público de apoio ao desenvolvimento esportivo feminino.
Pisani (2014)	Apresenta projeto social privado destinado à formação esportiva de meninas.
Borttolin (2011)	Mobiliza os Parâmetros Curriculares Nacionais como referência para inclusão de meninas nas práticas esportivas escolares.
Buch, Scherzer e Moraes (2025)	Apontam a necessidade de revisão curricular e ampliação da formação docente sobre gênero.
Oliveira (2016)	Registra mudança pedagógica que integrou modalidades esportivas extracurriculares à Educação Física curricular.
Nascimento e Leite (2021)	Descrevem a vinculação de equipe feminina à Secretaria Municipal de Esportes e sua dependência da gestão pública local.
Lacunas de implementação, dependência institucional e insuficiência das políticas existentes	
Paiva (2024)	Registra a percepção de não implementação efetiva de medidas previstas em legislação recente voltada ao futebol feminino.
Kessler (2015)	Argumenta que os incentivos existentes ainda não se converteram em políticas públicas duradouras para o desenvolvimento da modalidade.
Novais et al. (2021)	Observam que o aumento de oportunidades não resultou em crescimento proporcional da presença feminina em cargos técnicos.
Pereira et al. (2022)	Identifica avanços na expansão da modalidade, mas resultados insuficientes para reduzir desigualdades estruturais.

(continua)

Estudo	Achado reportado
Almeida et al. (2018)	Identifica diferenças entre o desenho anunciado e a implementação da Seleção Permanente de Futebol Feminino.
Nascimento e Leite (2021)	Evidenciam a vulnerabilidade das equipes a mudanças de gestão pública municipal.
Anjos et al. (2018)	Registram dificuldades de mensuração dos efeitos das ações realizadas pelo coletivo estudado.
Guimarães, Barreira e Galatti (2023a)	Associam a baixa presença feminina em cargos de liderança à insuficiência de políticas de fomento e desenvolvimento.
Ferreira (2012)	Observa que recomendações nacionais e internacionais frequentemente permanecem sem efetiva implementação.

Elaboração própria a partir da tabela de extração.

Objetivos dos estudos de revisão identificados:

Autor (ano)	Título	Tipo do documento	Objetivo
Barreira (2021)	Mulheres em cargos de liderança no esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto?	Artigo em periódico	"o objetivo deste trabalho é propor uma reflexão sobre o uso da metáfora do teto de vidro no contexto do esporte nacional e apresentar uma nova lente para o fenômeno, denominada de labirinto." (p. 4). No resumo: "O objetivo deste estudo foi, a partir de uma revisão integrativa, analisar o uso da metáfora do teto de vidro na literatura científica nacional e propor o uso do labirinto como uma metáfora mais complexa e inclusiva." (p. 1)
Barreira et al. (2018)	Produção acadêmica em futebol e futsal feminino: estado da arte dos artigos científicos nacionais na área da Educação Física	Artigo em periódico	"Este estudo tem como objetivo mapear a produção de artigos científicos nacionais sobre futebol e futsal feminino." (p. 607). Objetivos específicos: "analisar a periodicidade de artigos sobre futebol feminino e futsal ao longo dos anos; analisar, dentro deste universo, quais foram as temáticas mais investigadas nos artigos encontrados; analisar quais os periódicos que possuem maior frequência de publicações sobre futebol e futsal feminino; e, por fim, compreender de que forma as mulheres e homens participaram como autores e coautores destes trabalhos." (p. 609)

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo do documento	Objetivo
Beirith et al. (2021)	Produção científica relacionada ao futebol de mulheres em teses e dissertações brasileiras na área da Educação Física	Artigo em periódico	mapear e explorar a produção científica relacionada ao futebol de mulheres em teses e dissertações brasileiras, na área de conhecimento da Educação Física, na última década.
Brancher et al. (2022)	Futebol feminino, identidade de gênero e sexismo	Artigo em periódico	"este estudo de revisão de literatura teve como objetivo analisar a produção cientifica sobre a identidade de gênero e o sexismo no futebol feminino a partir da pesquisa em bases de dados e nas revistas brasileiras de Educação Física (2007 a 2020)." (p. 72)
Cunha (2020)	A produção de dissertações e teses sobre os "futs" de mulheres no Brasil (2010-2016)	Dissertação	"Descrever o estado da arte das dissertações e teses que abordam os futs de mulheres nos Programas de Pós-graduação em Educação Física entre 2010 e 2016." (p. 26). Entre os objetivos específicos: "Levantar os principais enfoques temáticos das produções" e "Identificar os principais aspectos relativos aos futs de mulheres que foram discutidos nos trabalhos" (p. 27).
Da Silva e Moreira (2024)	O panorama brasileiro das pesquisas sobre o futebol de mulheres (2013-2021)	Artigo em periódico	"o objetivo deste artigo foi mapear as teses e dissertações que tiveram o Futebol de Mulheres como objeto central de estudo nas diversas áreas do conhecimento, complementando as publicações supracitadas, bem como compreender de que maneira a temática continua sendo discutida no meio acadêmico, a partir de trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, entre os anos de 2013 e 2021." (p. 1104)
Ferreira et al. (2021)	Perspectivas sobre as mulheres no campo do futebol/futsal feminino: o que as pesquisas nos periódicos nacionais evidenciam	Artigo em periódico	"analisar, de forma abrangente e sistemática, a produção acadêmica brasileira sobre a temática [...] a fim de identificar qual o olhar científico para o fenômeno do futebol feminino e quais são as principais evidências produzidas nas pesquisas na área da Educação Física." (p. 3)

(continua)

Autor (ano)	Título	Tipo do documento	Objetivo
Gomes et al. (2012)	As relações de gênero no Ensino Fundamental I: uma análise da produção acadêmica em Educação Física	Artigo em periódico	"... o objetivo deste estudo foi investigar e analisar a produção acadêmica sobre as relações de gênero no ensino fundamental I (7 a 10 anos)." (p. 146). As autoras desdobram o objetivo em três perguntas: "Como e quais conteúdos devem ser desenvolvidos nas aulas Educação Física do ensino fundamental I para contribuir na ressignificação de estereótipos e preconceitos relacionados à questão de gênero? Quais estudos estão sendo desenvolvidos pelos estudiosos sobre o tema gênero na faixa etária estudada? Quais questões tais estudos tais pesquisas apontam no que se refere a estratégias de intervenções que considerem as questões de gênero?" (p. 146-147)
Macedo et al. (2021)	Produção acadêmica em futsal feminino: estado da arte dos artigos científicos nacionais	Artigo em periódico	Mapear a produção científica sobre futsal feminino no Brasil. p. 2
Montenegro (2022)	Futebol e futsal feminino no Brasil: uma análise da produção de conhecimentos nos periódicos acadêmicos da Educação Física no Brasil	Artigo em periódico	Mapear a produção de conhecimentos sobre futebol/futsal feminino disponível em periódicos acadêmicos da área Educação Física.
Paulino e Aragão (2022)	Panorama da produção científica acerca da inserção e participação feminina no futebol brasileiro pós-revogação do Decreto-Lei nº 3.199/1941.	Artigo em periódico	Analisar o panorama de produção científica acerca da inserção do futebol feminino e sua representação pela imprensa, pós-revogação do Decreto-Lei 3.199.
Silva e Ribeiro (2022)	Futebol e futsal de mulheres: estigmas e avanços	Artigo em periódico	"Verificar se ainda há relatos de preconceito com o futebol e futsal de mulheres e padrões determinados pela mídia, bem como avanços na divulgação do futebol e futsal de mulheres e identificar quais motivações a sociedade oferece para a prática dessas modalidades pelas mulheres." (p. 1)
Teixeira e Caminha (2013)	Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática	Artigo em periódico	Identificar as condições de existência do preconceito de gênero no futebol feminino à luz da literatura científica e discutir os aspectos sócio-culturais que os fundamentam

Siglas: CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Referências dos estudos de revisão

BARREIRA, Júlia. Mulheres em cargos de liderança no esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto?. **Movimento**, v. 27, p. e27080, 2021.

BARREIRA, Júlia et al. Produção acadêmica em futebol e futsal feminino: estado da arte dos artigos científicos nacionais na área da educação física. **Movimento**, v. 24, n. 2, p. 607-618, 2018.

BEIRITH, Mariana Klauck; ARALDI, Franciane Maria; FOLLE, Alexandra. Produção científica relacionada ao futebol de mulheres em teses e dissertações brasileiras na área da educação física. **Movimento**, v. 27, p. e27064, 2021.

BRANCHER, Emerson António et al. Futebol feminino, identidade de gênero e sexismo. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 14, n. 57, p. 72-80, 2022.

CUNHA, Andressa Caroline Portes da. **A produção de dissertações e teses sobre os "futs" de mulheres no Brasil (2010-2016)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2020.

DA SILVA, Elisama Santos; MOREIRA, Evando Carlos. O panorama brasileiro das pesquisas sobre o futebol de mulheres (2013-2021). **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 60, p. 1102-1109, 2024.

FERREIRA, José Ricardo Lopes et al. Perspectivas sobre as mulheres no campo do futebol/futsal feminino: o que as pesquisas nos periódicos nacionais evidenciam. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, 2021.

GOMES, Nathalia Chaves; MORENO, Marcia Orlando; ALTMANN, Helena. As relações de gênero no Ensino Fundamental I: uma análise da produção acadêmica em Educação Física. **Conexões**, v. 10, n. 3, p. 142-171, 2012.

MACEDO, Ellen Hohana de Luna; NASCIMENTO, Jefferson Willian Santos do; SILVA, Wesley Carlos Souza. Produção acadêmica em futsal feminino: estado da arte dos artigos científicos nacionais. 2021.

MONTENEGRO, Gustavo Maneschy. Futebol e futsal feminino no brasil: uma análise da produção de conhecimentos nos periódicos acadêmicos da educação física no brasil. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 14, n. 57, p. 1-10, 2022.

PAULINO, Lucas Vasconcelos; ARAGÃO, Sarah Carine Gomes. Panorama da produção científica acerca da inserção e participação feminina no futebol brasileiro pós-revogação do decreto-lei nº 3.199/1941. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 14, n. 57, p. 171-179, 2022.

SILVA, G. H. A.; RIBEIRO, Victor Barbosa. Futebol e futsal de mulheres: estigmas e avanços. **Cad. Educ. Fís. Esporte, Marechal Cândido Rondon**, v. 20, 2022.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos; DE OLIVEIRA CAMINHA, Iraquitan. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, v. 19, n. 1, p. 265-287, 2013.